

Maria José de Souza Barbosa
Farid Eid
Bárbara Santos Macêdo Espínola
(Organizadores)

**CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA
SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA: processos de
implantação e de gestão**

Belém
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor

Horacio Schneider

Pró-Reitor de Administração

Edson Ortiz de Matos

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Marlene Rodrigues Medeiros Freitas

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Erick Nelo Pedreira

Pró-Reitor de Extensão

Fernando Arthur de Freitas Neves

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

João Cauby de Almeida Junior

Diretor Geral do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Marcelo Bentes Diniz

Diretora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Maria José de Souza Barbosa

**Maria José de Souza Barbosa
Farid Eid
Bárbara Santos Macêdo Espínola
(Organizadores)**

**CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA
SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA: processos de
implantação e de gestão**

**Belém
2012**

Copyright © 2012 by Maria José de Souza Barbosa; Farid Eid;
Bárbara Santos Macêdo Espínola

Projeto Editorial
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Capa e Editoração Eletrônica
Suzana Rodrigues Wanzeler
William Costa da Silva

Revisão
Sthéfanie Santos Macêdo Espínola

Ficha Catalográfica
Auricléia Barra de Souza Figueiredo

C397 Centro de Formação em Economia Solidária na Amazônia:
processos de implantação e de gestão / Organização: Maria José
de Souza Barbosa; Farid Eid; Bárbara Santos Macêdo Espínola –
Belém: ICSA, 2012.

271 p.; il.; 22,7x15,5cm.
ISBN: 978-85-61214-17-3

1. Cooperativismo - Amazônia. 2. Economia Social. 3. CFES
coletivos Estaduais. I. Barbosa, Maria José de Souza; Eid, Farid;
Espínola, Bárbara Santos Macêdo, orgs. II. Título.

CDD: 23. ed. 334.209811

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	13
1.1 CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA: limites e possibilidades	
Maria José de Souza Barbosa	
Farid Eid	
Bárbara Santos Macêdo Espínola	
CAPÍTULO II	35
2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CFES-AMAZÔNIA	
Rosevany Mendonça Valente	
Ana Maria Pires Mendes	
Euzalina da Silva Ferrão	
Maria Antonieta Rocha dos Santos	
CAPÍTULO III – AS EXPERIÊNCIAS DOS COLETIVOS ESTADUAIS	62
3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO ACRE: experiência do Coletivo Estadual de Formadores	
Coletivo de Formadores	
3.2 CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO NORTE: análise da experiência no Estado do Amapá	
Maria Sonale de Queiroz	
3.3 A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO COLETIVO DO ESTADO AMAZONAS	
Maria José de Souza Barbosa	
Bárbara Santos Macêdo Espínola	

- 3.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO PARÁ: da perspectiva de construção de movimento às lutas, tramas e desafios**
Núbia Cristina Assunção Miranda
- 3.4.1 O CFES-PARÁ: construção do coletivo de formadores e difusores**
Bárbara Santos Macêdo Espínola
Maria José de Souza Barbosa
- 3.5 A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO COLETIVO DO ESTADO DE RONDÔNIA**
Maria José de Souza Barbosa
Bárbara Santos Macêdo Espínola
- 3.6 DESCAMINHOS NO PERCURSO FORMATIVO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS EM RORAIMA**
Meire Joisy Almeida Pereira
Emerson Clayton Arantes
Leuda Evangelista Oliveira
Elielma Coelho Derzi
- 3.7 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS**
José Celso Carbonar
Joran Oliveira Barros Júnior

INTRODUÇÃO

Este livro apresenta o processo de implantação e gestão do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte/CFES-Amazônia a partir da análise das ações e experiências desenvolvidas pelos sete Coletivos Estaduais desta Região do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), a fim de suscitar reflexões sobre a formação de formadores em economia solidária no território amazônico.

Tem-se nesse livro, a possibilidade de mostrar aspectos sistematizados da experiência de formação no campo da economia solidária, sob a diretriz da política de formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

A SENAES¹ destaca que a economia solidária tem se constituído como resposta dos trabalhadores(as) às transformações no mundo do trabalho nos anos de 1990, que apontava uma crise determinada pela reestruturação do capital e do trabalho.

Os meios informáticos-computacionais levou ao enxugamento de postos de trabalho, ao mesmo tempo em que trabalhadores do campo e da cidade foi eram destituídos de seus empregos ou de seus meios de produção.

A falta de oportunidades e de acesso ao trabalho restringia a possibilidade de inserção sócio produtiva, mas as ações de resistência

¹ Foram implantados cinco Centros de Formação em Economia Solidária a fim de garantir a territorialização da política nacional de formação em Economia Solidária, como se pode observar: CFES Norte, CFES Nordeste, CFES Centro-Oeste, CFES Sudeste, CFES Sul e o CFES Nacional.

resignificaram as práticas do trabalho associado, seja em função do desemprego, seja em face do agronegócio carreado pelas *commodities*, que na Amazônia vem pressionando as populações tradicionais (indígenas, quilombolas, agricultores familiares e ribeirinhos) em face dos processos de expropriação e, conseqüentemente, do êxodo rural.

Nesse sentido, organizações coletivas e autogestionárias surgiram, com base em atividades de produção de bens e de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário, como estratégias de inclusão sócio produtivas, gerando trabalho e renda por processos de cooperação e solidariedade.

A política nacional de formação incorporada aos Centros de Formação em Economia Solidária – CFES visam responder às demandas desses empreendimentos com ações de qualificação profissional voltado ao atendimento das necessidades dos empreendimentos econômicos solidários, no que se refere à formação sistemática de agentes formadores (multiplicadores); sistematização de conteúdos e metodologias de trabalho em economia solidária; documentação e publicação de material didático; articulação em rede de entidades e agentes formadores/as (TERMO DE REFERÊNCIA, 2006).

A formação em economia solidária trata-se de uma ação definida na I Conferência Nacional de Economia Solidária² que

² A I Conferência Nacional de Economia Solidária traz como diretrizes e prioridades a formulação de uma política pública voltada à integração e articulação das ações de formação, assessoria e assistência técnica, isso requer o fortalecimento das entidades

passou a fazer parte da agenda do Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES.

A implantação e a gestão do CFES-Amazônia foi organizada no âmbito do Conselho Gestor, formado por um representante das Incubadoras e/ou representantes das Superintendências Regionais do Trabalho, nos Estados que não houve Incubadoras universitárias, bem como, um representante de cada Fórum de Economia Solidária.

O Conselho Gestor se constituiu, portanto, como um espaço de construção democrática na medida em que se discutia e deliberava as ações e atividades de formação, decidindo as temáticas a serem desenvolvidas e a forma de realização: reuniões, cursos, oficinas, encontros etc.

A sistematização, apesar de ser uma diretriz do CFES-Amazônia foi uma das maiores dificuldade metodológicas, pois os formadores não tinham experiências em registrar os processos de formação, ou pelo menos, de enviar o material produzido nestes momentos e a coordenação, por sua vez, tinha limites em relação ao acompanhamento e maior envolvimento nas atividades realizadas

de apoio, das Incubadoras de Cooperativas Populares, bem como de rede de agentes comunitários de desenvolvimento local sustentável e solidário; a ampliação da inserção da Economia Solidária nos programas existentes de elevação de escolaridade e qualificação social e profissional para ampliar competências produtivas e a agregação de valor à produção; a inserção das práticas e valores da Economia Solidária nos currículos e projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino (fundamental, médio e superior), incluindo a formação de educadores/as do Sistema Público de Ensino e o desenvolvimento de material didático; a formação sistemática de gestores públicos para implementação de ações de Economia Solidária nos diversos níveis governamentais (Itens 79 a 86 do Documento Final da Iª CONAES).

nos Estados, embora a própria metodologia garantisse a autonomia dos Coletivos Estaduais, o monitoramento e a avaliação realizadas no âmbito do Conselho Gestor mostraram que a grandeza do espaço territorial da Amazônia e a falta de capacidade logística instalada na região contribuíram para bloquear determinadas ações do CFES com à eficácia e eficiência necessárias.

Outro problema referente à implantação e gestão do CFES diz respeito aos processos de licitação de serviços, como a oferta de alimentação e alojamento que pudessem atender os sete Estados. Por fim, as distâncias e os custos dos deslocamentos não inviabilizaram o desenvolvimento das ações, mas causaram desgastes e críticas constantes à coordenação, mesmo quando os problemas eram discutidas de forma transparente no Conselho Gestor e sanadas sob os preceitos da solidariedade.

Neste sentido, o CFES-Amazônia visou potencializar a disseminação da formação e ampliação dos espaços no âmbito dos Estados, descentralizando e territorializando suas ações, utilizando metodologias adequadas à estruturação de uma rede de formadores com experiências de formação/educação em economia solidária, assim como, à produção de materiais pedagógicos que pudessem contribuir à formação em economia solidária para diferentes atores sociais (empreendedores solidários, gestores públicos nas três esferas de governo e organizações sociais), como estratégia de institucionalização das políticas de economia solidária e, finalmente, dando apoio às atividades como seminários, encontros, reuniões etc.,

dos *Fori* de Economia Solidária nos sete Estados da região amazônica, a fim de favorecer a articulação e a organização dos empreendimentos e a rede nacional de formadores/as.

A metodologia utilizada procurou levar em consideração as especificidades estaduais sob o protagonismo dos sujeitos locais, embora os processos em cada Estado estivessem ao encargo dos *fori* de economia solidária e das Incubadoras vinculadas às Universidades Federais, além de instituições governamentais e não governamentais que participaram efetivamente como colaboradoras na construção do CFES-Amazônia.

É importante destacar que desde o primeiro momento da elaboração do projeto houve um intenso movimento de articulação do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Populares – ITCPES, da Universidade Federal do Pará com as Incubadoras dos demais Estados e com os *fori* de economia solidária a fim de garantir a participação de todos e todas, na medida em que enfatiza a educação popular e a autogestão como diretrizes para essa construção.

Este livro é, portanto, composto pelas experiências vivenciadas nos diferentes Estados da área de abrangência do CFES-Amazônia. Trata-se de um esforço voltado ao processo de sistematização realizado pelas instâncias dos Coletivos Estaduais de formação, sob um intenso processo de interação entre os sujeitos protagonistas da economia solidária.

A formação e a produção de saberes tiveram como suporte essencial as Incubadoras, os *Fori* de Economia Solidária, os gestores públicos e os protagonistas primeiros, ou seja, os coletivos de trabalhadores dos empreendimentos solidários, que possibilitaram a troca de conhecimento entre um movimento de análise crítica, mas também de cooperação e solução de problemas, enfrentamento de desafios e recriação de determinadas ações para potencializar a construção da política de formação.

Os processos de aprendizagens e lições apreendidas no decorrer da implantação do CFES, no contexto da Amazônia, estão condensados neste livro. Hoje o desafio maior é a consolidação dessa política em face das dificuldades de circulação em um espaço territorial de dimensão continental e com baixos indicadores de serviços públicos e coletivos capazes de garantir as condições necessárias e adequadas para a execução de um projeto de formação com a natureza da economia solidária.

Maria José de Souza Barbosaⁱ

Farid Eidⁱⁱ

Bárbara Santos Macêdo Espínolaⁱⁱⁱ

CAPÍTULO 1

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AMAZÔNIA³: limites e possibilidades

Maria José de Souza Barbosa
Farid Eid
Bárbara Santos Macêdo Espínoia

MOBILIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO DO CFES-AMAZÔNIA

Antes de iniciarmos as atividades de implantação do CFES – Amazônia houve um intenso movimento de discussão e de realização de contatos nos diferentes Estados para firmar apoios, processos de cooperação e intercooperação nos Estados da região, culminado com o lançamento do CFES-Amazônia, primeiramente no Estado do Pará, durante o Seminário Regional de Assistência Técnica para a Economia Solidária, momento em que houve a estruturação do Conselho Gestor, que se constituiu em um canal de comunicação com os Coletivos Estaduais na execução da política de formação em economia solidária, garantindo as agendas de reuniões e planejamento, que eram uma constante em face das diversas atividades nos Estados. Para apoio à gestão do CFES foram formados ainda os Coletivos Estaduais de Formadores com a finalidade de contribuir no planejamento participativo, na avaliação das atividades do CFES-Amazônia e na articulação dos participantes

³ Inicialmente elaborado como Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte – CFES e, posteriormente, por decisão do coletivo do Conselho Gestor, foi alterado para CFES Amazônia.

de projetos desenvolvidos pela SENAES nos Estados e geridos pelos *fori* estaduais e pelas instituições de apoio, funcionando como espaços de distribuição das vagas e organização dos cursos e oficinas.

Abaixo se descreve-se de modo sintético, os Coletivos Estaduais de Formação em Economia Solidária atuantes na construção da política de formação do CFES-Amazônia.

Quadro 1: Coletivos estaduais do CFES-AMAZÔNIA

ESTADOS	DESCRIÇÃO DOS COLETIVOS
ACRE	O coletivo de formadores do Estado do Acre encontra-se bem organizado, contando com o apoio da Universidade Federal do Acre – UFAC e dos <i>Fori</i> Brasileiro, Estadual e Municipais, mas também da administração pública estadual através da Secretaria de Desenvolvimento e Segurança Social – SEDESS e das Prefeituras Municipais de Rio Branco, Capixaba, Assis Brasil, Brasília e Xapuri. Também estão integrados nas ações de articulação e formação o Brasil Local e a RECID.
AMAPÁ	O coletivo de formadores no Estado é integrado pelo Fórum Estadual de Economia Solidária, Superintendência Regional do Trabalho do Amapá e da Rede de Educação Cidadã – RECID. Estas instituições dão apoio a todas as atividades, ou seja, nas discussões, atividades e dinâmicas, místicas e outras linguagens.
AMAZONAS	O coletivo estadual é coordenado pelo Fórum Estadual e conta com o apoio da SRTE. O apoio se dá em função da formação e articulação dos <i>Fori</i> Municipais, como de Itacoatiara, Manacapuru e mais recentemente de Parintins. No entanto, há um questionamento do Fórum quanto a centralização das atividades de formação; Destaca-se a integração entre os projetos Brasil Local e Mapeamento da Economia Solidária, através das ações do ITASA e da Rede de Educação Cidadã.
PARÁ	O coletivo estadual teve como eixo de constituição a ITCPES/UFPA, na medida em que a participação de outros segmentos foi baixa, tanto nas atividades de planejamento, quanto nas ações executadas. O fato da Incubadora desenvolver outros projetos de formação em Economia Solidária favoreceu o deslocamento de sua equipe a diversos municípios do Estado do Pará, dando suporte e estendendo as ações de formação em Economia Solidária. A Incubadora atuou ainda no apoio a ações,

	<p>inclusive, de alimentação e alojamento para o desenvolvimento de atividades do Fórum de Economia Solidárias, às Plenárias Municipais e Estadual, Núcleos e Diretorias de Economia Solidária dos Municípios de Jacundá, Igarapé Miri, Gurupá, Mojú, Cachoeira do Piriá, Canaã dos Carajás, Santarém, Marituba, Muaná, Xinguara, mas também a outras instituições públicas municipais e estaduais, como SEMED, SEMDES, SEMUTES, SEDES e EMATER. A Incubadora recebeu apoio da Escola de Economia Solidária do Município de Santarém, da ITCPES/UFPA Campus Marabá e da INCUBTEC IFPA - Campus Castanhal. Esta última tem atuação em cerca de 104 municípios do Estado do Pará, ampliando o processo de interiorização das ações de formação em Economia Solidária no Pará.</p>
RONDÔNIA	<p>O coletivo de Rondônia encontrava-se com o Fórum de Economia Solidária desarticulado, mas formado por gestores municipais e estaduais de instituições como SEMAS, SEAS, SEMDESTUR, SEPLAN, SEDUC, CAPS/SEMUSA, SEMA, assim como, integrantes do movimento de Economia Solidária, do FBES, Empreendimentos de Economia Solidária, além de entidades de apoio e fomento e da ITCPES/UNIR. A Incubadora disponibilizou um bolsista para acompanhar, em tempo integral, a organização das ações do CFES-Coletivo estadual, além da RECID, Kanindé, Ada Açaí dentre outros. Este Coletivo em construção tem a colaboração da SRTE do Estado em discussão, posto que não há uma aproximação desta com o referido coletivo. Contam com o apoio do projeto de Mapeamento da Economia Solidária executado pela Universidade Federal do Acre – UFAC e do projeto Brasil Local.</p>
RORAIMA	<p>O coletivo de formadores tem envolvimento do Fórum Estadual e conta com apoio da ITCPES/UFRR para realizar as formações e articulações. No que diz respeito à integração entre projetos verifica-se o caminhar em paralelo com o projeto Brasil Local e Mapeamento da Economia Solidária, e (continuação) ↴ como co-executora.</p>
TOCANTINS	<p>O coletivo é formado por <i>Fori</i> estadual e municipais, especificamente de Porto Nacional e Palmas. A Universidade do Estado de Tocantins – UNITINS participa do processo, porém sem formalização. A Incubadora desta universidade foi inserida nas discussões e apoio às atividades realizadas a partir de 24 e 25 de fevereiro de 2011. No que diz respeito à ITCPES da Universidade Federal do Tocantins – UFT houve uma articulação para às ações de formação. Além disso, este Coletivo conta com o apoio do projeto Mapeamento da Economia Solidária executado pela UNITINS e alguns articuladores do projeto Brasil Local.</p>

Fonte: Relatório de Execução do CFES-Amazônia, ITCPES-UFPA, 2011.

Assim, a Incubadora iniciou as atividades em 2009, envolvendo toda a equipe técnica da ITCPES/UFPA, das demais Incubadoras dos Estados membros e dos *fori* de economia solidária dos Estados, bem como, das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego dos Estados do Amazonas, Amapá e Tocantins.

Estas instâncias foram essenciais para o desenvolvimento do CFES-Amazônia, embora a participação de representações que poderiam contribuir efetivamente nessa implantação não foram garantidas por meio das Delegacias de Trabalho, havendo apenas a participação de representantes nos Estado do Amapá, Amazonas e do Tocantins, com destaque para a representação do Estado do Amapá que esteve presente em todos os momentos, colaborando no processo de construção da política local e regional.

Neste período, a equipe pedagógica do CFES-Amazônia, contou com o apoio da Professora Meire Joyce Pereira, da Incubadora da Universidade Federal de Roraima, que passou a integrar o Comitê Metodológico Nacional com as ações do Conselho Gestor representando o CFES-Amazônia.

Assim, as ações do CFES foram estruturadas de acordo com as pautas definidas nas reuniões de articulação regional (ver Quadro 2).

Quadro 2: Reuniões Regionais de Articulação

Período	Local	Objetivos Específicos
21 de Janeiro de 2010	UFPA Belém / PA	<ul style="list-style-type: none">• Organizar dos planos de ação e metas para a execução do projeto CFES na Região Norte

(continuação)

14 e 15 de março de 2010	Centro Educacional Sagrada Família – Ananindeua – PA	<ul style="list-style-type: none">• Organizar editais para: processo seletivo/ curso regional e edital/publicação/artigos;• Elaborar de termos de compromisso• Discutir sobre: processo de sistematização; projeto político-pedagógico; divulgação CFES (folder, site); programação do curso regional; atividades locais/ estaduais/ regionais (discussão); operacionalização do projeto e papel do conselho gestor.
13 e 14 de agosto de 2010	UFPA Belém / PA	<ul style="list-style-type: none">• Debater as execuções de atividades nos estado (limites; desafios; angustias; soluções e dúvidas)• Levantar a situação dos Coletivos Estaduais, como estão? Quem são? Se reconhecem como Cfes?• Informar as atividades formativas nas agendas de economia solidária do CFES;• Apresentar a sistematização do documento do seminário do PPPP (Limites e Desafios).
20 e 21 de Maio de 2011	UFPA Belém / PA	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar situação CFES Norte; Coletivos Estaduais; Apresentação PPP; Apresentação CFES Nacional;• Avaliar Ações do CFES NORTE e dos Coletivos Estaduais 2009/2010 (Desafios, Limites e Possibilidades);• Apresentar Metodologias e Estratégias do CFES NORTE e Mapeamento da Ecosol nos Estados da Região Norte; Execução por Projeto e Monitoramento do SIES Nacional; e• Reunir de Articulação Fóruns Estaduais de Ecosol.
01 e 02 de fevereiro de 2012	UFPA Belém / PA	<ul style="list-style-type: none">• Planejar ações quanto a finalização do projeto;• Avaliar ações do CFES NORTE e dos Coletivos Estaduais 2010/2011 (dinâmica de trabalho utilizada para execução das ações);• Levantar propostas de: dinâmica para a execução das ações em 2012; construção da rede com base nos Coletivos Estaduais; conteúdos para os cursos regionais e seminários a serem executados; e• Levantar ações a serem executadas em 2012 (por estado) e agendar reuniões das ações estaduais e regionais.
28 e 29 de fevereiro de 2012	UFPA Belém / PA	<ul style="list-style-type: none">• Discutir as ações para a elaboração das experiências de formação dos Coletivos Estaduais tendo como objetivo a publicação do

		<p>PROJETO CFES NORTE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Debater as informações coletadas pelos coletivos estaduais durante o retorno da reunião ocorrida em 01 e 02 de fevereiro de 2012. • Replanejar das ações até o prazo de 30 de junho de 2012.
04 e 05 de outubro de 2012	UFPA Belém / PA	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar as ações realizadas por cada estado para construção de Mapa de Reuniões Estaduais de Encerramento; • Discutir os documentos para publicação do PROJETO CFES-Norte; • Construir o Seminário Regional de Avaliação e Apresentação dos Resultados do Projeto CFES-Norte; e • Debater propostas de implementação do projeto CFES I e II.

Fonte: Relatório Final Projeto CFES-Norte, 2012.

O Conselho Gestor atuava ainda na mediação de conflitos gerados, muitas vezes, devido a própria organização burocrática relativa à legislação federal atinente às licitações e às compras por dispensa de licitação, bem como, à morosidade da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP em atender as demandas do CFES-Amazônia, processos esses que não estavam sob a gestão direta da coordenação do projeto, embora coubesse a esta o acompanhamento e a pressão para que os mesmos fossem realizados.

Os membros do Conselho Gestor estavam comprometidos em participar das conferências territoriais; preparação para a II Conferencia Nacional de Economia Solidária – CONEAS, além das atividades locais, estaduais, regionais e nacionais que ocorriam de modo simultâneo. No entanto, havia um acordo que no mínimo cinquenta por cento das vagas seriam para os empreendimentos solidários; vinte e cinco por cento para gestores; e vinte e cinco por

cento para entidades de apoio e assessoria. Verificou-se, no geral, que as pessoas que passaram por processos formativos eram predominantemente de empreendimentos de economia solidária.

Nas oficinas locais, que tiveram caráter operativo, a discussão de economia solidária e demais temáticas eram construídas no âmbito dos Coletivos Estaduais, embora as diretrizes gerais fossem encaminhadas nas reuniões regionais do Conselho Gestor. As oficinas visavam atender às demandas de formação prioritariamente dos empreendimentos solidários, mas também eram ofertadas para integrantes de entidades de apoio e fomento e para gestores públicos.

A GESTÃO DO CFES: um aprendizado sobre o chamado custo Amazônia

A gestão administrativa do CFES-Amazônia foi configurada no âmbito do Conselho Gestor, embora todo o trabalho de execução das metas físicas e orçamentárias⁴ e acompanhamentos das ações nos estados estivessem ao encargo e responsabilidade da Universidade Federal do Pará, Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão

⁴ A propósito, para a implantação do CFES-Amazônia o recurso total era de R\$ 1.864.309,50 (hum milhão oitocentos e sessenta e quatro mil trezentos e nove reais e cinquenta centavos), sendo que a primeira parcela dos recursos, cujo valor correspondente a R\$ 631.436,50 (seiscentos e trinta e um mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), a UFPA não conseguiu empenhar em tempo hábil e este foi devolvido para o Tesouro Nacional, ocorrendo desta forma, a perda de um terço do valor total do projeto. Assim, mesmo com essa redução dos recursos, a equipe de coordenação da Incubadora decidiu dar continuidade ao processo de execução, com todas as metas, abrindo mão de uma equipe específica, como previsto no projeto. Essa decisão certamente dificultou o processo de implantação, ao mesmo tempo, que retardou a execução do projeto, tendo que desenvolver todas as ações previstas com o restante do valor, ou seja, R\$ 1.242.873,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e dois reais e oitocentos e setenta e três reais).

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES, mesmo havendo as Universidades dos Estados como Co-Executoras do convênio que deu suporte ao funcionamento ao CFES-Amazônia, segundo efeito contratual junto ao MTE/SENAES.

A UFPA enquanto instituição executora do convênio para a implantação do CFES-Amazônia mobilizou as representações dos *Fori* Estaduais de Economia Solidária de abrangência dos mesmos, na relação direta com as Incubadoras; a representação da Rede de Formadores/as e Educadores/as em Economia Solidária e representantes de projetos da SENAES/MTE, que envolvem formação em Economia Solidária.

Assim, apesar das dificuldades iniciais, a Equipe CFES-Amazônia (Incubadoras, Coletivos Estaduais, *Fori* de Economia Solidária, Entidades e Projetos de Assessoria Técnica e Gestores) conseguiu realizar as ações, enfrentando ainda problemas relativos à morosidade nos processos de licitação e compra de materiais de consumo e permanentes, além da contratação de serviços básicos à realização das atividades, tais como, alimentação, hospedagem, aluguel de carro e aquisição de combustível.

Em face dessas dificuldades, o Conselho Gestor juntamente com a coordenação do CFES-Amazônia conseguiram realizar um intensivo debate sobre a gestão dos recursos, bem como, de orientação da política para a execução das ações implementadas em

sua totalidade, à exceção do Estado de Rondônia⁵, que foi parcial. Neste sentido, o Conselho Gestor se tornou um instrumento vital na constituição do CFES-Amazônia.

O Conselho Gestor levantou questões como: de que forma esse formador/multiplicador poderá aplicar os conhecimentos e as informações construídas no debate coletivo em suas localidades, seja da capital ou do interior, tendo em vista que, muitas vezes, os conhecimentos e experiências não eram difundidos pelos formadores?

A articulação e constituição dos Coletivos Estaduais garantiram a realização das atividades do CFES-Amazônia com abrangência e capilaridade regional. No entanto, estes Coletivos Municipais ainda são frágeis⁶, na medida em que seu fortalecimento, exige uma ação específica e continuada, além de recursos para expandir suas atividades de formação trazidos pelos participantes dos demais estados.

Nos cursos regionais, com um quantitativo de 40 participantes, em que metade era constituída por pessoas dos seis Estados da regional e a outra metade dos integrantes do Estado receptor, havia troca de saberes, momentos em que os formandos

⁵ As metas não executadas em Rondônia foram remanejadas para o Estado do Pará devido a grande demanda de ações de cunho estadual.

⁶ Há casos de pessoas formadas que retornam aos seus Estados e na grande maioria das vezes, não mantém contatos ou não possuem condições para dar continuidade/multiplicação do aprendizado e das informações obtidas nas formações.

buscavam complementar o conhecimento já acumulado, com novos saberes.

Hoje, há formadores capazes de realizar inúmeras atividades, porém não existem projetos que os contemple de modo efetivo, em suas localidades⁷. Essa situação também gerou inúmeras discussões nos espaços de formação, quando eram levantados problemas relacionados aos custos e às despesas do Projeto, bem como, a ausência de membros dos empreendimentos solidários na condição de formador. Essas dificuldades decorriam das próprias normas do edital, na medida em que os empreendimentos acabavam não correspondendo aos requisitos técnicos necessários à formação de multiplicadores.

Havia problema ainda em relação aos Fori desestruturados, com problemas de conflitos internos de poder entre as diferentes instituições de assessoria e os empreendimentos solidários, além de disputadas entre Fori, Gestores Públicos e Incubadoras, que acabavam fragilizando os processos de organização das atividades de formação em alguns Estados.

No entanto, o Conselho Gestor buscava mediar os conflitos para que as atividades não fossem prejudicadas e, em sua tarefa de gestão, possibilitou a alteração dos temas e conteúdos específicos das formações em função das demandas do movimento de economia solidária nos Estados. Esse processo metodológico possibilitou ainda

⁷ Este questionamento suscitou a elaboração e execução de um curso regional em Roraima, que tratava de elaboração de projetos para captação de recursos.

a construção e disseminação do conhecimento em rede, favorecendo as trocas de experiências de formação e educação em economia solidária, articulando outros sujeitos e espaços de formação e formulação de projetos juntamente com os empreendimentos solidários.

As temáticas eram discutidas e debatidas com pautas específicas, das ações de cooperação e intercooperação entre as instituições de apoio e assessoria, na execução do projeto, na elaboração do planejamento estratégico, no monitoramento, na avaliação e no processo metodológico de sistematização e disseminação de material do CFES-Amazônia.

As atividades desenvolvidas pelo CFES-Amazônia tinham como finalidade promover a discussão da economia solidária, priorizadas nas oficinas locais, o que levou à avanços significativos, como a descentralização e a territorialização das ações do CFES.

É importante ressaltar que apesar de priorizar os empreendimentos, não se deixou de atender públicos distintos, como gestores públicos, com vistas à fomentar a criação de núcleos de economia solidária em secretarias municipais ou mesmo em outros espaços. No município de Igarapé Miri, no Estado do Pará, contribuiu-se para criar uma Incubadora Municipal de Políticas Públicas de Economia Solidária na Secretaria de Desenvolvimento Rural, além de um departamento, nesta mesma secretaria.

As atividades desenvolvidas em economia solidária tiveram como efeito, o aprimoramento das discussões sobre essa política

pública, formando agentes em municípios longínquos, dado que as atividades de formação territorializadas.

No plano regional houve a realização de um Curso Regional em cada Estado e dois cursos no Estado do Pará, conforme pode-se observar no Quadro 3.

Quadro 3: Cursos Regionais CFES-Amazônia

PERÍODO	LOCAL	TEMÁTICAS	FORMADORES
16 a 20 de Março de 2010	Ananindeua / PA	Educação Popular e Metodologia Participativa; Constituição e Organização da Economia Solidária; Políticas Públicas de Economia Solidária; Desenvolvimento Local e Territorial; e Processos de Cooperação	Salomão Hage Armando Lírio Maria José Barbosa Farid Eid
08 a 11 de setembro de 2010	Macapá / AP	Processos de Cooperação, Comercialização e Sistematização	Márcia Janeth Costa e Bárbara Espínola.
21 a 24 de Outubro de 2010 ⁸	Rio Branco / AC	Autogestão, Heterogestão e Co-gestão e Planejamento Participativo, contando para complementação de carga horária com as ações do Seminário Latino Americano, que tratou do papel da Economia Solidária na Integração Latinoamericana.	As temáticas discutidas tiveram como facilitadoras: Solange Lins e Rosevany Mendonça Valente.
16 a 19 de dezembro de 2010	Manaus / AM	Marco Legal da Economia Solidária e Liderança	Alanne Maciel, Adriano Ferreira e Henrique Freitas
05 a 09 de março de 2012	Porto Velho / RO	Políticas Públicas de Economia Solidária (gênero, identidade e financiamento).	Andréa Christianne da Silva Mendes, Edimar Freires, Fabianny Castro, Flávio Morais Nogueira Junior e Mariluce Paes.

⁸ A atividade ocorreu concomitante à Feira Pan-Amazônica de Economia Solidária.

(continuação)

09 a 13 de abril de 2012	Boa Vista / RR	Organização de Pequenas Cadeias Produtivas e Elaboração de Projetos para Captação de Recursos (Sustentabilidade, Mapeamento e Desenvolvimento endógeno)	Farid Eid
04 a 08 de maio de 2012	Belém / PA	Comercialização; Logística; e Contabilidade ⁹	Marcia Janeth Costa, Rodrigo Augusto Sobral e Anderson Pires.
03 a 07 de setembro de 2012	Palmas / TO	Economia Solidária; Processos metodológicos de formação; Sistematização em Economia Solidária; e Mística e Espiritualidade.	José Celso Carbonar, Rosevany Mendonça Valente, Eni Cunha, Regina Célia, Joran Barros e Luciana Pereira.

Fonte: Relatório Final Projeto CFES-NORTE, 2012.

No ano de 2012, o CFES-Amazônia visava realizar três Seminários do Plano Nacional de Qualificação, porém foi verificada também a necessidade de um Seminário para a discussão dos levantamentos e ações para a construção do Projeto Político Pedagógico, bem como, de um Seminário Final de Apresentação de Resultados e Avaliação do próprio CFES.

O Conselho Gestor optou pela substituição de dois dos três seminários, os quais passaram a ser reorganizados no calendário com as seguintes temáticas: 1º Plano Nacional de Qualificação; 2º Plano Político Pedagógico, momentos que possibilitaram a construção de

⁹ O CFES-Amazônia em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Cáritas e Regional Norte II, realizou as atividades do Seminário Regional de Avaliação dos Projetos de Economia Solidária, juntamente com o 7º Curso Regional de Formação de Formadores em Economia Solidária, objetivando, respectivamente, discutir e avaliar os projetos de Economia Solidária voltados para a Região Norte, bem como, trabalhar a formação de formadores.

um documento de referência para as diretrizes de educação/formação em economia solidária na Região Norte. No 3º se discutiu a Avaliação e Apresentação de Resultados, além da discussão sobre a proposição do novo edital do projeto CFES, já com a proposta de subdivisão da Região Norte¹⁰ em duas, ou seja, CFES-Amazônia I, composto pelos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e, CFES-Amazônia II, constituídos pelos Estados do Amapá, Pará e Tocantins.

METAS DE FORMAÇÃO: resultados do CFES Amazônia

A formação de formadores/multiplicadores da Política Nacional de Economia Solidária no âmbito do CFES-Amazônia teve sua relevância no que diz respeito à territorialização das ações pelos municípios mais longínquos da região, com atividades realizadas nos rincões dos sete Estados da Região Norte.

A participação de integrantes de reservas extrativistas, aldeias indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, ribeirinhos e agricultores familiares, além de gestores públicos e instituições de apoio e assessoria a empreendimentos solidários obtiver a aquiescência dos sujeitos protagonistas da economia solidária.

¹⁰ Essa discussão esteve presente no Conselho Gestor, em vários momentos, em face das dificuldades de execução do projeto, devido ao que se costuma chamar de custo amazônico como: logística, compra de materiais, alojamento e passagens, falta de serviços públicos e coletivos capazes de atender as necessidades do CFES.

Na tabela abaixo percebe-se que, apesar das dificuldades, as metas foram cumpridas e até mesmo ultrapassadas, devido à união de esforços dos Coletivos Estaduais, de outros projetos e instituições de apoio que cooperaram para a realização das mesmas.

Quadro 4: Atividades de Formação em Economia Solidária

METAS	PREVISTAS	EXECUTADAS
Oficinas	75	96
Cursos Estaduais	42	45
Cursos Regionais	08	08
Seminários	03	03
Seminários de AT	01	01
Reuniões Estaduais	42	45
Reuniões Regionais	06	07
Especialização	01	01
Publicação	3000 Unidades	3000 Unidades
Implantação do CFES-Amazônia	1	1

Fonte: Relatório Final CFES-Norte, 2012.

O principal destaque das atividades realizadas pelo CFES-Amazônia foi a territorialização de suas atividades, como foi dito anteriormente, na medida em que a proposta se restringia às capitais dos sete Estados da Região Norte. Também se considerou importante a realização de um curso de Especialização em Economia Solidária na Amazônia. No entanto, com a morosidade para a liberação dos recursos, este curso ficou restrito ao Estado do Pará¹¹.

¹¹ Essa decisão foi questionada pelos Coletivos Estaduais, no entanto, decorreu da dificuldade em garantir que o Curso fosse efetivamente presencial, com a participação dos sete Estados. Neste curso de especialização participaram profissionais de diversas áreas de conhecimento (assistentes sociais, advogados, administradores, contadores, nutricionistas, historiadores etc).

OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO CFES-AMAZÔNIA

Um dos maiores desafios para o CFES é sua própria consolidação com a participação/envolvimento/apoio no sentido de trazer mudanças efetivas (sociais, econômicas, políticas e culturais) aos empreendimentos, repercutindo em transformações na medida em que as formações projetem alterações nos parâmetros de organização da gestão e da produção dos empreendimentos, sob os princípios da economia solidária, com condições e qualidades para legitimar seus sujeitos, no contexto social mais amplo.

Quando se trata de formação em economia solidária na Amazônia é necessário entender que ao longo da década de 1990 a crise nacional rebateu fortemente neste território, o qual tem como “vantagem comparativa” o fornecimento de matérias-primas abundantes: madeira, minério e produtos não madeireiros. Isto explica, em parte, a não industrialização e conseqüentemente a não generalização do assalariamento e ainda o baixo nível de escolaridade e de implantação de serviços coletivos, que hoje se tornaram essenciais para o desenvolvimento na perspectiva de inclusão social de todos e todas.

A ausência destes serviços e de uma bacia de trabalho qualificada bloqueia o próprio desenvolvimento regional. Isso significa dizer que hoje a formação em economia solidária na Amazônia precisa dar conta do acesso a bens e serviços coletivos que constituam a materialidade dos direitos (moradia, saúde e ensino

públicos, bens de consumo duráveis e serviços públicos), os quais possibilitam o deslocamento da perspectiva de desenvolvimento autoconcentrado para o desenvolvimento com inclusão social e produtiva dos sujeitos locais.

É nestas condições que várias iniciativas de produção e de comercialização são estruturadas sob a base do trabalho informal, ganhando expressão no processo brutal de precarização, em que os empreendimentos solidários, baseados na livre associação (como as cooperativas populares, pequenos grupos de produção, o contrato temporário de trabalho) estão submetidos, em função da falta de acesso às condições de melhoria da qualidade dos produtos ofertados.

Na Amazônia, os empreendimentos solidários apesar de viabilizarem atividades produtivas e buscarem a sobrevivência dos trabalhadores associados, além de difundirem valores solidários de participação, autogestão e autonomia, estão longe de garantir o bem-estar de todos e todas que compõem esses empreendimentos, em face da falta de condições para fazer valer seus princípios de solidariedade.

A formação em economia solidária, neste contexto, ao experimentar novas ferramentas e se propor a atender as demandas dos empreendimentos, reflete os próprios empreendimentos solidários exigindo assessoria técnica¹², cujo processo pedagógico

¹² Termo utilizado a partir das discussões da Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica para a II Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES.

mediatiza-se pela educação popular, elemento fundamental da pesquisa-ação, que se inscreve na construção pedagógica freireana para a autonomia dos sujeitos e a autogestão dos empreendimentos solidários. Portanto, à construção de uma nova direção ao processo de formação, mas que precisa ser combinada com o fomento à produção, como condição de melhoria da qualidade do trabalho dos empreendimentos solidários, eixos da formação continuada, omnilateral e politécnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação final com base nas discussões realizadas no Conselho Gestor em relação ao processo de implantação e execução das atividades de formação, possibilitou uma reflexão quanto ao redimensionamento do Centro de Formação, inicialmente, em função da grandeza territorial da Amazônia, bem como, das dificuldades para garantir as condições necessárias à realização das atividades de formação para além dos processos de multiplicação de formadores, como se previa.

Nos processos de avaliação continuada, o Conselho Gestor decidiu a descentralização e a territorialização das ações de formação do CFES-Amazônia aos mais longínquos, com formações nos lugares de produção dos empreendimentos¹³, constatando-se que esse processo criou um espaço de posicionamento e de partilha de valores

¹³ No entanto, para potencializar essas ações era necessário, entre tantos outros elementos estruturantes, que houvesse insumo à produção e ao fortalecimento de canais de comercialização em paralelo com a formação no âmbito local.

entre os cooperados, não de uma forma expressiva, mas capaz de preencher de significados a participação dos empreendimentos.

Tem-se clareza das limitações das ações do Conselho Gestor e dos Coletivos Estaduais frente aos problemas estruturais da Amazônia e que sem dúvida repercutiu nas condições dos empreendimentos solidários. Mas, a troca de experiência foi importante para conhecermos as necessidades destes empreendimentos, seus desafios, seus conflitos internos provocados, muitas vezes, pela falta de conhecimento de elementos essenciais para garantir à autogestão e à democratização dos espaços de produção, com o pressuposto da concepção politécnica do trabalho associado.

Além das dificuldades dos próprios empreendimentos existem os desafios dos formadores em pensar a economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, o que demanda a constituição de uma agenda comum dos empreendimentos em termos da formação, assistência e linhas de créditos específicas, redimensionamento das ações de formação articuladas às agendas dos empreendimentos, a fim de alcançar outro nível de desenvolvimento dos próprios empreendimentos, que hora trabalham sob condições extremamente precárias e vulneráveis. Nesse sentido, as ações de formação em economia solidária precisam de políticas públicas com ferramentas adequadas para atender as necessidades reais dos empreendimentos.

A intersetorialidade e a territorialização das ações de políticas públicas ancoradas nos mapas identitários dos sujeitos da economia solidária e no mapa das oportunidades locais, em sinergia com as atividades florestais não madeireiras, da agricultura de base ecológica, do manejo florestal e dos investimentos nos produtos da economia local, constituem condições essenciais para avançar na formação dos empreendimentos solidários na Amazônia.

A partir dessas atividades concretas é possível pensar a formação com base no trabalho associado e efetivo dos empreendimentos solidários, sob pena de cair em ações abstracionistas, sem apoio às necessidades dos empreendimentos, portanto, em sua sustentabilidade, na medida em que historicamente esses sujeitos foram postergados nas ações de desenvolvimento. Seus territórios isolados ou integrados por processos de expropriação e de desterritorialização geraram condições extremamente vulneráveis.

Na Amazônia é imprescindível pensar a formação em economia solidária ancorada nesta particularidade socioeconômica, política e cultural, em sua heterogeneidade.

Pode-se dizer que o maior avanço do CFES-Amazônia se deu quando suas ações de formação se aproximaram dos empreendimentos solidários, cuja percepção do aprendizado dos mesmos e da equipe que compôs o Conselho Gestor exigiu um trabalho, muitas vezes, difícil, com críticas, mas também com cooperação e solidariedade, em face das situações extremas, geradas por fatores contraditórios devido aos problemas relativos à

implantação de um projeto de dimensão territorial, cuja abrangência é de mais de 60% do território nacional (Amazônia brasileira) e de desigualdades regionais, que coloca a Amazônia em situação de precarização por falta de serviços de uso comum, capacidade técnica e logística para atender às demandas nos sete Estados da Região.

Assim, apesar dos esforços dos últimos anos de democratização das políticas públicas, o fosso que separa as populações amazônicas dos centros urbanos, em si mesmo, foi um aprendizado para os Coletivos Estaduais e para o Conselho Gestor. Trata-se do que se costumou chamar de “custo amazônico”, as operações são de toda ordem (de dificuldades) em face de uma região de dimensões continentais, mas sem serviços capazes de atender as demandas de seus sujeitos individuais e coletivos.

Verifica-se que há necessidade de uma nova estrutura de formação para atender as demandas locais e de formação ancoradas nos sujeitos reais. Aprofundar essa temática já é, em si, um grande desafio de ensino-aprendizagem para a formação junto com os empreendimentos, a fim de produzir impactos reais nas condições de vida desses coletivos de trabalhadores associados.

O processo de formação do CFES trouxe à tona a necessidade de (re)inventar o cotidiano dos empreendimentos que não foram preenchidos pelas ações de desenvolvimento, mas trouxe também um aprendizado da necessidade de uma ação de micropolítica, a fim de atingir esses espaços de experimentação prática, de um “outro mundo possível”, e (re)inventar o coletivo do

trabalho associado e a autonomia desses empreendimentos solidários, com políticas concretas de valorização da vida desses sujeitos, que constroem no cotidiano do isolamento e da falta de serviços coletivos e de infraestrutura, formas de vida capazes de nos orientar em termos da solidariedade e da cooperação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA. M.J.S et al. Relatório Anual do CFES. Belém: UFPA/ITCPES – 2010.

_____. _____. _____. 2011.

_____. _____. _____. 2012.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CFES AMAZÔNIA

Rosevany Mendonça Valente¹⁴
Ana Maria Pires Mendes¹⁵
Euzalina da Silva Ferrão¹⁶
Maria Antonieta Rocha dos Santos¹⁷

As mudanças estruturais de ordem econômica e social, ocorridas no contexto da crise do modo de produção capitalista, na década de 70, fragilizaram o modelo tradicional de relação do trabalho assalariado, instituído no final do século XIX, na Inglaterra. Assim, o processo de organização da produção e do trabalho conduziram à precarização, por formas de flexibilização e de desregulamentação das leis trabalhistas e previdenciárias, de maneira sem precedente. Em face dessa situação, a expansão das formas de inserção da População Economicamente Ativa (PEA), referentes às ocupações com baixa produtividade e precárias condições de trabalho, marca o contexto mais amplo da crise do emprego nas últimas décadas do século XX.

¹⁴ **Rosevany Mendonça Valente:** Pedagoga, Especialista em Economia Solidária e Microcrédito (MBA), Especialista em Gestão Pública e Sociedade – Políticas Públicas de Economia Solidária e Especialista em Gestão Sustentável de Municípios. rosyecosol@hotmail.com

¹⁵ **Ana Maria Pires Mendes:** Assistente Social. Professora. Mestre em Ciências Sociais. Doutoranda em Educação. apires@ufpa.br

¹⁶ **Euzalina da Silva Ferrão:** Socióloga. Professora. Mestre em Antropologia. Doutoranda em Antropologia. euzalina@ufpa.br

¹⁷ **Maria Antonieta Rocha dos Santos:** Professora da UFPA. Mestre em Serviço Social. antonietars@ufpa.br

Esta nova reestruturação no mundo do trabalho, causada pela mudança do sistema produtivo, precariedade de trabalho, dentre outros, contribui de forma significativa, para o surgimento de novos sujeitos sociais e da construção de novos espaços institucionais, como a forma associativista de trabalho da economia solidária, uma alternativa para milhares de trabalhadores e trabalhadoras, que buscam alterar suas condições de vida nas mais diversas regiões do país.

Para Castel (1989) o padrão societário contemporâneo é pródigo na produção cada vez mais intensa de “desfiliados”, que surgem pelo enfraquecimento das políticas sociais e pelo crescimento do desemprego e da precarização do trabalho e da vida, como um todo. Não há mais acesso livre aos postos de trabalho assalariado, o padrão “vagabundo” é agora reproduzido no desempregado, ou seja, os novos “desfiliados”, categorias construídas no reverso do contexto do trabalho, como um imperativo humano e social e “formam uma categoria sem lugar, construída pela falta de trabalho”.

Esse pensamento hegemônico é parte constituinte de uma sociedade que cultua o individualismo como valor maior, ainda que esse constructo social não seja algo dado, desde sempre, pois a solidariedade é uma prática social milenar, como afirma Sennett (2012, p. 336) “os brutais simplificados da modernidade podem reprimir ou distorcer nossa capacidade de viver juntos, mas não eliminam nem podem eliminar essa capacidade”, esquecida na trajetória que altera a moral das sociedades primitivas e que chega à

sociedade moderna como mero negócio, vazio de significado coletivo. Desvelar esse movimento de obscurecimento faz parte da ação de educação em economia solidária.

O trabalho associado em rede de solidariedade ganha, sentido de cooperação, articulação, intercâmbio de experiências e conhecimentos, importantes na superação do determinismo e da aparente impotência diante de uma estrutura econômica capitalista que se revela onipotente, pelo menos no discurso do neoliberalismo, como suposto pensamento único em face da crise do chamado socialismo real.

Gaiger (2004) mostra que a expansão da economia solidária no Brasil é inquestionável. Seus protagonistas diretos encontram-se pressionados, de um lado, pela crise estrutural do mercado de trabalho e, por outro, se veem motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis, que buscam criar alternativas para a crise estrutural do trabalho assalariado e às formas de precarização do trabalho, pois, a economia solidária é um estímulo adicional que decorre do importante efeito demonstrativo das experiências já existentes, em particular, daqueles empreendimentos vinculados aos segmentos populares dotados de algum substrato comunitário ou de identidade de classe.

O intenso crescimento dos empreendimentos econômicos solidários nos últimos anos exige respostas adequadas e permanentes às suas necessidades de formação e assistência técnica, entre outras.

Os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária se deparam no cotidiano, com exigências cada vez mais complexas, relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, bem como, da necessária eficiência em viabilizar as atividades econômicas que realizam. Para isso, buscam combinar processos integrados de qualificação social e profissional com oportunidades de elevação da escolaridade, com iniciativas de formação política e cidadã.

Com base neste contexto, o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES, priorizando a formação para a construção de um novo regionalismo, dando ênfase à economia solidária e centra suas ações, na perspectiva de superação das desigualdades socioeconômicas e no respeito à diversidade cultural, através de ações como a implantação do Centro de Formação em Economia Solidária/CFES-Amazônia. Uma oportunidade coletiva, com o Conselho Gestor, de gerar instrumentos para potencializar as ações formativas, visando contribuir com empreendimentos econômicos solidários.

As experiências em economia solidária, no âmbito da formação, visam o fortalecimento do potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica local. Desse modo, o movimento experimentado no processo de sistematização do processo de construção do Político-Pedagógico do CFES teve o intuito de mostrar a necessidade de consolidação deste instrumento, a fim de

fortalecer a metodologia participativa e a pesquisa-ação na formação em economia solidária.

As ações do CFES, portanto, vieram ao encontro das diretrizes da Política Nacional de Educação em Economia Solidária, para integrar as ações de formação sistemática de agentes multiplicadores, sistematização de conteúdos e metodologias de formação, documentação e publicação do material didático e informativo e articulação em rede de entidades e agentes formadores em economia solidária na Região Norte.

A execução do projeto teve início com a mobilização e sensibilização das instituições como os *fori* de economia solidária e as incubadoras universitárias dos Estados da região, principais instituições coordenadoras das ações do CFES-Norte, bem como, entidades de apoio como a Rede de Educação Cidadã – RECID e a Cáritas.

O CFES visou a interação entre os formadores e os empreendimentos e também uma maior articulação entre a UFPA e as demais universidades da região, com vistas a produzir conhecimentos baseados na formação e assessoria aos empreendimentos solidários. Sob essa diretriz, o trabalho buscou potencializar a melhoria das capacidades de geração de trabalho e renda, principalmente, em razão dos processos de formação e assessoria técnica, como é o caso dos agricultores familiares, e também de pequenos produtores rurais e urbanos, organizados sob a forma de produção coletiva.

Desse modo, o CFES Amazônia se voltou para as particularidades da região, sem perder a dimensão do contexto nacional, articulando o saber local, o saber da educação profissional superior, com outras políticas públicas, visando o desenvolvimento sustentável no campo e na cidade, além da qualificação de quadros técnicos para atuar na esfera da economia solidária na região amazônica.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CFES-AMAZÔNIA: elementos constituintes

A dinâmica de formação do CFES gerou um debate acerca da necessidade de construção de um documento de referência, para o projeto político pedagógico, com vistas ao alcance de três grandes objetivos: explicitar o contexto no qual a economia solidária é construído e sua identidade na Amazônia; afirmar os objetivos pedagógicos e políticos da educação em economia solidária e orientar as ações estratégicas de formação do CFES nesta região.

No debate realizado nos encontros nacionais ficou definido que a construção do documento de referência para a construção do Projeto Político Pedagógico de formação em economia solidária, retrataria uma concepção de sociedade, de mundo e de educação que se quer, com a participação dos sujeitos sociais, se constituindo assim em um instrumento teórico-metodológico com princípios, diretrizes e propostas de ação oriundas dos CFES regionais, a fim de contribuir para a reflexão, organização, formação e sistematização das atividades desenvolvidas nos espaços educativos, no intuito de

orientar e fundamentar as práticas pedagógicas e organizativas no âmbito da economia solidária no país.

As orientações da SENAES e do CFES-Nacional para o CFES-Amazônia estavam relacionadas aos debates para a construção de um documento que pudesse subsidiar a formação em economia solidária no âmbito da região amazônica. Assim, deveria contemplar a diversidade nas ações formativas nos sete Estados, além de socializar análises, avaliações e reflexões sobre a prática educativa em economia solidária; debater com os diferentes atores, as concepção de mundo, sociedade, pedagogia, metodologia e, sobretudo, economia solidária, ou seja, organizar a concepção teórico-filosóficas e realizar levantamentos sobre a realidade socioeconômica-ambiental de cada Estado, para compor as diretrizes teórico-pedagógicas adequadas à realidade amazônica, imanente à história da economia solidária na região, explicitando seus protagonistas.

O CFES-Amazônia organizou um conjunto de atividades em cada Estado, para suscitar discussões específicas sobre o que seria o Projeto Político Pedagógico Participativo e a necessidade de construção, no contexto de formação em que o projeto CFES encontrava-se inserido. A construção deste texto retrata esse debate, para mostrar como a região pensa o processo de formação educativa em economia solidária em nível nacional, respeitando as especificidades de cada região. Assim, partiu-se para buscar

respostas às demandas formativas de empreendedores, assessores e gestores amazônicos.

No âmbito do CFES-Amazônia os encontros foram realizados em dois momentos: no primeiro, os atores envolvidos no debate tornaram-se agentes multiplicadores em seus espaços de atuação; no segundo, a metodologia adotada objetivou facilitar a construção coletiva dos temas trabalhados.

Esses debates deram origem a um conjunto de informações que foram sistematizadas para estruturar um documento, uma espécie de minuta do Projeto Político Pedagógico. A construção desse instrumento passou por debates nos encontros estaduais, a fim de considerar as sugestões de diferentes atores, bem como, garantir que as diretrizes, dimensões e referências teóricas orientadoras pudessem incorporar elementos de consensos, nos processos formativos na região. Não obstante, os atores sociais entenderam que cada Estado deveria construir seu próprio Projeto Político Pedagógico, na medida em que há uma heterogeneidade cultural e social configurada em identidades próprias a cada Estado da Região Norte.

MARCO SITUACIONAL DO CFES-AMAZÔNIA: o debate para a construção político-pedagógica

As bases de construção do documento-minuta do Projeto Político Pedagógico do CFES-Amazônia trouxeram como dimensão orientadora à reflexão acerca de uma proposta inovadora de desenvolvimento justo e solidário, como perspectiva de construção dos empreendimentos solidários, sujeitos da articulação e

organização da economia solidária nos Estados. Neste sentido, orientou-se para que a formação constitui-se de uma Rede Regional de Formadores capazes de fomentar o desenvolvimento com a inclusão de todos e todas. A organização em rede é uma estratégia de efetivação dos CFES, um desafio para uma reflexão teórico-prática que fortaleça a cultura de redes, como um contínuo intercâmbio de relações entre formadores em economia solidária, com ideário coletivo, na construção de “um outro mundo possível”.

A formação em rede tem como perspectiva difundir as experiências e conhecimentos dos atores sociais da economia solidária, como uma ação conjunta e participativa, em que o exercício da práxis interdisciplinar e intersubjetiva se movimenta no sentido de interagir, cooperar e construir de modo coletivo e que a solidariedade seja o suporte dessa educação social.

Os movimentos em rede se conectam em uma dinâmica de resistência que precisam ser pensados no âmbito de uma “teoria relacional do poder” (FALEIROS, 1999), sob uma trajetória de construção coletiva, com o novo padrão societário.

Assim, as redes de economia solidária e seus processos formativos visam se colocar nesse espaço de construção para qualificar os sujeitos individuais e coletivos que atuam sob uma nova perspectiva de organização do trabalho associado, de modo autônomo, solidário e criativo.

Trata-se, portanto, de construir processos formativos capazes de valorizar o modo de organização do trabalho associado e da

produção cooperativista que se funda em busca da superação da exploração do trabalho humano e da desigualdade social.

As redes de economia solidária constituem-se como estratégias de promoção da transformação de práticas sociais inerentes à crise do mundo do trabalho, quando trabalhadores do campo e da cidade lutam pela sobrevivência, dando expressão a outra forma de economia, fundada em valores redescobertos na ação solidária, de uma economia de resistência que se apoia nas dinâmicas reais das lutas históricas dos trabalhadores em busca de emancipação societária.

MARCO OPERACIONAL: procedimento metodológico do CFES-Amazônia

Os processos de formação educacional em economia solidária encontram base teórica nos conceitos da “educação popular” enquanto orientação de princípios pautados na construção de uma cidadania comprometida com o desenvolvimento dos sujeitos, alicerçada na justiça social, sob um pensamento crítico que intencione e pratique a autonomia dos sujeitos em diferentes dimensões e que tais valores tenham caráter coletivo e universal.

A produção de saberes é um ato de liberdade inserida nas relações que se supõem o Estado com papel regulador e controlador e não de cidadãos livres, estando longe de promover bem estar para todos e todas, sendo, portanto, necessário um novo marco regulatório, que comporte as mudanças estruturais carreadas pelo trabalho associado com base na economia solidária. Sob esse marco

referencial o Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte/CFES-Amazônia se constituiu em um desafio idealizado pelo Movimento de Economia Solidária e que o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ao absorver as demandas dos sujeitos protagonistas do movimento de economia solidária e promover processos de formação, garantindo uma agenda dos *fori* estaduais e nacionais de economia solidária, na busca desse novo marco.

A organização, efetivação e articulação dos processos formativos, ações inerentes aos objetivos dos CFES, estão articuladas à sistematização e à organização das redes de formadores, constituindo, assim, um conjunto de estratégias interligadas e relacionadas, convergindo para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

O alcance desses objetivos vêm ocorrendo por meio da ampliação do número de formadores e formadoras em economia solidária e pela construção de subsídios à formulação de políticas públicas de economia solidária, que tem por base a constituição de sujeitos livres e solidários.

Como fruto dos debates loco-regionais esse documento assimilou o “fator Amazônico”, a fim de que fosse respeitada as especificidades e diversidades do território, apontando a possibilidade de empreender um rumo para as demandas formativas de empreendedores, assessores e gestores amazônicos, que respondam às reais demandas desse território, bem como, uma

concepção de economia solidária na perspectiva da politecnicidade e na omnilateralidade.

O produto dos encontros estaduais, ao ser discutido em plenárias participativas, trouxe elementos para subsidiar a construção de diretrizes e de referência teórica dos processos formativos na região, em que os atores sociais sejam os protagonistas do próprio Projeto Político Pedagógico, suas identidades locais e valorização de suas culturas, muitas vezes obscurecidas na dinâmica nacional.

O processo de formação no contexto da economia solidária é pensado como pressuposto de um novo homem, um ser livre e solidário. Nesse sentido, Singer (2004) aponta para a responsabilidade dos sujeitos na recuperação da fala, que reproduz e nomeia o conhecido, de modo a elaborar novos conhecimentos. Desta forma, o homem em sua condição de ser social tem na racionalidade e na comunicação, o poder de falar e nomear alternativas ao vivido, assim agindo pode propor alternativas a este vivido, sendo para tal necessário que desenhe intencionalmente um novo projeto de vida. Isso tem um conteúdo que remete à capacidade humana de alterar a realidade, a partir de sua negação que, por sua vez, já contém a dimensão da possibilidade de conceder outro vivido.

Do mesmo modo, quando se pensa a educação popular como prática educativa na construção do movimento de economia solidária, pode-se apontar como um de seus maiores desafios à construção de instrumentos pedagógicos para a autogestão, planejamento, entre outros, que seja apropriado e que possibilite uma

nova realidade aos empreendimentos solidários. Assim, a politecnicidade e a omnilateralidade subsidiam a construção de uma prática social crítica do individualismo possessivo e do eixo da constituição do ser humano imantado pela formação capitalista.

As diferentes práticas metodológicas nos espaços de discussão e debates foram construídas na perspectiva de concretizar uma abordagem na qual os diversos tipos de conhecimentos dialogassem, a fim de qualificar a práxis dos sujeitos envolvidos na constituição da economia solidária. Assim, as características específicas e próprias desses sujeitos contribuíram para os espaços e debates sob a inter-relação entre os diferentes sujeitos, na construção de subsídios para o Projeto Político Pedagógico em economia solidária, que busca o desenvolvimento individual e social dos formadores(as), educadores(as) e gestores(as) públicos e de todos e todas que trabalham com economia solidária, ao mesmo tempo que possam contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades de origem.

O debate sobre a proposta metodológica do CFES-Amazônia se fundamentou em uma abordagem construtivista, valorizando a experiência de todos os participantes, a fim de trabalhar os processos pedagógicos para potencializar a atuação dos sujeitos à medida que seus conhecimentos foram estruturados com base em suas vivências, sendo os mesmos capazes e de se educarem mutuamente (FREIRE, 2009).

“Embora com papéis específicos e diferenciados, educandos e educadores, organizações ou comunidades educam-se coletivamente a partir de uma dinâmica de troca e de assimilação de novos conhecimentos” (PROJETO CFES, 2006). Esse recurso metodológico possibilitou o redimensionamento do conhecimento científico já sistematizado, a partir do diálogo com as práticas cotidianas dos próprios sujeitos envolvidos, trazendo elementos para a compreensão dos indivíduos como um todo, imanente à constituição da modernidade.

O CFES-Amazônia priorizou a formação de trabalhadores e profissionais, por meio de conteúdos técnico-científicos, na perspectiva da construção de um novo modelo de desenvolvimento em busca da sustentabilidade local e ecológica. Portanto, de valorizar os sistemas produtivos das comunidades e das organizações de trabalhadores com dificuldade de acesso às condições do desenvolvimento essencial à formação do ser humano omnilateral, como valores éticos, sociais, culturais e políticos, unificando as conexões destituídas pelas instituições capitalistas, a fim de possibilitar uma formação com base na politecnia.

Para atingir o perfil de formação de formadores em economia solidária, o CFES enquanto espaço de formação foi discutido como uma estrutura e com conteúdos pedagógicos capazes de facilitar a relação educando-educador centrados em suas comunidades, articulando e valorizando o saber popular, historicamente acumulado em troca com o saber científico, ao

mesmo tempo em que buscou trabalhar os laços e redes de conexão das esferas sociais como uma totalidade social plena de significados.

A base dessa concepção é a troca de saberes para que haja a integração do todo como princípio da omnilateralidade e da politécnica em uma perspectiva interdisciplinar, superando a fragmentação entre os saberes científicos e técnicos e os saberes populares, a partir da construção de novos valores e novas relações humanas concretas baseadas na solidariedade e na cooperação.

Destaca-se que o ponto de partida da construção do conhecimento produzido no âmbito do CFES-Norte foi extraído da realidade concreta e de situações vivenciadas pelos educandos, educadores, potencializando, desta forma, seus contextos socioeconômicos e culturais, suas formas de organização, de produção e de inserção sociopolítica e econômica no território, com base em um processo de ensino-aprendizagem que procurou inverter a marca mais acentuada da formação acadêmica tradicional, ou seja, a superdimensão da teoria na relação com a prática, para isto a fala e a reflexão foram elementos essenciais.

As práticas educativas em economia solidária foram capazes de contribuir para que os trabalhadores e trabalhadoras dessa outra economia tivessem consciência de seu papel na sociedade, como sujeito contínuo de transformação. Para tanto, considerou-se que:

[...] mudar o mundo, passa pelo direito de mudar a produção, o ato produtivo, o direito de ingerir no processo de produção, o direito de dizer não, não é isso que tenho que produzir (...) tem a ver com libertação porque não há liberdade. O processo

educativo popular, assim, desperta os educandos e educadores, agentes e atores para a necessidade da organização, do questionamento, da construção de alternativas que reinventem o mundo, o poder. (FREIRE; FREIRE, 2001, não paginado).

O processo de ensino-aprendizagem nas ações do CFES ocorreu na perspectiva da interdisciplinaridade condição necessária à formação de um ser politécnico e omnilateral. A construção de conhecimento em “rede”, possibilitou gerar conteúdos na própria discussão com os sujeitos protagonistas, portanto, não tendo um fim em si mesma. A formação em economia solidária foi definida como uma “construção social” inerente aos processos do trabalho associado e à organização social, elementos fundamentais para viabilizar as iniciativas econômicas, sociais, culturais, além de ampliar a cidadania e o processo democrático, como um movimento cultural e ético de transformação das relações sociais e intersubjetivas.

O processo metodológico de constituição do CFES-Norte foi regido por atividades formativas de caráter sequenciais e modulares, presenciais e à distância, visando à integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão com os sujeitos envolvidos, portanto, uma educação dialogal e ativa (FREIRE, 2010), reconhecendo as experiências e os saberes dos educandos, bem como, valorizando o acúmulo de seus saberes, a diversidade e a pluralidade de iniciativas de formação em economia solidária.

A gestão participativa, a educação popular, a pesquisa-ação, a intersetorialidade e a complementaridade garantiram a construção

de um espaço aberto e rico em trocas interpessoais (PROJETO CFES, 2006).

Os formandos/educandos dedicavam parte de seu tempo em atividades didáticas presenciais e outra parte a trabalhos em suas instituições ou empreendimentos econômicos solidários, em seus agroecossistemas e/ou junto a sua comunidade de origem, articulando os aspectos produtivos, tecnológicos e político-organizacionais orientados pela pedagogia da alternância.

Esse processo metodológico possibilitou a construção e a disseminação do conhecimento em rede, facilitando as trocas de experiências de formação voltadas ao fortalecimento da economia solidária. O espaço de ensino-aprendizagem potencializou e facilitou o acesso à informação sobre as temáticas discutidas no CFES-Amazonia, na construção de subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas de economia solidária.

Nessa perspectiva, a formação em economia solidária foi pensada como “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários, elemento fundamental para viabilizar as iniciativas socioeconômicas em busca da ampliação da cidadania e da radicalização da democracia. A articulação teórica com a prática a constituiu como uma nova cultura política e ética no trajeto das transformações decorrentes da institucionalização de novas relações sociais e subjetividades.

Sob esta perspectiva a centralidade do trabalho associado foi condição *sine qua non* para a construção do conhecimento técnico-

social sob a unidade da economia-sociedade, em busca da promoção de processos voltados à construção do desenvolvimento sustentável e, para isto, a formação omnilateral tornou-se essencial. Daí porque o processo político-pedagógico teve a autogestão como eixo e a solidariedade como base central do Centro de Formação em Economia Solidária.

O CFES-Amazônia também visou contribuir para a sistematização dos processos de construção da economia solidária nos Estados da Região Norte, com a formulação de subsídios à publicação de materiais pedagógicos e metodológicos, com base na sistematização dos encontros, oficinas e cursos oferecidos durante o processo de execução do mesmo, embora com fragilidades, pois a sistematização que não é um processo simples e não é uma prática comum nos empreendimentos solidários.

Os instrumentos e as técnicas utilizadas no processo de troca de saberes foram definidas no âmbito das reuniões do Comitê Gestor, por onde passava a construção de cada seminário, oficina, curso e encontro local e regional. Portanto, cada atividade tinha uma motivação e uma intencionalidade, como efeito didático para a compreensão do que foi produzido no CFES, em busca da formação omnilateral e politécnica.

Nas ações realizadas de formação e de discussão sobre o Projeto Político Pedagógico foi possível atingir um quantitativo substancial e observar várias compreensões no interior da educação em economia solidária, seja das instituições de apoio e assessoria,

seja dos próprios empreendimentos solidários. No que diz respeito à formação básica em economia solidária, os integrantes de empreendimentos econômicos solidários, foram importantes com vistas às suas demandas e suas contribuições, na perspectiva de uma ação integradora entre o mundo da vida e o mundo do trabalho associado.

Na formação de formadores atingiu-se um número expressivo nas atividades estaduais e no âmbito regional: oito cursos e quatro seminários, atendendo educadores populares com vistas à aprimorar suas discussões em economia solidária enquanto uma forma diferenciada de produção articuladora das esferas políticas, econômicas e culturais.

Para o acompanhamento das ações previstas foram instituídos os Coletivos Estaduais, responsáveis pela avaliação e pelos conteúdos da formação de formadores em economia solidária de cada Estado, a fim de oportunizar aos sujeitos locais processos de construção coletiva e, ao mesmo tempo, propiciar conhecimentos em economia solidária, ancorados nas necessidades locais de aprendizado, os quais foram organizados sob análise crítica das experiências, a fim de atender, ou pelo menos sistematizar, as reivindicações quanto à formação alicerçada na base material dos empreendimentos, além da garantia de serviços públicos capazes de potencializar as iniciativas dos empreendimentos solidários.

Esses Coletivos Estaduais também avaliavam os instrumentos e materiais formativos já elaborados, definiam quem

seriam os formadores e os sistematizadores das atividades realizadas. Do mesmo modo, esses Coletivos eram responsáveis pela organização de eixos temáticos para a formação e assistência técnica, cujo desdobramento contribuiu para a elaboração da Política Nacional de Formação em Economia Solidária, conforme as recomendações da I Conferência Nacional de Economia Solidária. De acordo com essa metodologia, os Coletivos eram responsáveis pela sistematização de suas experiências, as quais compõem a publicação dos resultados das formações em economia solidária no Estado, parte deste livro, assim como do material didático e informativo, produzidos no âmbito do CFES-Amazônia.

AVANÇOS E PERSPECTIVAS DO CFES-NORTE

A construção de subsídios para a formulação do Projeto Político Pedagógico, sob a coordenação do CFES-Amazônia trouxe como dimensão orientadora, o fomento à reflexão acerca de uma proposta inovadora de desenvolvimento justo e solidário. Nesse sentido, os objetivos do CFES-Amazônia, além da articulação e organização dos processos de formação educativa nos Estados da região, efetivaram-se pela organização de uma Rede Regional de Formadores, construída a partir dos níveis estaduais e locais, em consonância com a metodologia que apontou para o desenvolvimento de técnicas e processos que alcançassem os sujeitos demandantes da política de formação em economia solidária: suas realidades físico-geográficas, culturais, políticas e ambientais, de cada Estado,

exigindo a compreensão da diversidade dos atores sociais envolvidos nos encontros e que constituem na prática, a economia solidária em cada Estado.

A dinâmica dos encontros pedagógicos foi organizada da seguinte forma: no primeiro realizou-se um estudo e um debate sobre o que é um Projeto Político Pedagógico? Como construí-lo; realizou-se ainda uma linha do tempo sucinta (aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais); definição dos sujeitos; concepções de economia solidária. Assim, ao final do encontro foi encaminhado como tarefa, que cada Estado realizasse reflexões e debates locais a fim de melhorar o material elaborado. Para isso foi necessário o debate e a construção de um instrumental que favorecesse a reflexão da prática, acerca das ações formativas em cada Estado; estudo dos textos de referência¹⁸ sobre as concepções teórico-metodológicas de formação em economia solidária.

No segundo encontro houve uma ampla discussão sobre as concepções teórico-metodológicas; debate sobre sistematização e organização da rede de formadores, considerando a dimensão territorial e a diversidade socioambiental dos Estados. No entanto, com a exiguidade dos recursos tornou-se necessária a adaptação da metodologia em alguns Estados, mas isto não comprometeu o

¹⁸ Documentos orientadores: Relatório IV Plenária Nacional de Economia Solidária; Relatório Final Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica; Documento Final I CONAES, Formação, Assessoria Técnica e Tecnologia; Documento Final II CONAES Tecnologia, Formação e Assessoria Técnica; e Documento Final da I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária.

resultado final do documento norteador do Projeto Político Pedagógico nos Estado da Região Norte.

Esses encontros tiveram como objetivo realizar a articulação da Rede de Formadores da Região e, concomitantemente, das redes estaduais. Para isto, foi reservado um espaço significativo dos encontros, no qual os atores realizavam a leitura de um texto construído a partir do resumo dos debates¹⁹ estabelecidos nos encontros nacionais do CFES e, com isso, estimulavam o debate sobre as estratégias de cada Estado. Foi ressaltada a “reflexão da prática” como uma das metodologias principais do trabalho, enfatizado nos escritos freirianos, entendendo a práxis como a inter-relação entre teoria(s) e prática(s), a partir da observação sobre a realidade, em um constante movimento de reflexão e avaliação, resultando em reformulações e renovações dos saberes e das ações (FREIRE, 2006, p. 37)

Desta forma, foi construída uma matriz norteadora utilizada em cada Estado, objetivando realizar um levantamento dos avanços das ações de economia solidária; os limites que cada ação se deparou, ou seja, os porquês das lacunas; os desafios proporcionados, avaliações e também como foram sistematizados, a partir da constituição do marco situacional da economia solidária na região; quem são seus sujeitos e quais suas demandas.

¹⁹ Subsídios para a continuidade da construção do Projeto Político Pedagógico (CFES NACIONAL)

Também foi construído um marco operativo/doutrinal, com entendimento sobre a sociedade; educação em economia solidária, seus símbolos e identidades; além de um marco estratégico da própria sistematização das experiências em economia solidária, com a organização da rede de formadores do CFES, bem como, a necessidade de sua consolidação, como uma ação continuada e assentada nos sujeitos protagonistas da economia solidária.

Para as definições de quem são os sujeitos “amazônicos” que constroem a economia solidária em cada Estado, suas culturas, valores, identidade etc., utilizou-se a técnica da “cartografia do Estado e dos sujeitos”, utilizando-se dinâmicas para que os atores refletissem sobre suas realidades, baseadas nas seguintes questões: qual o perfil dos sujeitos da economia solidária em nosso Estado? O que significa ser sujeito da economia solidária? O que simboliza esses sujeitos? Qual é imagem que representa os sujeitos, os valores e a identidade da economia solidária? Quais são os hinos, músicas e outros que identificam o movimento da Economia Solidária e qual e a simbologia que identifica e unifica a Economia Solidária nas feiras, lojas? E quais são “os símbolos da luta atual que reavivam, no cotidiano, o resgate da memória de lutas anteriores” da economia solidária?

No que tange ao método utilizado para a construção das diretrizes políticas-teóricas-metodológicas teve-se como referência a leitura dos seguintes textos: Documentos Finais das Oficinas Nacionais de Formação; Anais da I e II Conferência Nacional; o

Relatório da Conferência Temática de Educação; e textos da Pedagogia da Alternância; Pedagogia da Autonomia, Pedagogia do Oprimido, bem como, outros textos que subsidiaram a construção coletiva do documento-referência, expressando os processos formativos no contexto amazônico e a necessidade de uma formação politécnica e omnilateral.

Destaca-se que essa literatura direcionou o primeiro encontro, para que os atores dessem continuidade no período da alternância. Além desses estudos houve o debate e a formulação de definições quanto à elaboração do documento para a formação em economia solidária na região amazônica. Conforme estabelecido na organização deste documento, cada debate/construção foi exposto nos Estados e ao final destacaram-se as reflexões e considerações regionais, para melhor visualizar os atores do documento do CFES-Amazônia, suas experiências formativas; quem as representavam nos encontros e no Coletivo Estadual, suas áreas de conhecimento e atuação como mostra o relato das experiências de cada Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CFES-Amazônia possibilitou aos participantes dos Coletivos Estaduais desenvolverem coletivamente propostas de formação, com base em um rico debate sobre a implantação e execução do projeto, em si, mas também sobre as práticas que lhes permitissem o domínio dos fundamentos da economia solidária: seus princípios e bases científicas, para atuarem em diferentes instâncias,

como nos sistemas produtivos, nas comunidades e em organizações sociais das áreas urbanas e rurais (grupos, associações, cooperativas, sindicatos, etc.), no campo das políticas públicas e, principalmente, no apoio e no fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

Assim, mostra-se uma síntese do processo de construção do documento que se constitui em subsídio à formulação do Projeto Político Pedagógico e que exige continuidade para a formação em economia solidária, em sinergia com as necessidades reais dos empreendimentos, podendo ser entendida como um processo de caráter permanente e recíproco entre os empreendimentos, técnicos e gestores, a fim de construir um horizonte democrático e solidário, em que a autogestão seja o foco de atenção do processo de formação da rede de formadores em economia solidária, em busca de uma formação politécnica e omnilateral.

O registro dos dados aqui sistematizados foram extraídos dos relatórios técnicos de execução do projeto, mas também do registro da observação direta e dos diálogos que apoiaram as análises, além da leitura e interpretação dos documentos oficiais, periódicos e discussões entre os integrantes do Conselho Gestor do CFES-Amazônia.

Constatou-se avanço significativo, reafirmando a importância de um quadro qualificado para formação e assessoria aos empreendimentos de economia solidária, a fim de elevar o grau de sustentabilidade socioeconômica e cultural dos empreendimentos,

além de uma formação abrangente e inovadora em termos da construção de “um outro mundo possível”.

Apesar dos avanços evidenciados, aponta-se o não equacionamento de um problema importante, ou seja, de tornar a ação de formação em um processo sistemático e contínuo, de modo a alterar os níveis de assistencialismo e afirmar a emancipação dos empreendimentos pela efetividade da formação, através da articulação com políticas de fomento à produção e à comercialização, como um programa efetivo de formação apoiada em “escolas-fábricas”, portanto, por dentro dos próprios processos de constituição e produção do trabalho associado e autogestionário, o que dará maior significado à política pública de formação em economia solidária, aumentando o potencial utópico e alternativo que ela engendra, em busca da constituição de um novo homem, munido da cooperação e da solidariedade como perspectiva de vida e de trabalho, em que todos e todas tenham as mesmas oportunidades e mundo igualitário.

REFERÊNCIAS

BARBOSA. M.J.S et al. Relatório Anual do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES. Belém: UFPA/ITCPES – 2009.

_____. _____. _____. 2010.

_____. _____. _____. 2011.

_____. _____. _____. 2012.

BARBOSA, M.J.S et al. Relatório Anual do CFES. Belém: UFPA/ITCPES – 2010.

_____. _____. _____. 2011.

_____. _____. _____. 2012.

FREIRE, P. FREIRE, A. M. (org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. UNESP: São Paulo, 2001.

GAIGER, Luíz Inácio Germany. **Sentidos e possibilidades da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFG, 2004.

SENNETT, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CAPÍTULO III

AS EXPERIÊNCIAS DOS COLETIVOS ESTADUAIS

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO ACRE: experiência do Coletivo Estadual de Formadores

Coletivo de Formadores do Acre²⁰

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO HISTÓRICO

A antropologia ensina que a história das origens é sempre mitológica. A economia solidária é um fenômeno social e os fenômenos sociais resultam de uma efervescência processual e dialética da história. Essa nova realidade não possui início datado e registrado, pois os processos são demorados e o que chamamos de novo recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sociais e que, em determinado momento, começam a se tornar significativos para um grande número de pessoas.

Na Europa, os primeiros idealizadores chamaram de cooperativismo revolucionário, estes foram identificados como socialistas utópicos, por Karl Marx, para diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo Martin Buber (1945), esses lutavam

²⁰ Antônia Dinar Pinheiro Felix; Carlos Alberto Franco da Costa; Carlos Laran Taborga; Daniela Tamara Marques Silva; Evandro Luzia; Francisca Nunes da Silva; Francisco Evandro Rosa da Silva; Geesse de Freitas Rocha; Juan Escalia; Justino Dantas de Bessa; Kamila Martins Taborga; Karine Martins Taborga; Márcia Silvia de Lima; Marinete Silva de Lima; Paulo Sergio Braña Muniz; Raimunda Alves Augusta; Raimundo Cláudio Gomes Maciel; Romulo Brando Assis Ribeiro; Rosiane Silveira de Lima; e Solange Lins.

“pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade”.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos. As numerosas experiências de cooperativas operárias, lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação em nível mundial.

Como as crises não são idênticas e os atores e promotores também diferem de uma geração para outra, as várias ondas de economia social têm “personalidades diversas”. Ainda na Europa, destacam-se, na tabela abaixo, três momentos na antiga economia social europeia:

Tabela 1: Marco histórico da Antiga economia social europeia

PERÍODO	MARCO HISTÓRICO
Décadas de 1830 e 1840	Marcadas por um novo tipo de regulação do trabalho, de corporativo transformou-se em concorrencial e, nesse processo surgem também sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. Estas experiências foram criadas por operários ou por artesãos que se negavam a tornarem-se proletários. Essas iniciativas tentavam amenizar os sofrimentos decorrentes do crescimento dos acidentes, pelas doenças do trabalho ou por sua ausência e pela morte precoce.
A partir de 1848	A repressão se abate sobre estas associações.
1873-1895	A grande crise dos anos levou à modernização e a investimentos

(continuação)

	empresariais e públicos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança tornaram-se soluções de sobrevivência, para os pequenos produtores.
1901	Na França, as associações foram reconhecidas pela lei, mas foram restritas a trocas não monetárias, a menos que estivessem ligadas à ação dos poderes públicos.
1929-1932	A depressão econômica, provocada por uma crise da regulação concorrencial, no pós Segunda Guerra Mundial levou a uma intervenção do Estado. Nas propostas keynesianas, defensoras de políticas econômicas e sociais, mas, antes disto, as cooperativas de consumo e de habitação se constituíram como soluções do operariado.
A partir de 1945	Após 1945, a economia não monetária (doméstica e de reciprocidade) estava marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Segundo Laville e Roustang (1999), houve separação entre o social, o econômico e o político. A reação contra os efeitos nefastos do capitalismo só pôde acontecer em subconjuntos distintos, uns pertencentes à economia de mercado e outros à economia de não mercado. Este quadro mudou a partir da segunda metade da década de 70 do século XX. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por consequência, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora.
A partir de 1977 e até 1985	Floresceram uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto, com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Entre 1980 e 85 foram criadas, em massa, cooperativas de trabalhadores em toda a Europa. Por outro lado, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à produção de novas utopias compostas por comunitarismo, ecologismo, solidariedade e voluntarismo. Essa nova onda de economia social surgiu nos anos 80, uma “nova literatura” a seu respeito na Europa, na América do Norte, mas também na América Latina e, em particular no Chile, onde se desenvolveu, sobretudo graças a Luís Razeto (1993).

Fonte: Autores, 2012.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O termo empregado “economia solidária” junta em duas palavras uma expressão cheia de significantes e significados,

tangíveis e intangíveis, mensuráveis e imensuráveis. A economia solidária sempre existiu nas sociedades humanas, pois a cooperação, o viver em grupo é remoto aos períodos pré-históricos, contudo sua aplicação conceitual e literária ganharam expressão e organicidade nas lutas históricas dos trabalhadores, materializadas institucionalmente sob a forma de cooperativismo e nas diversas modalidades de associativismo, como alternativas de resistência ao avanço avassalador do capitalismo.

Na França, segundo André Guélin (1998), o rótulo de “*économie sociale*” é difícil de definir, pois durante um século e meio já serviu para se referir a diversas realidades. É notável que, no século XIX, todas as tendências políticas embarcaram nesta nova proposta. Tanto socialistas (Pecqueur, Vidal, Malon) como social-cristãos (Le Play) e mesmo liberais (Dunoyer), sensibilizados com o custo humano da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social. Quanto à definição atual da economia social, segundo o mesmo autor,

[...] é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.

Em 1994, Laville caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao

contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas, cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações em que os laços sociais são valorizados através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. Mas ele nos previne que o deslocamento destas manifestações no tempo e no espaço – a primeira manifestação era pré-keynesiana e a atual corresponde à crise do compromisso keynesiano – apontem para os limites de uma conceitualização da economia solidária em termos de terceiro setor.

Para Laville e Roustang (1999), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social, na sua origem, de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária.

O termo, segundo esses autores, busca recuperar a originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil, que não se encaixam na trilogia, legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Mas, os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer, mas problematizar práticas sociais implantadas localmente.

Para realidades como as dos países em desenvolvimento da África e da América Latina, diferentes das que existem nos países do

norte, o termo economia popular é preferido por autores como Nyssens e Larrachea que, neste caso, buscaram inspiração em Luís Razeto (1993). Segundo tais autores, com referência ao caso de Santiago do Chile, é constituído pelo conjunto das atividades econômicas cujos atores fazem parte da população mais pobre da cidade.

Para encontrar as origens da economia solidária no Brasil, podemos partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas. Podemos identificar embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural; terreno onde vão brotar as experiências de economia solidária ou podemos fazer o caminho no sentido contrário. Partir do que temos hoje no campo da economia solidária e voltar atrás, para ver em que condições, onde, por que e como os passos foram dados. Os dois procedimentos têm suas vantagens e inconvenientes; o melhor então é mesclá-los.

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, teve que aparecer com uma identidade própria e digna de interesses específicos. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular. Em julho de 1996,

Paul Singer escreveu no Jornal Folha de São Paulo, o título “Economia solidária contra o desemprego”, bem como, constava no programa de governo do Partido dos Trabalhadores, por ocasião das eleições, municipais na cidade de São Paulo, no mesmo ano, com vários outros surgimentos nos Estados do Rio Grande de Sul e Paraná.

A economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários *fori* locais e Estaduais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 *fori* estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e criadas novas organizações de abrangência nacional.

Ainda em âmbito nacional, o Governo Federal, em 2003, criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, cuja finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas, visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Na construção rumo a um Sistema Nacional de Economia Solidária, nos últimos anos, é crescente o apoio de governos

municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária está aumentando, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização, frutos do intercâmbio dessas há um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento de políticas públicas de economia solidária, através da rede Cirandas de articulação aos atores da economia solidária.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO ACRE

No Estado do Acre, as práticas de economia solidária desenvolvidas já se realizava há bastante tempo, nos “adjuntos” desde a ocupação do Estado, pelos migrantes nordestinos para “ponhá” roçado e/ou seringal. Nas práticas de sobrevivência no regime de barracão, imposto pelo governo da Bolívia e durante a Revolução Acreana. Na década de oitenta do século XX, em defesa dos povos da floresta, com a venda dos seringais a fazendeiros do sul do Brasil, o movimento de economia popular e solidária reapareceu no seio dos trabalhadores e trabalhadoras, na forma dos “EMPATES”, que consistiam no movimento de defesa da terra e do meio ambiente, para produção aos que vivem nos seringais.

O grande líder desse movimento foi Chico Mendes, assassinado de forma brutal por grandes fazendeiros. Chico Mendes defendia o meio ambiente com toda sua força, liderou grandes empates contra os grandes latifundiários, que estavam derrubando as

florestas. Esta liderança visualizava grande catástrofe, para o povo acreano e o mundo, se estes latifundiários conseguissem seus objetivos. Chico Mendes, para muitos, não morreu; ele vive em nossos pensamentos e corações pela bravura que mostrou a todos e pela coragem, deixando uma grande herança para os que ficaram: seringueiros, índios, ribeirinhos, extrativistas e outros que vivem na floresta, que sobrevivem da floresta em pé. Esta herança, em síntese, representa o amor à natureza e o cuidado com o meio ambiente, para que no futuro possamos ter uma vida saudável.

Esta representação pode ser apresentada em trecho da música de Tião Natureza “Escoou pela mata afora, caía a flor e a seringueira chora de Xapurí, chora o mundo inteiro, morre Chico; Chico rei seringueiro, mas esta mata, que mata este povo infeliz, um dia quiz fazer o Chico rei, seringueiro feliz”.

No ano de 2003, iniciaram-se, no Acre, as primeiras reuniões de articulação de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e assessoria e gestores públicos, com a intenção de agrupar pessoas que trabalhassem em coletivos existentes no Estado, a partir da criação da SENAES.

A delegacia Regional do Trabalho – DRT foi a instituição interlocutora junto à SENAES, que ofereceu condições e subsídios à organização e participação das primeiras reuniões e eventos no Estado e em outras regiões do país. As mais importantes, estão listadas na tabela abaixo:

Tabela 2: Atividades Nacionais de Economia Solidária

ANOS	ATIVIDADE
2004	I Seminário promovido conjuntamente pela DRT e SENAES, realizado nos dias 27 e 28 de maio, no auditório da Receita Federal. Alguns temas foram tratados como: concepção da Economia Solidária; suas características; histórico recente no Brasil; criação da SENAES e suas diretrizes; Fórum brasileiro de Economia Solidária; e o que a SENAES apresentava como planos para o ano de 2004.
	I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, nos dias 13 a 15 de agosto, em Brasília- DF, reunindo cerca 2 mil EES de todo o país, do Estado do Acre participaram 44 pessoas.
	I Mapeamento dos empreendimentos de Economia Solidária, a comissão Pró-Fórum, constituída por representantes do governo, de entidades e dos próprios empreendimentos, elegeu a equipe gestora estadual constituída pela DRT, pela Universidade Federal e por representantes do Fórum. Esta Comissão deveria trabalhar especificamente com o mapeamento da Economia Solidária no Estado do Acre.
	I Feira de Economia Solidária em Rio Branco, nos dias 17 a 26 de dezembro, na capital do Estado do Acre, em frente a praça da Polícia Militar.
2005	II Feira de Economia Solidária em Rio Branco, nos dias 20 a 23 de dezembro, no calçadão da Gameleira.
2006	Participação de 44 EES no Fórum Social Mundial em Porto Alegre- RS.
	Participação de 22 EES na TEIA – São Paulo.
	III Seminário de Economia Solidária no Acre, no dia 1º de dezembro no auditório SEATER.
	III Feira de Economia Solidária no Acre, realizada no período de 30 de novembro a 03 de dezembro no espaço do SEBRAE.

Fonte: Autores, 2012.

Em termos de construção da economia solidária no Estado do Acre tem-se como referência os anos 2008-2010, quando se criou a Lei Municipal de ECOSOL no Município de Rio Branco, em 2008. Neste mesmo ano, a criação da Coordenadoria Municipal de Trabalho e Renda da ECOSOL; a criação do Conselho Municipal de ECOSOL; o Decreto Municipal de Feira de ECOSOL e a Lei Estadual de ECOSOL. Nos próximos anos, com a formação do Conselho Estadual de ECOSOL, a realização mensal de feiras

municipais e estaduais; a I eleição para coordenação de ECOSOL no Acre, em 14 de janeiro de 2010; a participação na Feira da cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e a participação, de 18 EES no Fórum Social Mundial, em Belém, no Estado do Pará.

O CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, NO ACRE: OS ANOS 2010 A 2012

Fornecer elementos que possibilitem a formação e o fortalecimento de empreendimentos, com base nos princípios da economia solidária é seu objetivo, assim, como sensibilizar os participantes quanto à importância da reflexão e incorporação da perspectiva da solidariedade e do cooperativismo para a prática cotidiana. Seu público alvo são os trabalhadores associados de empreendimentos de economia solidária.

As atividades executadas pelo CFES-Amazônia, no Estado do Acre, foram realizadas em conjunto com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Acre ITCP/UFAC e o Fórum Acreano de Ecosol.

O ano de 2010 teve como meta a implantação do Centro de Formação em Economia Solidária na Região Norte, possibilitando a formação de formadores(as), educadores(as), gestores(as) públicos e pesquisadores(as) que atuam com economia solidária, contribuindo para fortalecer seu potencial de inclusão social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória.

E como objetivos específicos pode-se elencar: mobilizar gestores (as) públicos que atuassem com economia solidária; apoiar

os empreendimentos econômicos solidários por meio da formação e ampliação do número de formadores(as) em economia solidária; apoiar a elaboração de programas, projetos e ações de formação, qualificação social e profissional de trabalhadores(as) da economia solidária; desenvolver metodologias e conteúdos de formação em economia solidária; sistematizar e disseminar metodologias de formação em economia solidária; produzir e disseminar materiais pedagógicos e informativos sobre economia solidária; contribuir para a articulação de formadores(as), educadores(as) e pesquisadores(as) que atuassem com economia solidária; fornecer subsídios à construção da Política Nacional de Formação e Assistência Técnica para a Economia Solidária, a cargo do Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Quanto à execução de atividades do CFES Norte no Estado do Acre, no ano de 2010, destacam-se a reunião de apresentação do Projeto CFES-Norte; a reunião de articulação para realização de parceria, e a reunião para discussão do Projeto Político Pedagógico. Quanto à execução de atividades formativas atendeu-se o Vale do Alto e Baixo Acre, compreendendo os municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Rio Branco, como se observa abaixo:

Tabela 3: Atividades 2010

ATIVIDADES 2010	PARTICIPANTES
6 Oficinas Locais	412
3 Cursos Estaduais	

1 Cursos Regional	40
3 Reuniões Estaduais de Articulação	-

Fonte: Relatório Coletivo de Formadores do Acre, 2010

Sobre os temas e eixos abordados nas oficinas e cursos elencamos: história do trabalho e da economia solidária no mundo, no Brasil e na Amazônia; formas de gestão (heterogestão, co-gestão e autogestão) e relações de poder (autoritarismos, machismo); constituição e organização da ecosol – acre; organização de cadeias e processos produtivos; políticas públicas aplicadas – programas nacional; cooperativismo e associativismo.

Para o ano de 2012, a execução formativa ocorreu nas Regiões do Vale do Alto Acre, Baixo Acre, Tarauacá, Envira e Juruá, compreendendo os municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Epitaciolândia e Rio Branco. As atividades realizadas podem ser observadas na tabela 4.

Tabela 4: Atividades 2012

ATIVIDADES 2012	PARTICIPANTES
8 Oficinas Locais de Formação em Economia Solidária	420
4 Cursos Estaduais de Formação de Formadores em Economia Solidária	
3 Reuniões Estaduais de Articulação	-

Fonte: Relatório Coletivo de Formadores do Acre, 2012.

Os temas e eixos abordados nas Oficinas e Cursos foram: V Plenária Nacional de ECOSOL – apresentação, discussão e compreensão do eixo orientador; apresentação dos grupos;

orientação à política do movimento; orientação das ações do movimento; organicidade do movimento.

Quanto aos conteúdos da orientação política do movimento, centraram-se na sustentabilidade; autogestão e autonomia; emancipação econômica e política dos empreendimentos de economia solidária; território e territorialidade; diversidades (gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural e urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental); cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de economia solidária e o Estado.

Quanto à orientação das ações do movimento teve-se com eixos: marco legal; educação e cultura; integração territorial e continuidade das políticas públicas; estratégias econômicas solidárias; comunicação e visibilidade.

E sobre a organicidade do movimento, os conteúdos tratados foram o fortalecimento dos *fori* estaduais, a sustentabilidade e autonomia do movimento; a estrutura; as estratégias organizacionais; a articulação com os demais movimentos sociais, tanto nacionais quanto internacionais; a forma de fazer política e economia: coerência entre a prática e a teoria, os princípios e valores da economia solidária.

Sobre a formulação e aprovação de uma política de economia solidária, a Lei geral de ECOSOL, houve discussão sobre a conjuntura política e as ações pós Conferências de articulação do

movimento de ECOSOL, na perspectiva da formação.

No que tange a economia solidária e a política territorial houve discussão dos empreendimentos de ECOSOL nos territórios, sobre o que é território e territorialidade. E sobre a temática economia solidária no Estado do Acre e o projeto Centro de Formação em Economia Solidária – CFES foram tratados os desafios, avanços e conquistas.

Com o crescimento das organizações de trabalhadores em atividades coletivas no Estado do Acre, houve à necessidade de formação para atender suas demandas. A preparação da IV Reunião Nacional de Economia Solidária, com apresentação de várias propostas para o período 2008 a 2010, tais como: a comercialização; o marco legal; os fundos rotativos. A proposta que se destacou mais foi à necessidade de formação.

Após a IV Plenária em Brasília – DF, os trabalhadores associados e participantes de EES do Estado do Acre trouxeram juntos, em suas bagagens, pensamentos e esperanças de realização e execução de uma das bandeiras mais importantes naquele encontro nacional. A formação no Estado do Acre que veio para atender às necessidades dos EES. Neste sentido, foram realizadas várias reuniões de apresentação do projeto CFES-Norte, em articulação com a Universidade Federal do Acre, através da ITCP/UFAC; Fórum Acreano de Economia Solidária; UFPA; Gestores Públicos Municipais e Estaduais; Entidades de Apoio e Assessoria; COESA; RECID; Cáritas; Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais

e outros atores, que acompanham o movimento de economia solidária no Estado do Acre, que juntos conseguiram traçar metas e parcerias para a execução do processo formativo no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CFES-Amazônia no Estado do Acre é um marco histórico para os atores da economia solidária, diante das dificuldades para se realizar as metas, com poucos recursos financeiros devido à perda de uma grande parte dos recursos para a realização do processo de execução nos Estados da Região Norte. Isto dificultou, parcialmente, o processo de execução face às suas especificidades, com problemas na comunicação, distância, entre outros.

Na época foi desafiador. Porém a força e a vontade em realizar as metas formativas, foram grandes; realizamos várias reuniões de articulação nos municípios, com o empenho do Fórum de Economia Solidária, em conjunto com o projeto Brasil Local, ITCP/UFAC, gestores, entidades de apoio e assessoria e sindicatos rurais, bem como o apoio e a participação da representação da UFPA, conseguimos consolidar as parceiras para a realização das formações previstas.

Com a formação de equipe metodológica para elaboração dos temas e eixos apresentados nas formações, identificação de competências nas áreas dos temas solicitados pelos atores, foi criado o Coletivo de Formadores do Estado do Acre, que é composto por

vários atores e atrizes, gestores, empreendimentos, entidade, e acadêmicos.

A vontade de avançar nas formações foi estimuladora, com um grande aumento de atores nas formações; pessoas compromissadas realizavam as atividades com prazer e, assim, a participação das pessoas nas oficinas e cursos também foi prazerosa, sem evasão e, em muitos momentos, os cursos e oficinas foram planejados inicialmente para atender um determinado número de participantes e terminavam, muitas vezes, com um aumento acima de 40% do previsto.

A importância da formação nos municípios foi estimuladora e informativa, em especial no Vale do Alto Acre, onde os participantes não compreendiam a importância dos programas do governo nacional, a exemplo do PAA e do PNAE, pois até o momento da formação, não acessavam estes Programas. A partir do conhecimento obtido, através das formações se organizaram, identificaram as cadeias produtivas e com a ajuda do Fórum Estadual de Economia Solidária, reuniram-se com as prefeituras e apresentaram uma proposta de fornecimento de alimentos para a merenda escolar. Os EES desta região passaram, a partir daí, a fornecer a produção de lavoura branca, leite, queijo, frango etc.

O Fórum de Economia Solidária do Estado do Acre teve grandes conquistas após a execução do CFES, que facilitou a formação nas feiras e elaborou uma estratégia para a informação aos atores, através do resgate de atores afastados, elevou a autoestima,

contribuiu com o aumento de conhecimentos, facilitando os debates de ECOSOL; atendeu as regiões do Vale do Alto Acre, Baixo Acre, Juruá e Tarauacá/Envira; articulou a criação do Fórum Municipal de Tarauacá, articulou a criação dos *Fori* Municipais de Epitaciolândia, Brasiléia, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima.

Pode-se dizer que o Centro de Formação em Economia Solidária – CFES da Região Norte, foi um dos programas do Governo Federal que deu certo no Estado do Acre. Com uma grande importância para os atores, o conhecimento foi fundamental para a compreensão desde a unidade, solidariedade até as políticas públicas para a ECOSOL.

Todas as metas foram cumpridas com o apoio de governos municipais e Estadual, ITCP/UFAC, Fórum Acreano de ECOSOL, através do Coordenador Estadual Carlos Laran Taborga, em parceria com o Brasil Local, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, RECID, Cáritas, COOESA, FBES, através da coordenadora executiva Márcia Lima e outros simpatizantes da economia solidária no Estado do Acre, que acreditaram no projeto CFES.

Este processo de execução do CFES, pelos municípios, fez com que novos *fori* locais e conselhos nascessem nas regionais. Fortaleceu muitos empreendimentos; consolidou fortes parcerias; criou a Rede de Coletivos de Formadores em Economia Solidária no Estado do Acre, com atores de empreendimentos, gestores públicos e entidades de assessoria e apoio aos empreendimentos econômicos solidários.

O Fórum acreano avançou e teve grandes conquistas no sentido de fortalecimento da economia solidária do Estado do Acre, tendo facilidade nas políticas públicas, tornando o fórum com maior visibilidade e importância para o Estado do Acre e para os atores do movimento. Todos estes avanços resultaram do processo formativo. A intenção é de continuidade no processo formativo em economia solidária.

REFERÊNCIAS

BUBER, Martin. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1945.

ENGELS, Friederich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, V. I, 1975.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária**. Paris: Desclér de Brouwer, 1994.

LAVILLE, Jean-Louis; ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: Jacques Defourny et al. **Economie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck. 1999, p.217-238.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économiesociale**. Paris: Econômica, 1998.

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização popular. In: Moacir Gadotti (org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

_____. **Los Caminos de la Economía de Solidaridad**. Buenos Aires: LUMENHVMANITAS, 1997.

SINGER, Paul. Economia Solidária contra o desemprego. Publicado na **Folha de São Paulo**, em 11.07.1996.

3.2 CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO NORTE: análise da experiência no Estado do Amapá

Maria Sonale de Queiroz²¹

Este texto apresenta os resultados do processo de implantação do Centro de Formação em Economia Solidária, no Estado do Amapá, desenvolvido nos anos 2009 a 2012, a partir do Convênio celebrado entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e a Universidade Federal do Pará – UFPA, por intermédio do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES e que foi abraçado, com entusiasmo, pelo Fórum Amapaense de Economia Solidária – FAES, pela Superintendência do Trabalho e Emprego no Amapá – SRTE e por alguns gestores das secretarias do governo estadual e de alguns municípios, representantes parlamentares e demais parceiros que acreditam e constroem esta economia, que se desenvolve a cada dia em nosso Estado e que necessita de

²¹ **Maria Sonale de Queiroz:** Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas pela Faculdade SEAMA/AP. Especialista em Gestão Pública e Sociedade Convênio UFT/UNICAMP/SENAES. Militante do movimento de Economia Solidária do Estado do Amapá, assessora da Coordenação Nacional do FBES, exerceu cargo de gerente de intermediação de mão de obra no Estado do Amapá (2005-2007), coordenou o Núcleo de Associativismo e Economia Solidária (2008-2010) ambos na Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo – SETE, coordenou o Mapeamento de Economia Solidária no Amapá (2010-2011), atua no coletivo de Formadores em Economia Solidária e na articulação do Projeto Centro de Formação em Economia Solidária no Estado do Amapá. mqueiroz.sonale@gmail.com

sustentabilidade, por meio de formação continuada, fomento e acesso à comercialização, na perspectiva de comércio justo e solidário.

É importante ressaltar que esta foi a primeira iniciativa de processo formativo em economia solidária reconhecido pelos empreendimentos que atuam no campo da economia solidária, no Amapá. Isto talvez se explique por este ter sido desenvolvido pelo Fórum Amapaense de Economia Solidária, o qual agrega e dialoga com os atores que constroem a história da economia solidária no Estado.

Nem todos os municípios tiveram acesso a esta iniciativa de formação, pois muitas foram as dificuldades de parcerias para que os atores da economia solidária tivessem oportunidade de um espaço de formação em Ecosol; ainda assim, o Coletivo de Formadores²² não hesitou em reconhecer sua importância, pois mesmo avaliando as dificuldades, foram em busca de contribuir com a formação dos grupos, aceitando o desafio de dialogar sobre temas que a maioria destes desconhecia, tais como: economia solidária, autogestão, redes, cadeias produtivas, políticas públicas, entre outros, tendo como objetivo principal introduzir temáticas em torno da reflexão e do debate acerca da economia solidária – ECOSOL e quais são seus desafios para torná-la opção realmente viável de reorganização da economia da localidade e de espaços territoriais mais amplos, criando condições adequadas para a consecução desse objetivo.

²² Composto pelas Formadoras: Edna Maria Coelho Carvalho, Eloina da Cruz Lazamé, Gracilena do Socorro Araújo Palmerim, Maria Benedita Costa, Maria das Graças S. Brazão, Maria do Socorro A. Santos e Maria Sonale de Queiroz.

Desta forma, apresentam-se a trajetória do Projeto Centro Formação em Economia Solidária no Estado do Amapá, considerando que foi de grande importância para o movimento de economia solidária, os processos formativos, proporcionando articulação, disseminação da economia solidária, oportunidade de trocar vivências, possibilidade de construir proposições de políticas públicas a partir das especificidades locais, bem como, a identificação dos sujeitos da economia solidária e formas de organizações, registrando as vivências dos empreendimentos de economia solidária no Estado Amapá.

PROCESSO HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

As informações confrontadas nos históricos disponibilizados nos sítios do Fórum Social Mundial – FSM, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e Portal do Ministério do Trabalho Emprego – MTE apontam que a economia solidária no Brasil passou a ser disseminada e reconhecida a partir do I FSM em janeiro de 2001, realizado no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A cada FSM identificamos forte presença de movimentos sociais, sindicatos, ONG's, intelectuais, jornalistas, igrejas, entre outros, que se reúnem para discutir, entre outros assuntos, a globalização. Este primeiro evento mundial contou com a participação de 16.000 (dezesesseis mil) pessoas vindas de 117 (cento e dezessete) países diferentes (QUEIROZ, 2012).

O I FSM propiciou a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, denominado GT Brasileiro, composto por redes e organizações, além de uma diversidade de práticas e segmentos da economia popular solidária no campo e na cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais.

A economia solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores. Essas lutas se originaram no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, considerada como uma das maneiras de resistir ao avanço acelerado do capitalismo industrial.

Conforme Miranda (2009), no Brasil essa luta ressurgiu no final do século XX, sob outra perspectiva, agora como uma das respostas dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho. No entanto, tem como objetivo fundamental a valorização do ser humano por meio do trabalho associativo, a fim de gerar renda e trabalho àqueles que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho, principalmente nos espaços urbanos. (MIRANDA, 2009).

De outro lado, o aprofundamento da crise do capitalismo abriu precedentes para o aparecimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, o que pode se caracterizar, em grande

medida, como uma consequência da necessidade dos trabalhadores em desenvolver alternativas de geração de renda (GAIGER, 2004).

Nesse contexto, experiências coletivas de trabalho e produção vêm se difundindo tanto nos espaços rurais, quanto nos espaços urbanos, por meio de cooperativas de produção e consumo, associações de produtores, bem como, redes de produção, consumo e comercialização, além de instituições financeiras destinadas a empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, entre outras formas de organização, como as empresas recuperadas, oriundas de processos falimentares.

A temática acerca da economia solidária no Brasil vem proporcionando debates no meio acadêmico e na sociedade, ganhando força nos diversos movimentos sociais. No entanto, é importante ressaltar que inicialmente, a economia solidária se desenvolveu a partir de instituições e entidades que visavam apoiar iniciativas associativas de determinados grupos de base comunitária, a partir da economia popular. Tais entidades e instituições apoiaram a constituição e a articulação de cooperativas populares, assim como redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo etc.

A economia solidária, no contexto atual, vem se articulando em diversos *fori* locais e regionais. Essa articulação resultou na constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, o qual promove a organização e estruturação dos 27 *fori* estaduais, os quais contam com os três segmentos a empreendimentos, entidades de apoio e fomento – EAF's e rede de gestores públicos de economia

solidária. A partir daí houve a criação e o fortalecimento de ligas e uniões de EES, assim como novas organizações de abrangência nacional. A economia solidária vem recebendo apoio de governos municipais e estaduais neste início do século XXI e, particularmente, nos últimos cinco anos, em que há uma atenção maior por parte de seus gestores, através de financiamentos de projetos de geração de trabalho e renda pelo Governo Federal, por meio da SENAES. Com isso, o número de programas e projetos de economia solidária vem aumentando, com destaque para os chamados “bancos do povo”, “empreendedorismo” popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização entre outros.

Existe um movimento de articulação dos gestores públicos que objetiva promover a troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de economia solidária. A propósito, esse movimento é resultado do intercâmbio das iniciativas supracitadas.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO AMAPÁ²³

Em junho de 2003, motivados pela organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, os movimentos sociais se

²³ O Estado do Amapá localiza-se na Região Norte do país. O extremo norte do litoral brasileiro tem início onde termina o Rio Oiapoque, que os separa da Guiana Francesa. O Estado do Amapá tem 24,2% de sua área protegida por lei, onde se encontram regiões de conservação ambiental e reservas indígenas. Somente 1% de sua área de 143.453,7 km² foi desmatada. Assim, a floresta de mata virgem, que ocupa 70% do território, conserva sua biodiversidade praticamente intacta. De acordo com estimativa feita pelo IBGE, no censo de 2010 a população do Estado está estimada em 668.689 habitantes dos quais 499.116 residem nos Municípios de Macapá e Santana.

organizaram nas unidades da federação, articulando os *fori* estaduais de economia solidária. O Estado do Amapá, ao encontro desse movimento se organizou em um grupo formado pelos segmentos dos empreendimentos, poder público e da sociedade civil. Diante disso, se articulou em rede nacional com o FBES. Porém, a falta de reconhecimento desta “outra economia” e o apoio por meio de parcerias com o poder público fragilizou a mobilização do Fórum de Economia Solidária no Estado, enquanto uma articulação maior.

Os esforços em prol da organização dos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes ramos da economia informal e popular no Estado do Amapá vêm de longa data, mas só a partir de 2003, com a criação da SENAES é que esses esforços refletiram na criação de políticas públicas, com maior participação e controle da sociedade civil, através dos *fori* ou pelos Coletivos Estaduais de Economia Solidária.

Apesar das dificuldades, percebe-se que as práticas sociais e econômicas de cooperação, autogestão, troca de produtos entre outros princípios adotados pelos grupos de economia solidária do Estado do Amapá não deixaram de existir, tanto na área rural quanto na área urbana.

Para estes atores sociais, a economia solidária é compreendida como um termo pensado pela academia e utilizado para identificar tais práticas e fortalecer o movimento, enquanto Fórum Estadual de Economia Solidária que se organiza para propor ao legislativo e ao executivo, leis e políticas públicas condizentes

com a realidade da economia solidária do Amapá, de maneira que objetive garantir a sustentabilidade dos EES.

O primeiro mapeamento dos EES no Estado do Amapá, realizado em duas etapas, a primeira em 2005 e a segunda em 2007, teve como resultado o cadastro de 157 (cento e cinquenta e sete) empreendimentos visitados em todo Estado. Esta ação foi coordenada pela Equipe Gestora Estadual – EGE responsável pela pesquisa. A EGE foi composta pelo Fórum Estadual de Economia Solidária do Amapá, Associação do Conselho das Comunidades do Bailique, Coletivo Talher, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amapá – FETTAGRAP, Associação das Mulheres do Bairro São Lázaro e Delegacia Regional do Trabalho do Amapá – DRT/AP. Para a execução da segunda fase do mapeamento (aplicação dos questionários) foi escolhido pela EGE o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (Planejamento da DRT/AP, 2005).

Em permanente construção, o movimento de economia solidária do Amapá tem se fortalecido nos últimos anos com a dedicação dos EES, entidades de assessoria apoio e fomento à economia solidária, e gestores públicos comprometidos com a política direcionada à economia solidária.

Aos poucos, o movimento amapaense se apropria das possibilidades que essa política pública disponibiliza e de tentativa em tentativa, tende a superar as dificuldades iniciais. Para tanto, é

necessário ainda resgatar os registros e informações das atividades realizadas no período de 2003 a 2008. É importante destacar que nesse período foram realizadas duas Feiras Estaduais de Economia Solidária, com recursos da SENAES, via Instituto Marista de Solidariedade, um mapeamento dos EES e a I Conferência Estadual de Economia Solidária que, em 2006, possibilitou a participação de delegados na I Conferência Nacional de Economia Solidária.

De acordo com depoimentos dos atores da economia solidária, desde 2003 o movimento no Estado do Amapá ficou desarticulado do FBES, principalmente, no período entre 2007 e 2008. Esta desarticulação ocorreu em virtude da falta de estrutura para mobilização e socialização em prol da disseminação desta “outra economia”. Naquele momento as parcerias eram restritas e não existiam projetos voltados para formação, comercialização, mesmo em nível nacional ou regional que contribuísse para o fortalecimento da economia solidária no Amapá. Além disso, a falta de articulação, conhecimento e interesse dos movimentos e entidades afins, foi visível nesse período.

Na perspectiva da retomada das ações e discussão sobre economia solidária no Estado do Amapá, os empreendimentos buscaram apoio do poder público por meio de entidades governamentais, as quais possuíam em sua estrutura, núcleos de economia solidária. Neste caso, a Superintendência do Trabalho e Emprego – SRTE e a Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo – SETE possuíam tal estrutura, o que resultou na

articulação das mesmas para propor estratégias de mobilização, formação, principalmente fomento e fortalecimento à economia solidária e à reorganização do Fórum Estadual de Economia Solidária.

Isto porque, somente com o fórum articulado é que Estado e municípios tiveram possibilidades concretas para acessar recursos públicos destinados ao fortalecimento da economia solidária. Em se tratando do Amapá, com a reorganização do fórum, a partir da iniciativa de grupos que se identificavam com os princípios de economia solidária, foi possível buscar o fortalecimento da economia solidária no Estado.

Assim, em 2008, os EES e gestores públicos criaram um coletivo articulado com outras entidades, a fim de proporcionar ações como: encontros, plenárias e seminários com intuito de disseminar a economia solidária no Estado. Diante disso, em outubro de 2009 aconteceu a eleição do Fórum Estadual de Economia Solidária, o qual passou a ser denominado Fórum Amapaense de Economia Solidária – FAES, com uma coordenação composta por doze representações. Destas, seis são empreendimentos, três apresentam-se como entidades de assessoria apoio e fomento e mais três gestores das instituições parceiras da política de economia solidária estadual. Entre os doze, foram eleitos três representantes para a executiva nacional do FBES. Estes representantes são responsáveis pela articulação de parcerias, bem como, pela construção, socialização e articulação de políticas públicas, a partir da base social de economia

solidária, no Estado do Amapá. Esta relação proporciona espaços de diálogo para construção dos *fori* municipais e territoriais e o fortalecimento do FAES por intermédio da construção da rede dos *fori* locais.

Durante a mobilização, em 2009, para resgatar o processo de construção da gestão compartilhada do movimento de economia solidária no Estado do Amapá, a parceria com a Universidade Federal do Pará e com Governo do Estado do Amapá, por intermédio das secretarias executoras de políticas de ECOSOL e a SRTE/AP ocorreu a iniciativa que fortaleceu as ações de formações propostas pelo Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte.

EXECUÇÃO: mobilização e parcerias

A partir da criação do Coletivo Estadual para articular o FAES passou por um cadastramento dos empreendimentos nos programas do governo, identificados pelo SIES e buscou apoio do governo do Estado do Amapá por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) e Secretaria de Estado de Inclusão e Mobilização Social (SIMS), a Superintendência do Trabalho e Emprego no Amapá – SRTE, a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Amapá, a Universidade Federal do Pará, através do Centro de Formação em Economia

Solidária, o Instituto Mulheres Unidas Pelo Amapá Melhor – IMUPAM e a Rede de Educação Cidadã – RECID/AP.

Para garantir o desenvolvimento das atividades formativas no Estado, levando em conta as dificuldades do entendimento do processo metodológico, o FAES criou um grupo denominado GT de Formação, que se reúne semanalmente, encarregado pela articulação, e co-execução das atividades de formação em economia solidária no Amapá.

O GT adotou como metodologia, a pedagogia da alternância com base na educação popular a partir de planejamento flexível e adequado à realidade dos sujeitos, o que possibilitou diálogos e uma relação na construção coletiva de saberes. Durante as oficinas, os formadores repassam conhecimentos, vivenciam práticas e costumes da comunidade e voltam para a avaliação e resultados, tendo como produto final o reconhecimento dos sujeitos protagonistas, no processo de economia solidária; a identificação da produção local; cultura; ações e políticas públicas desenvolvidas, necessidades, indicativos e proposições de políticas públicas adequadas à realidade de cada comunidade.

O GT de formação já havia identificado a necessidade de disseminar a economia solidária, para avançar nos temas correlatos. Isto se deve à necessidade do reconhecimento da economia solidária como uma iniciativa que veio para fortalecer os empreendimentos organizados de acordo com os princípios adotados pela ECOSOL,

bem como, afirmar uma política que os próprios gestores desconhecem e têm dificuldades em acessar e executar.

Além do GT de formação, aconteciam as reuniões de articulações que agregavam um número maior de participantes, parceiros, demais membros do FAES e convidados. Nestas ocorriam deliberações sobre novas parcerias para garantir infraestrutura necessária à realização das ações, bem como, era o momento de avaliar e contribuir com o GT. Alguns momentos marcantes nesta trajetória podem ser identificadas na tabela 1.

Tabela 1: Reuniões Estaduais de Articulação – Amapá

PERIODO	LOCAL
10 e 11 de dezembro de 2009	Espaço da Associação Educacional Amor de Mãe, Santana – AP
05 e 06 de fevereiro de 2010	Auditório do Centro de Educação Profissional do Amapá – CEPA Macapá – AP
05 de agosto de 2010	Auditório do Centro de Educação Profissional do Amapá - CEPA, na cidade de Macapá / AP
08 de novembro de 2010	Auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE-AP – Macapá – AP
29 e 30 de julho de 2011	Auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE-AP – Macapá – AP
03 e 04 de dezembro de 2011	Auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE-AP – Macapá – AP

Fonte: Relatórios Coletivo de Formadores Amapá, 2012.

Desta forma, organiza-se oficinas a partir de temas básicos e de fácil compreensão, deliberava-se temas para os cursos, momento em que se tinha possibilidade de avançar um pouco mais, com relação à compreensão inicial sobre o tema Ecosol. As nove Oficinas realizadas, foram constituídas em forma de painel, com o

conhecimento dos sujeitos; filosofia da economia solidária; formas de organização; identificação da produção e comercialização local, bem como as ações voltadas para o fortalecimento da comunidade; marco legal, levantamento das necessidades locais, com indicativos de proposições de políticas pública que correspondem à sustentabilidade dos EES e da comunidade; expectativas com relação à Ecosol e fortalecimento do movimento. Quanto ao período de realização como observamos na tabela 2.

Tabela 2: Oficinas Locais Amapá

OFICINA	LOCAL	PERÍODO	TEMÁTICA
I Oficina	Colônia dos Pescadores Z6 - Ilha de Santana – Macapá - AP	09 a 10 de Agosto de 2010	A crise do trabalho assalariado, reestruturação produtiva
II Oficina	Quadra da Paróquia Jesus de Nazaré Diocese de Macapá – AP	29 a 01 de maio de 2011	Comercialização Solidária
III Oficina	Auditório da Câmara Municipal dos Vereadores - Município de Serra do Navio – AP	18 a 19 de novembro de 2011	Reestruturação produtiva, formas de trabalho
IV Oficina	Comunidade Campina Grande – Macapá – AP	13 a 15 de Julho de 2012	Reestruturação produtiva, formas de trabalho
V Oficina	Quilombo de Santa Luzia do Maruanum – Macapá – AP	10 a 12 de Agosto de 2012	Reestruturação produtiva, formas de trabalho
VI Oficina	Comunidade Tracajatuba – Pacuí	16 a 18 de agosto de 2012	
VII Oficina	Comunidade Ribeirinha Manoel José – Macapá – AP	23 a 25 de Agosto de 2012	Reestruturação produtiva, formas de trabalho
VIII Oficina	Fundação Orsa Florestal – Laranjal do Jarí – AP	27 a 29 de Setembro de 2012	Reestruturação produtiva, formas de trabalho
IX Oficina	Centro Comunitário do Quilombo ribeirinho de	01 a 03 de	Reestruturação

	Santo Antonio do Matapi – Santana	Outubro de 2012	produtiva, formas de trabalho
--	-----------------------------------	-----------------	-------------------------------

Fonte: Relatórios Coletivo de Formadores do Amapá, 2012

Quanto aos beneficiários destas nove oficinas foram 186 pessoas, distribuídas por 144 empreendimentos, 16 gestores públicos, 10 pertencentes a entidades de apoio e 16 de comunidades.

O público dos seis cursos realizados foram oriundos das oficinas, quando se buscou atender algumas necessidades apontadas nas oficinas, como por exemplo: o empoderamento dos sujeitos da Ecosol, a partir de temas como: autogestão, cooperativismo; organização em redes e cadeias; produção e comercialização; comércio justo e solidário; elaboração de projetos; qualificação de produtos e serviços, políticas públicas de Ecosol, entre outros.

Estes cursos também tiveram início em 2010, como se mostra na tabela a seguir.

Tabela 3: Cursos Estaduais Amapá

LOCAL	PERÍODO	TEMÁTICA
Parque de Exposições do Distrito da Fazendinha – Macapá -	16 e 19 de abril de 2010	A economia dominante e suas conseqüências; Uma outra economia acontece; O movimento de Economia Solidária; Consumo Consciente e solidário, impulsionando a nova economia; Redes e cadeias de produção, rumo à sustentabilidade; Finanças solidárias; a construção de uma Política Pública de Economia Solidária; O que é, porque é e como sistematizar?
Instituto Orsa Florestal – Vitória do Jarí – AP	27 a 30 de novembro de 2010	Planejamento e Gestão para Empreendimentos Econômicos Solidários
Associação Educacional Amor de Mãe – Santana – AP	18 a 21 de julho de 2012	A economia dominante e suas conseqüências; Filosofia da Economia Solidária; O movimento da Economia Solidária no Brasil e no Amapá; Consumo consciente e solidário,

(continuação)

LOCAL	PERÍODO	TEMÁTICA
		impulsionando a nova economia; Redes e cadeias de produção, rumo à sustentabilidade; Finanças solidárias; A construção de uma Política Pública de Economia Solidária.
Auditório da Superintendência do Trabalho e Emprego no Amapá – SRTE – Macapá – AP	12 a 15 de setembro de 2012	A economia dominante e suas consequências; Filosofia da Economia Solidária; O movimento da Economia Solidária no Brasil e no Amapá; Consumo consciente e solidário, impulsionando a nova economia; Redes e cadeias de produção, rumo à sustentabilidade; Finanças solidárias; A construção de uma Política Pública de Economia Solidária.
Serra do Navio – AP	19 a 22 de setembro de 2012	A economia dominante e suas consequências; Filosofia da Economia Solidária; O movimento da Economia Solidária no Brasil e no Amapá; Consumo consciente e solidário, impulsionando a nova economia; Redes e cadeias de produção, rumo à sustentabilidade; Finanças solidárias; A construção de uma Política Pública de Economia Solidária.
Colônia dos Pescadores Z1 – Macapá – AP	09 a 12 de Outubro de 2012	Economia Solidária, organização de pequenas cadeias produtivas e contabilidade para empreendimentos solidários e A contabilidade aplicada na constituição e acompanhamento das cooperativas.

Fonte: Relatórios Coletivo de Formadores Amapá, 2012

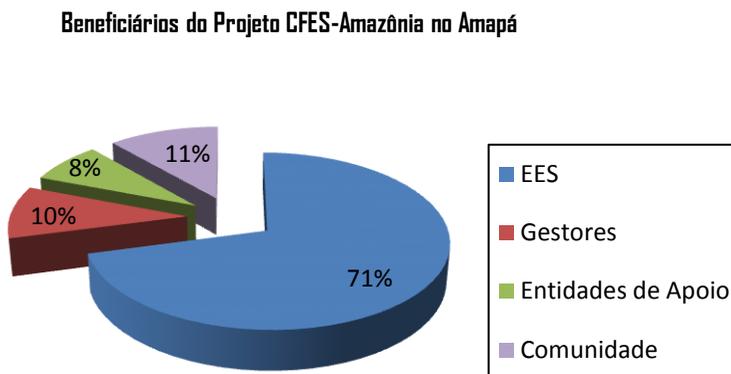
Os beneficiários destes seis cursos foram 137 pessoas, distribuídas por 85 empreendimentos, 16 gestores públicos, 15 pertencem a entidades de apoio e 21 são de comunidades.

SOBRE OS IMPACTOS DO CFES NO ESTADO DO AMAPÁ

A participação dos empreendimentos de economia solidária é considerada com destaque nas ações de formação em Ecosol. Isso demonstra que as pessoas da base estão interessadas em absorver conhecimentos que venham a subsidiar, na perspectiva de construção

de projetos que possam fortalecer e garantir a sustentabilidade dos EES. De acordo com a figura a seguir, pode ser identificado o percentual de participação, conforme os diferentes segmentos:

Figura 1: Beneficiários do CFES-Amazônia no Amapá



Fonte: Relatório de execução no Amapá, 2012.

Por outro lado, há uma grande indagação sobre a reduzida participação dos gestores públicos nessa caminhada, o que pode ocasionar dificuldades em sua execução ou mesmo um retrocesso nas iniciativas de políticas públicas. Foi constatado nas comunidades, quando dialogou-se sobre este tema, que os EES não reconhecem as políticas desenvolvidas como política de Ecosol, pois já chegam prontas para serem executadas em um formato que as comunidades têm que se adequar, para poderem ter acesso, se não se adequarem ficam de fora.

Outra informação identificada nas ações são os formatos de projetos anteriormente elaborados para captação de recursos, construídos para as comunidades, todavia sem transparência nos encaminhamentos. É comum técnicos colherem informações, fotografarem, assinarem frequências e não darem retorno aos EES sobre os resultados.

Após os processos de formação, neste formato de troca de vivências, é visível nos EES a sensação do conhecimento em determinados aspectos, bem como, a autoestima, quando relatado por eles²⁴:

nos podemos nos unir para produzir e garantir nossa sustentabilidade, pois uma comunidade unida e empoderada têm peso para argumentar e buscar o apoio no que nós queremos e não no que querem oferecer para nós. (PARTICIPANTE 1)

O Coletivo de Formadores identificou várias iniciativas de produção que tiveram grandes investimentos financeiros e de esforços dos EES. Algumas destas iniciativas estão desativadas por falta de fomento, como os Tanques de Peixes do Quilombo do Santo Antônio do Matapi, que por tão pouco não está ativado, e foi por um período uma realização de um sonho para esta comunidade.

Nas avaliações dos processos formativos os moradores disseram:

se tivéssemos o conhecimento que temos hoje, talvez não tivesse fracassado. Na época não sabíamos formular os preços, também não havia o envolvimento de toda comunidade, porém todos eram beneficiados, principalmente, o atravessador. Até

²⁴ Depoimentos de participantes das atividades de formação do CFES.

mesmo o processo para transformar nossa comunidade em quilombo, elegeram um líder que não era da comunidade, que cuidou de todo o processo sem dialogar conosco, descobrimos que já somos quilombo, um belo dia em que fomos receber o nosso salário da bolsa família, onde nos informaram do bloqueio e que a nossa comunidade já pertencia a um outro município. (PARTICIPANTE 2)

No quilombo do Maruanum, as louceiras que anteriormente produzia e comercializavam coletivamente, na atualidade estão produzindo individualmente, por falta de fomento para construção de um espaço coletivo adequado, além da aquisição da matéria prima. Após a experiência do processo formativo, elas solicitaram que o Coletivo de Formadores pudesse assessorar o planejamento para que voltassem a produzir juntas.

A partir do processo formativo, o Coletivo retornou à comunidade, fez uma oficina de planejamento, elaborada com as louceiras; uma espécie de calendário permanente, em que consta o nome de cada louceira e os dias da semana; neste quadro, cada louceira coloca os dias que pode produzir coletivamente, o dia da retirada da argila e o grupo que cuida de cada etapa da produção. Recentemente deliberaram sobre um espaço para comercialização na própria comunidade, já que suas peças são muito procuradas pela sociedade.

Também foram identificadas iniciativas que vem dando certo, como é o caso da colônia dos agricultores do município de Serra do Navio. Eles contam com um espaço fixo de comercialização, que funciona em rodízio.

A prefeitura criou um banco de fomento que financia créditos para investimentos; criou uma cooperativa de costura totalmente equipada e os cooperados são qualificados periodicamente e ainda contam com a feira de exposição, um final de semana por mês, na praça, com direito a atrações culturais e diversão para as crianças; o evento faz parte do calendário do município.

A identificação das formas de organização e os sujeitos que atuam na economia solidária, nos processos de formação pode ser um grande passo para acertos e avanços nas políticas públicas de Ecosol. Estes homens e mulheres se apresentam e estão organizados em associações, cooperativas, grupos formais e informais, representantes de diversos bairros e que atuam nas diferentes áreas de produção e serviços, nos cursos profissionalizantes de educação infantil, artesanato, terceira idade, formação profissional com participação de agricultores, apicultores, produtores de farinha, tucupi, maniva, biscoitos e passoquinhas de castanha do Brasil, artistas culturais de batuque, marabaixo, *hip hop*, indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, pescadores, artesãos e idealizadores da cidadania; “uma única raça e um só país”; “filhos de uma índia solteira e pai português distante”; pessoas que querem trabalhar pelo mesmo objetivo; “grupos que estão no mesmo barco”.

A disseminação da economia solidária com a co-execução do Projeto CFES-Amazônia, por intermédio do FAES, proporcionou avanços considerados pelo movimento de economia solidária no

Estado do Amapá, os quais podem ser identificados conforme a linha do tempo, na tabela abaixo.

Tabela 4: Linha do Tempo – Amapá

PERÍODO	ATIVIDADE
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Estadual de Economia Solidária
2005 – 2007	<ul style="list-style-type: none"> • I Mapeamento dos EES;
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência Estadual de Economia Solidária
2007-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Desarticulação do FEES
2008	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do segundo semestre de Reestruturação do FEES
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Plenárias intermunicipais e estadual
2010	<ul style="list-style-type: none"> • II Conferência Estadual de Economia Solidária e Feira de ecosol; • II Mapeamento de Economia Solidária no Amapá; • Início do Projeto CFES no Amapá; e • Aprovação do regimento do FAES;
2011	<ul style="list-style-type: none"> • Audiência Pública e Feira Estadual de Economia Solidária; e • Criação dos Fóruns Municipais: Macapá, Santana e Serra do Navio.
2012	<ul style="list-style-type: none"> • Audiência pública na Câmara Municipal de Macapá e entrega da proposta de Lei Municipal de Ecosol; • Criação do Coletivo no Vale do Jarí para articulação do Fórum territorial ou regional; e • V Plenária Estadual de Economia Solidária

Fonte: Fórum Amapaense de Economia Solidária, 2012.

Podemos considerar que no decorrer deste processo de formação, articulado a outras parcerias, identificadas anteriormente, obtivemos conquistas como:

- a) Articulação do FAES;
- b) Agenda anual do FAES com Reuniões ordinárias, formação, feiras, plenárias;
- c) Disseminação da Economia Solidária em 14 municípios;

- d) A realização de cursos e oficinas em 05 municípios, 03 comunidades, 03 quilombos; e
- e) A construção e entrega em audiência pública da Proposta do Projeto de lei Municipal de Fomento a Economia Solidária que busca garantir aos EES a política de economia solidária do município de Macapá, considerando a criação do Programa Municipal de Economia Solidária, o Sistema Municipal de Economia Solidária, o Centro Público Municipal de Economia Solidária, o Fundo Municipal de Economia Solidária e o Conselho Municipal de Economia Solidária.

E, ainda, conseguiu-se identificar alguns dos desafios enquanto construção da economia solidária, os quais podem ser apontados: a busca pela superação dos conflitos e contradições do mundo da economia solidária; expansão do movimento; a consolidação das redes e cadeias produtivas; a relação com o sindicalismo; a certificação dos EES e de seus produtos; as condições de trabalho de seus associados; a comercialização; o fomento; o acesso ao crédito; a aproximação entre produtores e consumidores; políticas de fomento, assessoria, formação; a produção para a demanda de consumo; manter a identidade cultural; construção e execução de projetos, ações e políticas com as bases; a constituição da rede dos EES, rede de formadores; políticas públicas e gestores, entidades de apoio, ONGs que compreendam os EES como foco principal; possibilitar que a economia solidária seja bem

empreendida e compreendida tanto pelos gestores públicos, quanto pelas lideranças do movimento social urbano e rural; pelas instituições de ensino e pesquisa e pelos demais segmentos da sociedade civil brasileira, particularmente pelos sujeitos da própria economia solidária; avaliar a autonomia de um movimento a partir de experimentações de políticas públicas de economia solidária com as bases; e disseminar e multiplicar os conhecimentos e técnicas construídas no processo de formação (QUEIROZ, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os beneficiários avaliam o processo de formação do CFES-Amazonia no Estado do Amapá como algo desafiador que necessita de continuidade e aprofundamento, pois a base da economia solidária no Amapá ainda não tinha o contato inicial com os temas propostos. Isto talvez interfira no que os idealizadores do projeto esperavam como resultado.

Para os empreendimentos, a metodologia proposta ajudou muito na relação com os formadores, pois cada trabalho era construído respeitando o saber local, bem como, a linguagem era acessível para uma compreensão mútua.

O Coletivo de Formadores avalia que a iniciativa foi desafiadora, oportunizando aos empreendimentos a auto-identificação no processo político desta “outra economia”, que vem se desenvolvendo com um leque de opções visando fortalecer as

bases da Ecosol e reconhecer que para isso, é necessário o conhecimento.

A SENAES vem oportunizando nas iniciativas de políticas públicas de formação a disseminação para o conhecimento, embora ainda incipiente, pois nas suas formatações de projetos, apenas o município capital do Estado é contemplado, quando o público alvo da política de Ecosol concentra-se, em sua maioria, nas áreas rurais dos diversos municípios e comunidades de difícil acesso, principalmente, a população de ribeirinhos. Esta informação é identificada pelo próprio mapeamento nacional de economia solidária.

Infelizmente os gestores do nosso Estado ainda não se apropriaram da importância de se capacitar e construir junto com o movimento de economia solidária e EES possibilidades de uma articulação maior para otimizar o uso de recursos e oportunizar a formação em Ecosol continuada, em nossas bases.

Desta forma, podemos avaliar que a execução do projeto CFES-Amazônia, no Estado do Amapá, mesmo diante das dificuldades apontadas, foi uma oportunidade única para o movimento de economia solidária, que juntamente com a SRTE do Estado do Amapá, o apoio da prefeitura de Serra do Navio, do Instituto de Mulheres Unidas pelo Amapá Melhor (IMUPAM) e da Rede de Educação Cidadã (RECID) garantiu a abrangência maior das ações no Estado.

E que a UFPA, através de sua equipe da ITCPES não mediu esforços para garantir o atendimento com a formação e com a infraestrutura necessária, mesmo com a burocracia presente, em se tratando de aplicação e prestação de conta de recursos públicos.

Durante este processo de formação foi possível observar o quanto os EES se preocupam com as interferências sociais, econômicas, culturais e ambientais, identificadas, ora pelo descaso das políticas públicas, ora pela execução equivocada destas, nas bases.

O Projeto CFES-Amazônia, no Estado do Amapá, oportunizou a disseminação da economia solidária, a contextualização do processo histórico e a organização do movimento de economia solidária, enquanto FAES. Seus relatórios apontam estrategicamente as necessidades e proposições que as bases apresentam para subsidiar as políticas públicas e despertar olhares dos gestores públicos, dos próprios EES e da comunidade em geral, para que juntos possamos fortalecer a economia solidária no Estado do Amapá.

Para a construção deste relato contou-se com o material do processo formativo: atas, relatórios e sistematizações construídas com a participação das bases de economia solidária, por meio da relação de confiança que possibilitou a troca de saberes. Nesse sentido, é importante ressaltar que estes dados foram identificados durante percursos da militância de economia solidária no Amapá.

Aguarda-se o novo projeto de formação como um processo de continuidade e sustentabilidade, nas conquistas alcançadas, com capacidade de aperfeiçoar o que foi construído e ir à busca dos desafios propostos pelo movimento de economia solidária do Estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular)

GAIGER, Luís Inácio Germany. Economia Solidária e o projeto de outra mundialização *In: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 47, nº 04. Rio de Janeiro, 2004.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. Classes sociais, movimentos sociais e cidadania: Velhos paradigmas, novas perspectivas. *In: Revista da Faculdade de Educação da UFGO*. Vol. 26, nº 01. Goiania, 2001.

MIRANDA, Núbia Cristina Assunção. **Economia Solidária no Estado do Pará: atores, tramas e desafios**. PGSS/UFPA, 2009. Dissertação de mestrado.

Perfil do Estado do Amapá. Disponível em: <http://www.amapa.gov.br> e <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 25/05/2012.

SENAES. **A Trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES)**. Disponível em <http://www.fbes.org.br> e <http://www.forumsocialmundial.org.br/>. Acesso em 20/06/2012.

_____. **As Origens recentes da Economia Solidária no Brasil.**

Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>. Acesso em: 10/06/2012.

3.3 A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO COLETIVO DO ESTADO AMAZONAS NA IMPLANTAÇÃO DO CFES²⁵

Maria José de Souza Barbosa
Bárbara Santos Macêdo Espínola

O presente texto visa apresentar elementos do processo de formação do CFES-Amazônia sob a responsabilidade do Coletivo do Estado do Amazonas. Para garantir a sistematização desta experiência baseada nos relatórios encaminhados à coordenação geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES/UFPA, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Assim, procura-se mostrar os processos de formação, articulação e outras atividades que dinamizaram as ações do CFES no Estado do Amazonas. Neste sentido, cabe destacar a contribuição do Fórum Amazonense de Economia Solidária – FAES e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, ambos situados em Manaus/AM. É importante ressaltar a participação de representantes do governo do Estado, entidades gestoras de políticas públicas, organizações de economia solidária, formadores e educadores em economia solidária e, principalmente, os

²⁵ Texto escrito com base nos relatórios das atividades desenvolvidas pelo CFES da Região Norte no Estado do Amazonas.

empreendimentos econômicos solidários, os quais foram essenciais para a realização das atividades planejadas.

Na implantação do CFES-Amazônia foram realizados esclarecimentos, quanto à forma de gestão dos recursos públicos e a responsabilidade institucional da UFPA no uso dos mesmos. Assim, as dificuldades em relação à morosidade nos processos de licitações e da compra do material de consumo levam a situações de tensão que foram superadas no contexto do Conselho Gestor.

Mas apesar desses entraves houve processos de cooperação e solidariedade entre os diferentes atores em interação, como pode ser observado na ação do representante do MDA, que indicou a possibilidade de apoiar a comercialização da agricultura familiar e da economia solidária, por meio de articulação com a ONG Nimuendajú, que naquele momento desenvolvia um projeto de apoio a estas atividades específicas.

Também a Rede de Educação Cidadã – RECID se disponibilizou em apoiar determinadas atividades, como a mobilização e a destinação de recursos para fomentar e apoiar a participação de educandos do interior do Estado do Amazonas, pois os recursos do CFES não eram suficientes para arcar com todas as despesas das ações fora da capital. A RECID também ofereceu espaços para a realização de atividades do CFES. A seguir mostra-se o quadro dos projetos realizados no Estado e que tiveram algum nível de articulação e apoio ao Coletivo Estadual do CFES.

Quadro 1: Projetos desenvolvidos no Estado do Amazonas.

PROJETOS	EXECUTORES	FONTE DE RECURSO
Mapeamento dos Empreendimentos Solidários, entidades de assessoria e apoio e políticas públicas	Fundação MURAKI	MTE-SENAES
Brasil Local	ITASA	MTE-SENAES
Centro de Formação de Economia Solidária	ITCPES/UFPA	MTE-SENAES
Sistema Comercialização da Agricultura familiar e Economia Solidária	NIMUENDAJU	MDA-SDT
Arranjos Produtivos	Núcleo de Tecnologia Social / UFAM	–
Desenvolvimento Local	Núcleo de Tecnologia Social / UFAM	–

Fonte: Relatório do CFES-Amazonas, Coletivo do Estado do Amazonas, 2010.

As discussões e debates sobre temáticas e pautas mais gerais sobre a execução e as questões locais, fizeram parte de um planejamento estratégico participativo, sob o qual foi estruturado com base em mecanismos de monitoramento e avaliação do processo pedagógico, com metodologias adequadas à formação e sistematização das atividades desenvolvidas pelo Coletivo do Estado do Amazonas.

Assim foi organizada uma agenda de atividades compostas de reuniões de articulação, seminários, cursos e encontros, além de eventos que se somaram às atividades do Coletivo do CFES no Estado do Amazonas. Por se constituir em uma ação inovadora, em termos da formação em economia solidária, a sistematização de modo aprofundado ainda é uma tarefa a ser realizada, e, para isto, é necessária uma pesquisa mais apurada do material pedagógico produzido pelo Coletivo Estadual. No entanto, este relato tem a

intenção de abrir o debate e incentivar o Coletivo, para esta tarefa importante ao movimento de economia solidária do Estado. Assim, esse relato tem objetivo apenas de disseminar as ações e informações obtidas pela coordenação geral do CFES da Região Norte no se refere aos relatórios enviados pelo Coletivo do Amazonas.

A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO COLETIVO DE FORMADORES DO AMAZONAS

As atividades de articulação realizadas pelo Coletivo do Amazonas foram essenciais para garantir a implantação do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte, no Estado do Amazonas, as quais tiveram como objetivo central, compor um conjunto de alianças capazes de favorecer o desenvolvimento das atividades de formação em âmbito estadual, que possibilitassem a execução das ações propostas, em sinergia com os demais Coletivos Estaduais e com a política de formação da SENAES.

Neste campo, as mobilizações realizadas pelo Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado do Amazonas e pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Amazonas foram essenciais para sensibilizar outros atores locais.

Nos eventos encaminhados por estes organismos, como reuniões de articulação podem ser observadas a participação de entidades de apoio e assessoria, gestores públicos, formadores e educadores que atuam em economia solidária, além dos sujeitos protagonistas principais, ou seja, os empreendimentos de economia

solidária. Nas fotos 1 e 2 verifica-se momentos da discussão para a implantação do CFES no Estado do Amazonas.

Fotografias 1 e 2: Reunião Estadual de Articulação – Manaus/AM, 04 e 05 de fevereiro de 2010



Fonte: Relatório da Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários ITCPEs/UFPA, fevereiro de 2010.

A implantação do Projeto Centro de Formação em Economia Solidária na Região Norte – CFES no Estado do Amazonas foi precedida de uma reunião de apresentação do mesmo, após o envio do projeto aprovado pela SENAES, a fim de que os participantes pudessem compreender, melhor, as ações do projeto e debater suas dúvidas, além de contribuir com sugestões.

Na ocasião foram discutidas as ações específicas do Estado do Amazonas, como oficinas locais de formação em economia solidária; cursos estaduais de formação de formadores; curso regional de formação de formadores e reuniões estaduais de articulação. Além dessas atividades, encaminhou-se a discussão

sobre os critérios de participação dos formadores em economia solidária nos eventos regionais, nacionais e internacionais.

Com base nesse evento de abertura do CFES, no Estado do Amazonas, houve a compreensão de que os próprios trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária poderiam assumir tarefas formativas, assim como lideranças de base, agentes de desenvolvimento local, profissionais de assessoria a organizações da sociedade civil, instituições de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários, além de educadores que atuassem na qualificação social e profissional, em diversas modalidades. No entanto, todos deveriam ter o aval do Coletivo Estadual, pois a este cabia as decisões quanto aos processos de formação em consonância com as diretrizes da política nacional e das deliberações do Conselho Gestor, um instrumento de orientação administrativa e pedagógica para a gestão do CFES em caráter regional.

A partir da constituição do Coletivo Estadual várias reuniões foram realizadas para elaborar a programação e as temáticas das formações, mas também para discutir as dificuldades relativas ao processo burocrático para o acesso aos recursos do projeto.

Havia um desejo de que os recursos financeiros fossem repassados diretamente para os Coletivos Estaduais, a fim de que o mesmo pudesse utilizá-lo de modo mais flexível e ágil, o que não era possível, em função da legislação e do arcabouço jurídico-

institucional para a operacionalização do CFES, que estava sob a responsabilidade da UFPA.

Os Coletivos questionavam a morosidade dos processos de licitações, pregões eletrônicos, tomada de preço, entre outras formas exigidas para a compra do material de custeio, bem como, de alimentação, passagens, aluguel de carros e alojamento, gerando atrasos nas formações, tornando mais onerosa as despesas de execução das atividades que se sobrepujam aos custos iniciais do projeto, em acordo com o Termo de Cooperação Técnica. Essas situações eram agravadas em face das especificidades da Amazônia, com problemas de logística, acessibilidade, custo dos transportes (em suas diferentes modalidades: rodoviárias, hidroviárias e aéreas), bem como, aos problemas de hospedagem entre outros, que oneraram, sem dúvida, a execução do projeto.

Esse processo levou a desgastes, desmotivação e, de certa forma, desmobilização em algum momento. Para a realização das atividades os Coletivos buscavam envolver novos sujeitos nos processos de formação, na medida em que os formadores vislumbravam a execução das atividades.

Dessa forma, os problemas decorrentes do uso do recurso foram contemporizados pela coordenação juntamente com o Conselho Gestor, pois as articulações entre a Incubadora e o Fórum Amazonense de Economia Solidária passaram a construir alianças, a fim de fortalecer o Coletivo Estadual.

Neste sentido, o FAES buscou estabelecer meios para ampliar a participação e o compromisso dessas entidades, inclusive, com a socialização das informações para os empreendimentos solidários, tendo em vista que suas ações e atividades eram destinadas, em última instância, aos empreendimentos.

Assim, a constituição do processo efetivo para a realização das atividades ocorriam na medida em que os recursos eram disponibilizados. Por exemplo, todos os cursos e oficinas estaduais de formação de formadores foram discutidas pelo FAES, a fim de garantir a legitimidade e o compromisso dos empreendimentos de economia solidária. Esse processo visou possibilitar aos participantes, entendimento sobre seus papéis na dinâmica da economia solidária, tendo como eixo central a formação.

Neste sentido, houve a organização de um curso regional de formação de formadores em economia solidária com a temática: marco jurídico da economia solidária e também da formação de lideranças.

A discussão sobre marco jurídico e economia solidária realizada por Alanne Maciel, integrante do Coletivo do CFES-Pará, que tratou da Lei atual do cooperativismo; Projetos de Lei do Cooperativismo e Estatuto Social de Cooperativa e Regimento Interno de Cooperativa; Professor Adriano Ferreira abordou um breve estudo comparado com as legislações europeias: Espanha, França e Projetos do MERCOSUL e por fim uma discussão sobre

Lideranças intermediada pelo formador Henrique Freitas, ambos do Coletivo do CFES-Amazonas.

A participação dos sujeitos protagonistas da economia solidária, no Estado do Amazonas, gerou intensos debates e discussões em relação aos avanços, limites e desafios, em face das dificuldades relacionadas aos processos de formação e à necessidade de uma maior inserção das universidades no movimento de economia solidária, particularmente, das Incubadoras, no caso da Incubadora da UFAM, em Manaus.

Para esse conjunto de atores, houve avanços do movimento de economia solidária no Estado do Amazonas, pois exigiu discussão sobre as estratégias para garantir a organização da Rede de Formadores do Estado, tendo como objetivos principais: mapeamento das entidades que executam processos de formação, análise do cadastro dos empreendimentos solidários, entidades de fomento, apoio e assessoria aos empreendimentos solidários relacionados pelo FAES, construção de alianças com os governos municipais, em especial, com os municípios de Manaus, Parintins, Manacapuru e Itacoatiara e eleição de uma comissão para realizar a animação da rede.

Outro elemento importante nas discussões foi a construção do documento norteador para o Projeto Político Pedagógico – PPP voltado à formação em economia solidária. O debate entre os participantes das formações ressaltaram a importância desse instrumento orientador, tendo em vista “poder fazer um resgate das

memórias do Estado” (Participante 1), sobre a economia solidária, bem como, para obter informações necessárias ao conhecimento das fragilidades e potencialidades dos empreendimentos de economia solidária. Eles destacavam a importância de trabalhar de forma planejada e organizada, oportunizando à militância deste movimento social, maior conhecimento capaz de avançar nas ações vinculadas ao CFES-Amazônia.

O PPP foi considerado um instrumento de fortalecimento das ações do movimento de economia solidária no Amazonas, na medida em que exigiu uma formação imanente às necessidades e bandeiras de luta dos empreendimentos solidários e também a participação de organizações governamentais e não governamentais que estivessem atuando com projetos de economia solidária no Estado.

Para os participantes dos cursos, oficinas e reuniões de articulação, às formações foram importantes, mas é necessário a continuidade para avançar os conhecimentos e o agir coletivo. A participação de novas pessoas nessas formações também foi considerada estratégica para ampliar a organização dos trabalhadores vinculados aos empreendimentos solidários, ou seja, para que estes pudessem pressionar os gestores públicos locais e instituições executoras de projetos de economia solidária, a fim de concretizar as propostas efetivas de formação junto com os empreendimentos.

As formações também proporcionaram o compartilhamento de conhecimentos ofertados nas oficinas, cursos, seminários, reuniões e oficinas, bem como, na formulação de agendas públicas

sobre as demandas do movimento de economia solidária do Estado e da Região Norte.

Assim, o Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte possibilitou uma melhoria, em termos da formação e da organização da economia solidária no Estado do Amazonas, pois os formadores e educadores estavam afinados com os interesses dos empreendimentos solidários, dialogando sobre as diversas temáticas e, ao mesmo tempo, procurando captar as diferentes visões presentes sobre educação em economia solidária, para a construção de um projeto político pedagógico capaz de absorver esses elementos, na formação em economia solidária.

A ênfase na continuidade das ações de formações aos empreendimentos solidários foi uma temática renitente, pontuando os objetivos e apoios vinculados às atividades dos próprios empreendimentos e que estas deveriam ser sistematizadas.

Para o Coletivo do CFES no Estado do Amazonas, a realização das atividades programadas se constituíam em um primeiro passo para construir a história da economia solidária no Estado. Assim, o levantamento de informações sobre os empreendimentos foi uma questão que demandou do Coletivo Estadual articulação com a própria SENAES, haja vista que já existia um mapeamento sobre os empreendimentos, sua natureza, limites e potencialidades.

A autogestão se constituiu como um elemento importante para o Coletivo, na medida em que garantiu o trabalho coletivo, com

envolvimento e responsabilidade, tanto nas formações, quanto na sistematização das formações em economia solidária, com o objetivo de mostrar o potencial desta como alternativa de vida, na geração de postos de trabalho, mas também de bem estar social.

Nesta perspectiva as formações possibilitaram maior clareza em termo das ações de economia solidária, no combate às desigualdades socioeconômicas. Nestas formações os empreendimentos solidários foram considerados economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, devido seu caráter democraticamente radical.

Durante as discussões eram criados momentos de convergências e as divergências tratadas como elementos de compreensão, reflexão e mesmo de concepção diferenciada, que poderiam ser contempladas na construção de estratégias possíveis contra às desigualdades sociais e ao desemprego, por ser uma experiência fundamentada na equidade e na dignidade. Neste contexto surgiram diferentes compreensões sobre a economia solidária,

[...] um modo solidário de vida especificamente amazônico no meio de produção, nas mais diversas formas e serviços, na comercialização justa e no consumo consciente visando a construção de uma sociedade que garanta melhorias na saúde, educação, cidadania, direitos humanos, transporte, alimentação, cultura, lazer, habitação... (Participante 2).

Para um terceiro participante das formações, a

economia solidária é um modo de vida que a gente faz a opção de viver. Que é muito importante uma construção do grupo, pois nos dá a possibilidade de

captar as divergências de cada um e criar um conceito do grupo... (Participante 3).

Eles também

“[...] chegaram a compreensão de que todo processo formativo tem que pensar, independentemente da área, tem que pensar que a economia solidária é um modo de vida, que tem que levar em consideração as especificidades da localidade” (Participante 4).

Foi geral a compreensão de

[...] temos que fazer formações para que os sujeitos vivam a economia solidária. Não temos que pensar em formação apenas para produção, não apenas a qualificação, pois é também para a formação do serviço (Participante 5).

E ainda

[...] vocês também falam que não se podem fazer formação sem lembrar da questão do consumo consciente. É verificado que o movimento da economia solidária prega o consumo consciente mas não faz, não consume solidariamente (Participante 6).

Com base no relatório

[...] a educação como construção social é concebida como práxis de aprendizagem coletiva, construção e partilha de saberes, reflexões e pesquisas sobre a (a partir da) realidade dos trabalhadores(as) (Participante 7).

Para o Coletivo do Amazonas a orientação pedagógica da economia solidária precisa ser ancorada nas formações locais, como mostra a figura a seguir:

Figura 1: movimento pedagógico da formação em Economia Solidária



Fonte: Relatório Coletivo do Amazonas, 2012.

Para conceber a formação em economia solidária foi destacada a questão da sociedade e dos atores sociais que exige uma metodologia adequada aos processos formativos. Abaixo é possível verificar alguns momentos das oficinas realizadas pelo CFES, no Estado do Amazonas.

Quadro 2: Oficinas Locais do Amazonas

OFICINAS LOCAIS	TEMA	LOCAL	PERÍODO
I Oficina	Conceito e Diretrizes da Economia Solidária	Manacapuru	01 a 03 de dezembro de 2011
II Oficina	Conceito e Diretrizes da Economia Solidária	São Gabriel da Cachoeira	31 de maio a 02 de junho de 2011
III Oficina	Conceito e Diretrizes da Economia Solidária	Itacoatiara	13 a 15 de dezembro de 2011
IV Oficina	Bandeiras de Luta da Economia Solidária	Manacapuru	22 e 23 de junho de 2012
V Oficina	Conceito e Diretrizes da Economia Solidária	Itacoatiara	19 e 21/05/2012 ²⁶

²⁶ Atividade realizada em vista de realizar substituição de ação ocorrida no período de 13 a 16 de dezembro de 2010 na mesma cidade, mas que não pode ser comprovada pelo coletivo do Estado.

VI Oficina	Formação Política do Movimento da Economia Solidária	Manaus	07 a 09 de maio de 2012
VII Oficina	Formação Política do Movimento da Economia Solidária	Manicoré	24 a 26 de maio de 2012
VIII Oficina	Formação de Organização do Fórum da Economia Solidária	Manacapuru	14 a 16 de julho de 2012
IX Oficina	Conceito e Diretrizes da Economia Solidária	Irlanduba	18 a 20 de maio de 2012

Fonte: Relatório Final Projeto CFES, 2012.

Assim, a metodologia aplicada às oficinas locais foi considerada adequada ao conhecimento exigido pelos empreendimentos solidários. Para isto, houve uma seleção de temáticas captada nas articulações realizadas nos municípios, as quais foram divididas em três momentos: 1) estudo da realidade; 2) aprofundamento teórico; 3) e aplicação do conhecimento. Estas buscavam dar conta das demandas dos empreendimentos solidários.

Quadro 3: Cursos Estaduais Amazonas

CURSOS	TEMA	LOCAL/CIDADE	PERÍODO
I Curso	Finanças Solidárias	Manaus/AM	25 a 29 de outubro de 2010
II Curso	Comercialização	Manacapuru/AM	08 a 12 de novembro de 2010
III Curso	Sistematização	Itacoatiara/AM	16 a 20 de novembro de 2010
IV Curso		Novo Horizonte/Manaus	10 a 13 de maio de 2011
V Curso	Comercialização	Parintins/AM	11 a 15 de abril de 2011
VI Curso	Formação Política do Movimento	Manaus – AM	27 a 30 de agosto de 2012

Fonte: Relatório Final Projeto CFES, 2012.

É válido ressaltar que as ações tiveram o condão de fortalecer o Fórum Estadual e a criação dos *fori* municipais de Parintins, Manacapuru e Itacoatiara; ampliar a participação dos atores da economia solidária que vinham de diferentes municípios do Estado, os quais passaram a ser referência de formação.

O Coletivo Estadual verificou que os formadores e formadoras do município de São Gabriel estão aptos(as) à mobilização do público, utilizando o kit da economia solidária fornecido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE. Isto mostra que houve descentralização das ações de formação nos cinco territórios do Estado do Amazonas. Também articulou-se para garantir formações, visando a criação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Barreirinhas, através do CFES.

Os conteúdos programáticos desenvolveram-se a partir de um debate específico sobre o “ser” situado no mundo: a sociedade humana e sua trajetória histórica, tendo em vista proporcionar a compreensão do processo de formação socioeconômica e cultural da sociedade; a classificação das ciências e ramos de estudo; as diferentes visões de mundo, como objetivo de gerar a compreensão totalizante da sociedade contemporânea. Também tratou-se da história e perspectiva do trabalho emancipatório nos rumos das transformações societárias.

O método Paulo Freire e a educação popular eram os eixos da formação em economia solidária, a partir de temáticas como: constituição e organização da gestão e do movimento de economia

solidária; o associativismo e cooperativismo na perspectiva da economia solidária; o marco jurídico da Ecosol; políticas públicas, participação cidadã e controle social. Todas essas temáticas estavam associadas à questão do desenvolvimento local e territorial sustentável.

Quadro 4: Eixos de Formação

Aula	ASSUNTO	CH
I	Dinâmica de acolhimento dos participantes; Apresentação do plano do curso; Discussão sobre a Carta da Terra; O “ser” situado no mundo: A sociedade humana e sua trajetória histórica; Classificação das ciências e ramos de estudo: as diferentes visões de mundo. Dinâmicas e técnicas de grupos conforme a temática.	8
II	Dinâmica de acolhimento dos participantes; Historia e perspectiva do trabalho emancipatório nos rumos das transformações societárias; O método Paulo Freire e a educação popular face à Economia Solidária.	8
III	Dinâmica de acolhimento dos participantes; Constituição e organização da Economia Solidária; Gestão de empreendimentos econômicos e solidários; O terceiro setor e o desenvolvimento da Economia Solidária.	8
IV	Dinâmica de acolhimento dos participantes; Associativismo e cooperativismo na Economia Solidária; marco jurídico da ECOSOL. Estrutura básica de procedimentos para formalização de uma entidade coletiva.	8
V	Dinâmica de acolhimento dos participantes; políticas públicas, participação cidadã e controle social; Desenvolvimento local e territorial sustentável. O exercício do controle social participativo.	8
	Total de horas	40

Fonte: Relatório do CFES-Amazônia, Coletivo do Amazonas, 2012.

A sistematização²⁷ teve momentos específicos, em que o Coletivo fazia dinâmicas a fim de facilitar o trabalho dos formandos

²⁷ Ressalta-se que a Coordenação Geral do CFES não teve acesso a essas sistematizações, apenas as fotos que mostram esses momentos, as quais foram inseridas no texto.

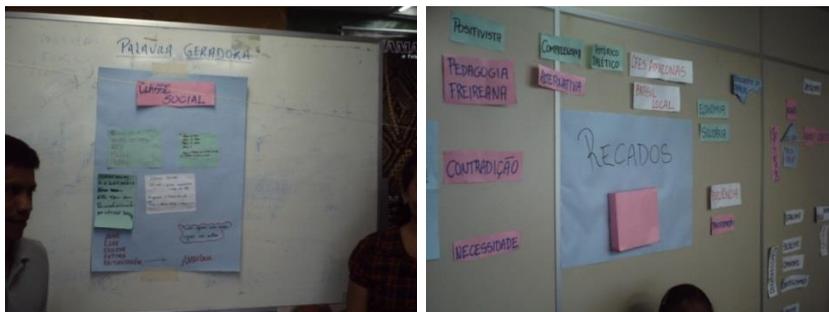
em economia solidária. Criaram-se grupos autogestionários para trabalhar as memórias, vivências, acompanhamento e avaliação dos processos de formação. Para isto, os assuntos e temáticas trabalhadas envolviam o grupo que compreendia a discussão, a exemplo da Carta da Terra e do “ser” situado no mundo.

O Coletivo de Formadores do Amazonas buscou fornecer, durante todas as formações, elementos para a compreensão do sistema capitalista contemporâneo e das mudanças na organização social do trabalho, a fim de problematizar as diferentes formas de reinserção no mundo do trabalho, enfatizando o cooperativismo e o associativismo.

Neste aspecto, o trabalho associado foi colocado como eixo essencial da formação dos empreendimentos solidários; a organização; a distribuição de tarefas de modo que todos pudessem constituir, não somente uma importante estratégia inovadora de geração de trabalho e renda, mas principalmente de inclusão social. Vejam abaixo, nas fotos 3 e 4 momentos de sistematização durante as oficinas de formação.

Para tanto, discutiu-se a história da formação e organização do trabalho nos diferentes modos de produção; a concepção de trabalho; globalização, terceirização e desemprego; o conceito de cidadania (direitos sociais, civis e políticos); os tipos de democracia. Conteúdos ministrados de modo articulado à dinâmica da vida real dos empreendimentos solidários, seus contextos e suas realidades sociais.

Fotografias 3 e 4 – Sistematização de palavras geradoras utilizadas durante toda formação



Fonte: Relatório do CFES-Amazônia, Coletivo do Amazonas, 2011.

O processo avaliativo foi realizado de forma contínua, verificado como um procedimento metodológico acertado, com resultados favoráveis, na medida em que os grupos em formação demonstraram interesse em participar dos debates e atenção no decorrer das oficinas e cursos realizados de forma dialogada e expositiva. Considerou-se, deste modo, o nível de aproveitamento dos conteúdos programáticos. Ao final dos cursos e oficinas avaliava-se de forma conjunta e individuais dos participantes, por meio de exposição de pontos positivos e negativos, os quais eram sistematizados em murais, a partir de frases como: “O curso superou as expectativas”. “Tudo foi muito bom, as dinâmicas, o vídeo, as aulas”. “Achei que foi importante”. “Ajudou a refletir melhor sobre nossa organização”. “Aprendemos mais sobre cooperativismo e sobre economia solidária”.

Em 2012 as atividades do CFES foram combinadas com as plenárias territoriais de preparação para a V Plenária Nacional de

Economia Solidária, realizando-se balanços sobre as ações de economia solidária, em nível territorial as quais ocorreram no Baixo Amazonas, Madeira, Alto Solimões, Manaus e Entorno. Assim, houve a construção de subsídios para a realização das plenárias do Alto Rio Negro, Itacoatiara e Manacapuru, com grupos específicos na comunidade Nova Canãa, juntamente com o Fórum Municipal de Itacoatiara, introduziu-se a economia solidária como eixo da construção do desenvolvimento sustentável.

No curso estadual, ocorrido durante a Plenária Estadual, houve o nivelamento dos participantes, com debates sobre os princípios e conceitos da economia solidária; comércio justo e solidário; ações políticas do movimento no âmbito do Estado e em nível nacional. Com base nestas informações, passou-se aos itens seguintes sobre o balanço das ações de formação em economia solidária do CFES, no Estado do Amazonas.

OS AVANÇOS DAS FORMAÇÕES NO PERÍODO DE 2010 A 2012

Os *fori* para a discussão da economia solidária no Estado possibilitou, a partir das oficinas encaminhadas via CFES nos municípios relacionados: São Gabriel; Itacoatiara; Manacapuru e Parintins (fortalecimento do Fórum). Para os membros do Coletivo do Amazonas, como citados em alguns depoimentos: a “análise real é bem complexa, as formações iniciais não tiveram grande êxito. Dificuldade de metodologia e conceitos sobre a economia solidária, formações mais política do movimento” (Membro 1); a “construção

do CFES no Brasil, é um negócio novo da economia solidária” (Membro 2).

Para o Coletivo, “os municípios têm muita ânsia de aprender o processo, só que essa ânsia atrapalha a questão do conhecimento, para a gente fazer um estudo de formação do sistema que nos estamos a implantar no Brasil e no Amazonas, cada Estado tem uma cultura” (Membro 3); “não dá para ser um CFES²⁸ [...], pois existem diferenças regionais, questões culturais, sociais, econômicas [...]”.

Este mesmo membro do Coletivo do Amazonas destaca: “[...] em meu ponto de vista o CFES foi tecnicamente muito avançado”. Para este mesmo membro do Coletivo, “as pessoas estavam engatinhando, quando se falava, por exemplo, voltando à idade da pedra para se chegar até o sistema capitalista, deveria haver uma construção temporal”.

Neste aspecto, o Coletivo discutiu o processo de formação com o sindicalismo como a porta de entrada da formação em relação à questão da exclusão do trabalho e à questão da carteira assinada. Entender a conjuntura; demonstrar a organização do trabalho como questão primordial.

Para outros membros do Coletivo, o CFES contribuiu para o avanço do Fórum de Parintins. Há inclusive, membros deste Fórum “que estão aptos a fazer formação. Já tinham vivência de formador e

²⁸ O formando se refere a construção de um CFES por Estado da região Norte; tema que foi discutido no Conselho Gestor e que gerou a chamada para a constituição de dois CFES, na região Norte: o primeiro abrangendo os Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia e o segundo envolvendo os Estado o Pará, Amapá e Tocantins.

aprenderam sobre economia solidária. Falta aprender o que é movimento e os empreendimentos” (Membro, 4). Este mesmo membro do Coletivo avalia que no município de São Gabriel também “[...] têm pessoas aptas para mobilizar o público usando o kit da economia solidária”.

A descentralização das ações puderam ser realizadas com apoio da RECID, da Secretaria de Trabalho do Amazonas-SETRAB, mas “[...] não há mais um ‘dono’²⁹, os próprios atores dos movimentos que estão trabalhando pelo Coletivo do CFES”.

Os eixos temáticos específicos da economia solidária, princípios básicos e desafios foram tratados de modo a superar os problemas iniciais em relação a articulação com a SRTE. Isto ocorreu na medida em que houve uma maior articulação com a RECID.

A metodologia, no formato do CFES, gerava dificuldades no sentido de atingir o público de economia solidária. Nesse sentido, o Coletivo verificou o amadurecimento dos indivíduos, o que também pode ser dimensionado com a continuidade no novo CFES, ou seja, com o novo edital que reconfigurou o CFES, em duas regionais, na Amazônia. O Coletivo Estadual mostrou que é necessário contemporizar determinados problemas, para garantir as articulações com outras instituições e a limitação em função da continuidade das ações, na medida em que as ações acabam sendo pontuais.

²⁹ O participante se refere ao representante da Superintendência do Trabalho e Emprego, no estado do Amazonas.

É válido ressaltar que o público da economia solidária tem perspectivas e anseios diferenciados em relação ao retorno da formação, pensa que se deve vincular a outros projetos e políticas, a fim de potencializar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

As formações foram importantes para a criação do Fórum de Barreirinhas, que nasceu devido ao apoio do CFES e que ocorreu a partir da formação estadual em Parintins e Manaus. Na avaliação de alguns membros do Coletivo do Amazonas houve pouca cooperação das instituições de apoio ao CFES. A intenção era um diálogo aberto, mas não conseguiram plenamente, devido as dificuldades burocráticas para o acesso aos recursos. Assim, o apoio se restringiu, inicialmente, à utilização de salas e auditório da SRTE, passagens para os municípios de Itacoatiara, Parintins, São Gabriel da Cachoeira e da Federação dos Artesões indígenas.

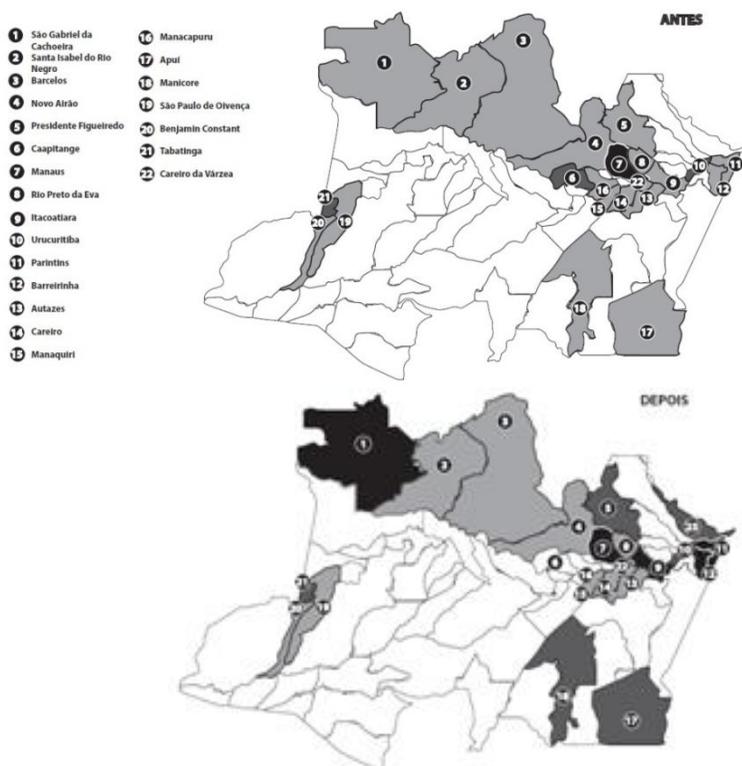
A participação do público se estendeu a vários municípios, pois as ações do CFES atingiram as comunidades de Itacoatiara, Nova Canaã, com pessoas interessadas na articulação de vilarejos, obtendo adesão para a elaboração de um livreto, ou melhor, de uma cartilha³⁰ para a formação em economia solidária, a qual foi elaborada pelo Fórum de Economia Solidária de Itacoatiara.

O Coletivo do Amazonas considerou um avanço atingir os cinco territórios do Estado na formação de formadores em economia

³⁰ A coordenação geral embora tenha conhecimento da Cartilha, não teve acesso a esse material didático.

solidária. Neste sentido, foi construído pelo coletivo, uma relação de pessoas que podem ser cadastradas como formadores, embora ainda não sejam consideradas como um Coletivo consolidado, mas hoje fazem parte do Fórum Estadual de Economia Solidária do Amazonas.

Imagem 2: Mapa demonstrativo do avanço da economia solidária no Estado do Amazonas³¹



Fonte: Relatório Final Projeto CFES, 2012.

³¹ Mapa confeccionado pela bolsista em designer do ITC PES/UFPA, Suzana Wanzeler, a partir dos relatórios do Coletivo do Amazonas.

Os mapas demonstram que a atuação da economia solidária encontra-se dispostas em três níveis, forte (preto), médio (cinza médio) e franco (cinza claro), e que há uma diferenciação, posto que em alguns municípios já existe *fori* municipais, conforme dispõem a tabela abaixo.

Tabela 1: Municípios atendidos *versus* Implementação de *Fori*

NÍVEL DE ATUAÇÃO	MUNICÍPIO	PRESEÇA DE FÓRUM
FORTE	Parintins	Fórum municipal
	Manaus	<i>Fori</i> municipal e estadual
	Itacoatiara	Fórum municipal
	São Gabriel da Cachoeira	Fórum Municipal
	Manacapuru	Fórum Municipal
MÉDIO	Barreirinha	Fórum Municipal
FRACO	Manicoré	Não possui Fórum
	Tabatinga	Não possui Fórum, porém existe um documento que afirma sua existência
	Boa Vista do Ramos	Não possui Fórum
	Novo Airão	Não possui Fórum
	Irlanduba	Não possui Fórum mas já existe uma articulação para a organização deste

Fonte: Relatório Seminário de Resultados e Avaliação do Projeto CFES, 2012.

No que diz respeito aos demais municípios do Estado, verifica-se que ainda não possuem discussão da economia solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos relatórios de sistematização das atividades desenvolvidas pelo Coletivo do Estado do Amazonas é possível perceber que as atividades do CFES possibilitaram ampliar as ações

de economia solidária no Estado, em face do processo de descentralização e territorialização das atividades de formação em economia solidária culminando, inclusive, com a criação/reestruturação de alguns *Fori* Municipais de Economia Solidária, além de elevar o número de formadores e interessados em desenvolver ações e atividades de formação em economia solidária no Estado e na Região Norte.

REFERÊNCIAS

BARBOSA. M.J.S et al. Relatório Anual do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES. Belém: UFPA/ITCPES – 2012.

Relatório do CFES-Amazônia, Coletivo do Amazonas, 2012.

Relatório do CFES-Amazônia, Coletivo do Amazonas, 2011.

Seminário de Apresentação de Resultados e Avaliação do Projeto CFES, 2012. (Relatório)

3.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO PARÁ: da perspectiva de construção de movimento às lutas, tramas e desafios³²

Núbia Cristina Assunção Miranda³³

A escolha de uma temática sobre a qual não se encontra vasta literatura de análise, como a economia solidária³⁴ no Estado do Pará³⁵, já é em si uma tarefa árdua, particularmente, quando se busca tratar de seus atores e suas tramas, a fim de identificar os desafios de uma forma diferenciada de produção e de organização do trabalho. No entanto, é isto que tem instigado e mobilizado pesquisadores à investir em processos de criatividade metodológica capazes de acessar fios condutores da teia que move a realidade concreta na constituição da economia solidária no Estado do Pará.

³² Esse capítulo foi organizado a partir do III capítulo da Dissertação de Mestrado intitulado: **Economia Solidária no Estado do Pará: atores, tramas e desafios**.

³³ Assistente Social; mestre em Serviço Social pela UFPA; docente do curso de Serviço Social da Escola Superior da Amazônia/ESAMAZ.

³⁴ O termo economia segundo Coraggio (2004, p. 346) é o sistema “*que genera, define y distribuye recursos materiales y capacidades humanas e institucionales, de modo que se satisfagan las necesidades de todos según las definiciones, valoraciones y prioridades*”. Arroyo & Schuch (2006, p. 61) conceituam solidariedade como “ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro”. Sendo assim, a solidariedade busca superar a dicotomia entre o individual e o coletivo, pois propõe “a afirmação da compreensão da interdependência humana, tanto entre os indivíduos como entre as coletividades (Idem, 61-62).

³⁵ O Estado do Pará, segundo maior estado da Região Norte e do Brasil em superfície, possui uma área de 1.247.689,515 Km², distribuída em 144 municípios. A estimativa da população do Pará, para o ano de 2007, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2007), corresponde a 7.581.051 habitantes. Desse total de habitantes cerca de 60% moram nos centros urbanos e aproximadamente 40%, residem em áreas consideradas rurais.

A pesquisa sobre a economia solidária no Estado do Pará tende a abrir possibilidades para novos estudos, sejam a partir das lacunas, que por hora possam existir, sejam para complementar ou preenchê-las. Vale destacar que esse trabalho não tem a pretensão de esgotar discussões a respeito da economia solidária no Pará, até porque, sempre há perspectivas e visões de mundo diferenciadas sobre um mesmo objeto; elas são decorrentes de tendências e teorias que propõem abordagens e análises sob prismas que focam as estruturas, a natureza ou mesmo a práxis social imersa nas formas de vida em sociedade. Trata-se, portanto, de um passo inicial para fomentar novas pesquisas em busca de apreciações críticas e/ou contribuições à luz de correntes teórico-metodológicas distintas da análise adotada neste ensaio.

As tramas e os atores sociais que compõem o movimento de economia solidária no Estado do Pará foram se tornando mais evidentes na medida em que havia relação de confiança e credibilidade desses atores, o que facilitou entender as conexões deste movimento com as novas dinâmicas da economia do trabalho no capitalismo contemporâneo. Com isso, foi possível entender o cotidiano e determinados sentimentos de seus atores, ou seja, a subjetividade, que às vezes é difícil de ser “revelada”.

Na ocasião foram utilizadas técnicas de entrevista, observação e pesquisa participante³⁶ e análise de conteúdo, tendo em

³⁶ Utilizou-se a pesquisa participante à luz de teóricos como Brandão (1984) e Gajardo (1986).

vista que esses instrumentais privilegiam a descoberta de “fenômenos latentes que reúnam um acervo qualitativo de informações” (Idem, p. 36). Com os atores sociais do movimento de economia solidária no Estado do Pará, optou-se por entrevistas abertas – semi-estruturadas³⁷ – considerando suas trajetórias de lutas.

Vale observar que dentre esses atores sociais estão os trabalhadores da economia solidária (assessorias, gestores e os próprios trabalhadores dos empreendimentos solidários), desde seu surgimento no Estado. Desse modo, a entrevista tornou-se um instrumento de suporte para se compreender como esse processo vem ocorrendo a partir de suas lutas e resistências, considerando seus protagonistas³⁸. Com base na análise desse material construiu-se o debate da economia solidária no Pará.

A PERSPECTIVA DE CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MOVIMENTO

A economia solidária como novo movimento social enlaça outros movimentos sociais, a fim de fortalecer o conjunto de sujeitos

³⁷ A observação constituiu-se enquanto subsídio para as entrevistas realizadas de forma semi-estruturada, operando como um instrumento importante para esclarecer os fatos observados, compreender melhor a dinâmica das relações, registrar o discurso dos sujeitos, seus entendimentos e pontos de vistas sobre o tema em foco. Através deste recurso pode-se identificar o que se chamou de Saber de Experiência, capturando nas falas dos entrevistados as compreensões construídas a partir de sua vivência, de seu cotidiano enquanto atores sociais da economia solidária no Pará.

³⁸ Vale ressaltar que os protagonistas mencionados na pesquisa são os militantes da construção do movimento de economia solidária, particularmente aqueles que estiveram juntos como trabalhadores populares ou como formadores ou gestores no início do século XXI. Em virtude de alguns desses atores protagonistas não autorizarem a divulgação de seus nomes na pesquisa, acatou-se como regra geral, o “anonimato”.

sociais envolvidos para a conquista da efetivação de direitos, podendo atuar de modo diferente ao que habitualmente é observado nos movimentos sociais “tradicionais”. Na realidade, é possível assumir uma luta que se inicia em “qualquer lugar”, em que dois ou mais atores sociais – movimentos sociais – se reúnem para estar-produzir-pensar-com-os-outros (IVERN, 2007). Trata-se, portanto, da emergência de novos sujeitos políticos, a partir de novas configurações sociais dos trabalhadores.

Cada movimento social se reconhece como um aspecto diverso da paisagem que compõem os outros e, aos poucos, se decifra o código e se decodifica a mensagem como se fosse uma palavra nova em um novo discurso. Pode-se compreender como um jogo de “*diversidad-unidad*”, de “*singularidad-integracion*” (IVERN, 2007, p. 83). Trata-se dos novos movimentos sociais, dentre eles o movimento de economia solidária, que vem se construindo e se caracterizando também com esses aspectos, e, neste sentido, torna-se um novo paradigma de constituição e sustentação de novas relações sócio produtivas.

Nessa perspectiva, pode-se entender que o movimento de economia solidária surgiu recentemente e tende a se tornar cada vez mais forte devido agregar um conjunto de atores que possuem problemas comuns e elementos que tendem a resistir às relações capitalistas. Considera-se, portanto, que o movimento de economia solidária é um movimento de mobilização sócio-produtiva, no sentido amplo, como afirma Lefebvre (1999) “produção de coisas e

de sentido”, ou seja, de relações sociais nas diferentes esferas da sociedade, expressando a unidade entre economia, política e sociedade.

A economia solidária pode se afirmar como um “movimento de movimentos”, por agregar diferentes movimentos sociais (mulheres de feministas; negros; ecológicos; de produtores/trabalhadores rurais etc.) e de indígenas apontado por Santos (2005) também como um novo movimento. Além destes, agrega movimentos de intelectuais críticos³⁹, que objetiva criar/pensar propostas concretas ao desemprego estrutural⁴⁰ e a própria desigualdade socioeconômica e produtiva, que dão origem aos diversos movimentos.

Dessa maneira, define-se o movimento de economia solidária como um movimento de mobilização de vários movimentos, de sujeitos interessados em um mesmo objetivo, que vêm possibilitando a construção de uma base teórica, conjugada às práticas e debates próprios dos movimentos sociais, transformando-

³⁹ Isto porque quase 100 instituições de nível superior – que fazem parte da REDE UNITRABALHO – se comprometem em elaborar e trocar conhecimentos com os grupos populares de produção, cooperativas, associações a fim de contribuir para a constituição do movimento de economia solidária, primando à valorização do homem por meio de seu trabalho sócio-produtivo. Existe também a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, REDE ITCPs, que teve início em 1998. Atualmente é constituída por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares/ITCPs de mais de 40 universidades em 5 regiões do Brasil. A Rede objetiva vincular de forma interativa e dinâmica as ITCPs, favorecendo o intercâmbio de tecnologias e de conhecimentos entre as mesmas e a sociedade. Para maiores informações acessar: <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/440>.

⁴⁰Para Castel (1998) essa modalidade de desemprego é entendida como a nova questão social.

se em “um rico processo de transmissão de conhecimento” (BARBOSA et al, 2005, p. 162), entre os diversos atores sociais que compõem/constituem a economia solidária. Neste sentido, o conjunto de movimentos interage entre si e formam a base do Fórum Social Mundial/FSM, que expressa diferentes formas de resistências.

O movimento de economia solidária, portanto, se inscreve na trajetória da resistência e das lutas dos trabalhadores em contraposição à sociedade capitalista, se constituindo, assim, como um dos movimentos sociais mais significativos na contraface do capitalismo contemporâneo. Sob essa perspectiva o movimento de economia solidária se configura como um movimento de resistência às formas de produção capitalista e suas relações, pois se trata de um diálogo aberto entre diferentes movimentos na formação e/ou busca de “outra economia” e de “outra sociedade”.

A economia solidária, como movimento de mobilização sócio-produtiva de diversos atores sociais, se constitui como uma crítica ao capitalismo contemporâneo, efetivando a rearticulação entre economia, política e sociedade e propondo novas institucionalidades sob a dinâmica de iniciativas locais e globais. Suas diferentes perspectivas (formação; produção, comercialização e consumo solidários; finanças solidárias e marco legal) se colocam como via de resistência. Ela atua contra a desfragmentação da vida em sociedade, bem como, na

proliferação de práticas de autonomia do trabalho em face ao capital. A geração de trabalho e renda se evidencia, concretamente, por meio da organização dos diversos atores sociais, que compõem a economia solidária enquanto movimento inovador: de lutas, resistência, contestação e, sobretudo, por práticas coletivas e organização autogestionária.

Nesse sentido, a economia solidária tem como perspectiva a organização social dos trabalhadores, sob uma nova concepção, à medida que acumula as experiências dos movimentos sociais tradicionais e articula novas capacidades sociais, e ao se constituir a partir de redes de cooperação em contraposição ao corporativismo individualista.

Trata ainda como novidade a geração de trabalho e renda sob uma nova configuração; ultrapassa o socialismo utópico ao se fundar por meio de empreendimentos solidários, se apresentando como respostas às novas expressões da questão social, resultante da crise do Estado e da sociedade salarial. Com isso o movimento de economia solidária está voltado à emancipação social⁴¹ ao propor e exercitar processos

⁴¹É importante esclarecer que essa emancipação social está diretamente ligada à autonomia enquanto movimento, ou seja, é necessário que não se deixe cooptar por instituições públicas e/ou privadas. É preciso estar “desatrelado” considerando o sentido paternalista institucional e/ou governamental. A autonomia desse movimento está em poder propor sem, no entanto, se deixar corromper por determinadas situações objetivando apenas levar vantagens desconsiderando seu objetivo maior.

autogestionários sem perder de vista que a produção de coisas articulada as relações sociais e culturais, portanto, se constitui como um movimento social transversal.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADOPARÁ: tramas e desafios

Tratar da economia solidária no Pará por si só já é um desafio e ao mesmo tempo interessante. Para tanto, é necessário apresentar a situação atual dos empreendimentos solidários do Estado, considerando dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária). O Atlas da economia solidária no Brasil (2005)⁴² aponta que as principais formas de organização dos empreendimentos de economia solidária no estado do Pará são as associações, representando 52% de todos os empreendimentos. Em relação aos grupos informais, cooperativas e outras formas de experiências a representatividade corresponde há 25%, 13% e 9%, respectivamente⁴³.

Ainda segundo os dados desse órgão, no Pará, “há uma predominância dos empreendimentos no meio rural, que compreende

Essa autonomia passa ainda pela questão da gestão, produção e reprodução do empreendimento de economia solidária, resguardando os princípios solidários

⁴² Vale ressaltar que existem dados recentes sobre a situação dos EES no Estado. A pesquisa foi realizada a partir do Projeto Mapeamento de economia solidária no Estado do Amapá e Pará, executado pelo Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários/ITCPES – UFPA. No entanto, os dados ainda não estão disponíveis no *site* do MTE.

⁴³ Dados sobre os EES no estado do Pará podem ser ratificados pelo mapeamento de 2005 a 2007 da SENAES/MTE, conforme Atlas da Economia Solidária do Brasil.

44%, com 37% na área urbana e ainda 19% com área de atuação mista, isto é, rural e urbana” (MIRANDA et al, 2008).

A economia solidária no Estado do Pará não está diretamente articulada à reestruturação produtiva de base industrial⁴⁴. Isto porque o Estado apresenta uma estrutura econômica diversa, nos setores primários e terciários, pois se caracteriza, em grande medida, pelo comércio e serviços tradicionais, os quais são responsáveis pelo maior nível de emprego formal da região. No entanto, os grandes projetos agropastoris e agro-minerais se tornaram pólo de atração para diversos sujeitos, que buscam apropriar-se das condições materiais impressas nesse território, fazendo elevar seu contingente populacional, exigindo hoje a redefinição de suas infraestruturas e serviços para atender as demandas do desenvolvimento autossustentado.

OS PRIMEIROS PASSOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARÁ: a fala dos protagonistas⁴⁵

⁴⁴ A economia paraense é baseada principalmente no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro e estanho), além da agricultura, pecuária, indústria, extrativismo animal e vegetal, e o comércio e a prestação de serviços. Possui um PIB de R\$ 44,35 bilhões, sendo a 1ª economia da região Norte e a 13ª maior do país (IPEA, 2006). Quanto a participação dos setores econômicos no valor adicionado estadual, destaca-se o setor de Serviços (57,45%), seguido pelo da Indústria (33,35%) e Agropecuária (9,2%). Do primeiro, vale destacar as atividades de administração pública e de comércio, no setor da Indústria destaca-se indústrias de transformação e de extração mineral, enquanto no setor da Agropecuária o destaque é para pecuária e pesca – valores referentes ao ano de 2006 (PARÁ, 2007).

⁴⁵Vale ressaltar que os protagonistas aqui mencionados são os militantes da construção do movimento de economia solidária, particularmente aqueles que estiveram juntos como trabalhadores populares ou como formadores ou gestores no início do século XXI. Em virtude de alguns desses protagonistas não autorizarem a

A organização da economia solidária, no Pará e em Belém, segundo o Fórum Paraense de Economia Popular e Solidária FPEPS (2005) se originou com base na economia popular⁴⁶, por meio do Fórum de Empreendedores Populares de Belém⁴⁷, o qual deu suporte para pensar a organização da economia solidária, visto que, naquele momento, em 2000, um único movimento de empreendedores populares e trabalhadores solidários⁴⁸ foi constituído (BELÉM, 2003).

No entanto, apesar da maioria dos protagonistas do Movimento de Economia Solidária, em entrevistas, apontar a política de microcrédito do Banco do Povo da Prefeitura Municipal de Belém - PMB, gestão 1997-2000, particularmente no ano 2000, como a grande alavanca para o “surgimento” da economia solidária no Pará, outros “protagonistas” mostraram contradição em relação ao surgimento da economia solidária no Estado. Isto porque, ao mesmo

divulgação de seus nomes na pesquisa, acatou-se como regra geral, respeitando, portanto o “anonimato”.

⁴⁶Vale lembrar que a economia popular é constituída por “negócios que se estruturam a partir do atendimento direto das demandas da população e por estabelecerem giro local – movimentando majoritariamente seus insumos e produtos em um determinado território” (ARROYO, 2008, p.20). Para maiores informações a respeito da relação entre economia popular, economia informal e economia solidária, consultar o II capítulo da dissertação citada no início do texto, autora desse texto.

⁴⁷ De acordo o Guia de negócios, produtos e serviços (BELÉM, 2002) esse Fórum foi criado em agosto de 2000 sendo considerado como uma iniciativa com objetivo principal de “contribuir para a organização solidária dos diversos segmentos da economia popular, a fim de que os empreendedores pudessem refletir, planejar e agir visando resolver problemas comuns”

⁴⁸Esse movimento era composto por vendedores ambulantes, merceiros, trabalhadores das calçadas, vendedores de “lojinhas” de confecção produzidas na residência, vendedores de artesanatos etc. Tratava-se de um conglomerado de trabalhadores tanto da economia informal quanto da economia popular.

tempo que apontam o Banco do Povo de Belém como “grande responsável” pela “implantação” da economia solidária no Estado⁴⁹, outros afirmam que a economia solidária já era difundida pela Cáritas Brasileira em municípios do interior, nas regiões Nordeste e Oeste do Estado, denominada por “cooperativismo alternativo”⁵⁰.

Contudo, o cooperativismo alternativo “apresenta-se como o eixo de viabilidade econômica de grupos populares que se organizam em torno de atividades produtivas e de serviços, com base na concepção original de práticas e vivências sociais” (BERTUCCI & SILVA, 2003, p. 74). Há ainda aqueles que defendem a existência da prática da economia solidária em alguns empreendimentos, pois o cotidiano de seus trabalhadores era pautado nos princípios desta “outra economia”, embora desconhecessem “teoricamente” a economia solidária⁵¹.

⁴⁹ Os protagonistas que defendem o “surgimento” da economia solidária no Pará não hesitam em afirmar que o início efetivo foi em 1999, ganhando impulso em 2003, a partir da realização da I Plenária Estadual de Economia Solidária.

⁵⁰ A Cáritas Brasileira durante a década de 80 do século passado desenvolveu, juntamente com outros organismos, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que objetivava “apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas, através da solidariedade” (BERTUCCI & SILVA, 2003, p. 13), ligados a busca de “alternativas de sobrevivência”. O “cooperativismo alternativo” resulta de avaliações metodológicas da Cáritas. No Pará, esse “tipo” de cooperativismo se estruturou a partir de mudanças significativas ocorridas no Regional Norte II, após 1996, por meio de uma metodologia de planejamento denominado planejamento-conjunto (BERTUCCI & SILVA, 2003).

⁵¹ Essa afirmação se baseia nas falas de sujeitos sociais que se inseriram na construção da economia solidária no estado, enquanto empreendimento, a partir das ações do Banco do Povo de Belém. Dessa maneira, quando esses empreendimentos recebiam formação sobre economia solidária, passaram a reconhecer que já praticavam a economia solidária, embora desconhecesse seus princípios norteadores. Isto porque, por exemplo, existiam ações de igrejas que objetivavam a formação/qualificação profissional para geração de trabalho e renda, impulsionando

É interessante esclarecer que o Banco do Povo de Belém, já em 1998, fomentava a ideia de economia solidária, a partir da geração de emprego e renda, democratização do acesso ao crédito e incentivo à criação de cooperativas associativas solidárias. Entende-se, portanto, que a partir da concessão de microcrédito a empreendimentos de micro e pequeno porte, principalmente, aqueles que se encontravam em situação de informalidade no mercado, vinculado a economia popular, se ensaiou a primeira experiência de política de fomento à economia solidária. Destaca-se esse momento porque, de acordo com informações de lideranças que conduziam a política de microcrédito no referido banco, perceberam que os trabalhadores adquiriam – individualmente – o recurso financeiro – direcionado à formação do negócio próprio/familiar –, mas estes não possuíam formação/qualificação suficiente para gerenciar tal recurso⁵², o que resultava em endividamento dos mesmos sem a possibilidade de saldar tal dívida⁵³.

Conforme informações dos antigos gestores técnicos do Banco do Povo de Belém, os trabalhadores não conseguiam gerenciar os recursos dos empréstimos e transformá-los em saldo

a criação de grupos de trabalhadores, tendo por base a solidariedade, ajuda mútua, coletividade, cooperação, valorização do saber local, em busca de uma produção com distribuição justa da renda auferida.

⁵² Vale ressaltar que segundo a SECON (BELÉM, 2002) havia palestra de orientação sobre microcrédito diariamente no espaço do Banco do Povo de Belém. Entretanto, ao que parece não era suficiente para sensibilizar os trabalhadores sobre a utilização do microcrédito.

⁵³ Isto pode ter ocorrido porque o sistema de microcrédito não possuía um acompanhamento sistemático com qualificação/capacitação dos trabalhadores que solicitavam o crédito.

positivo para o seu “negócio”, além do mais, às vezes gastavam o recurso em outras necessidades. Com isso, surgiu a ideia de reunir essas pessoas em grupos, a fim de formar cooperativas. Apesar da gerência do Banco, naquele momento, em 2000, estimular

diversas reuniões para implantar uma nova metodologia de crédito assistido, junto ao público financiado do Banco do Povo: Organização, Formação e Crédito. Sendo o crédito uma ação meio. E uma ação fim está no acompanhamento (assessoramento técnico, organizativo e político), dos empreendimentos⁵⁴

Essa forma de metodologia – de crédito assistido – e organização, não surtiu o efeito desejado, pois se entende que além da conjuntura e cultura capitalista centrarem-se no individualismo, a competição⁵⁵, a falta de capacitação continuada para os mesmos, segundo estudo anterior de Miranda (2007)⁵⁶, contribuiu, em parte, para o insucesso de vários empreendimentos em Belém.

Nesta trajetória, houve ainda ações da gestão municipal para qualificar os trabalhadores – pais/responsáveis dos beneficiários do

⁵⁴Essas informações foram adquiridas por meio de entrevista com uma das lideranças da gestão da Política Pública de Microcrédito, no Banco do Povo de Belém, que em 2000.

⁵⁵Essa realidade pode ser identificada na Região Metropolitana de Belém, por exemplo, que existem cooperativas, associações que são legalizados juridicamente, mas não é possível considerá-las empreendimentos de economia solidária, visto que as mesmas não desenvolvem atividades no âmbito das relações de ajuda mútua, cooperação etc., conforme os princípios da economia solidária.

⁵⁶Desemprego, informalidade e cooperativismo: um estudo da Cooperativa Popular de Empreendedores do Ver-o-Rio em Belém/Pa, Belém, 2007 (Trabalho de Conclusão de Curso/TCC - UFPA).

Programa Bolsa Escola⁵⁷ para a organização de cooperativas. Contudo, ainda segundo o estudo de Miranda (2007), não houve uma qualificação suficiente sobre cooperativismo, ou seja, o tempo de qualificação foi insuficiente para constituir uma cooperativa, principalmente, sob os princípios da economia solidária. Isto, inclusive, resultou no enfraquecimento das cooperativas formadas a partir da política municipal de transferência de renda com perspectiva de inclusão produtiva.

No ano 2000, em que um único movimento havia se constituído, os trabalhadores que estavam nas ruas/avenidas principais da cidade de Belém, vendendo seus produtos em busca de renda, começaram a se organizar não enquanto economia solidária, mas como economia popular. Eles passaram a ensaiar um movimento, orientado por debates realizados no cerne dos movimentos sociais urbanos e das associações de bairro em virtude de debates relacionados ao Fórum Social Mundial, que se realizou em 2000, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Neste momento tomaram por base as recomendações deste Fórum para a concretização da economia solidária no Pará.

Dessa maneira, é unânime aos protagonistas entrevistados a afirmação que o debate sobre economia solidária, no Pará, se intensificou devido a necessidade de sobrevivência ao mercado de trabalho local, apesar das divergências em relação ao seu

⁵⁷ Para maiores informações sobre este estudo consultar Miranda (2007) e Gonçalves; Ferreira (2007).

“surgimento”. Isto porque para uns o momento político favorável⁵⁸ é visto como um marco para o surgimento da economia solidária no Estado. Para outros, a economia solidária já existia sob outro horizonte, conforme sinalizado anteriormente.

De acordo com atores da gestão municipal⁵⁹, daquele período, em 2000, foram as ações realizadas a partir de programas e projetos que ensaiaram o início da economia solidária no Estado⁶⁰. Entretanto, vale ressaltar que as ações eram direcionadas, particularmente, para atender as necessidades de geração de trabalho e renda, como a criação de cooperativas, sem apresentar em sua linha de formação/qualificação técnica aos trabalhadores, a economia solidária.

Na realidade, em 2000, a Prefeitura Municipal de Belém/PMB por meio de suas ações, fomentava o “empreendedorismo”, criando, por exemplo, empreendimentos tanto individuais quanto coletivos. Esses empreendimentos eram formados por trabalhadores da economia informal e também da economia

⁵⁸ Nesse momento ganhou a eleição municipal a “Frente Popular”, cujo partido majoritário era o Partido dos Trabalhadores/PT. No plano de governo dessa frente constava o incentivo à economia popular e solidária, a partir de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Escola, o qual tinha por objetivo, dentre outros, incentivar a criação de cooperativas populares.

⁵⁹ Inclusive que protagonizaram a organização do movimento de economia solidária no Pará.

⁶⁰ Esse início diz respeito a realização de capacitação massiva, denominada de Loteamento Organizacional de Terreno/LOT, que capacitou inicialmente 306 pessoas para constituição de grupos de serviços em diversos ramos de atividade profissional (BELÉM, 2003). Naquele momento foi criado pela Prefeitura de Belém a Escola do Empreendedor Popular, para acompanhamento dos empreendimentos criados a partir daqueles LOT's, capacitando tecnicamente os trabalhadores sobre cooperativismo.

popular, e ainda, por trabalhadores desempregados inseridos naqueles programas ou projetos. Portanto, debates sobre os princípios da economia solidária, por exemplo, não existiam efetivamente, fato este que estimulou concretamente a economia solidária, mas de forma indireta.

Com base nas entrevistas aos protagonistas foi possível notar que aquele momento foi realmente favorável à construção da economia solidária no Estado, tendo em vista a organização de eventos envolvendo diversos trabalhadores, os quais tinham por objetivo não somente a geração de trabalho e renda, mas a busca de melhoria de condições de vida, a partir do coletivo, da solidariedade e do trabalho. Era necessário, no entanto, articular o movimento de empreendedores populares (que participavam trabalhadores tanto da economia informal como da economia popular) com os movimentos e associações de bairro, por exemplo, para difundir a economia solidária até então desconhecida pela população de Belém.

Assim, a articulação desse movimento surgia com o objetivo de buscar formas de geração de trabalho e renda, tendo como motor os princípios da economia solidária. Inicia-se, assim, o movimento de economia solidária no Pará, o qual nasce da economia popular⁶¹.

Trata-se, na realidade, de uma soma de forças – e esforços – que tem como base a geração de renda. Conforme o passar do tempo

⁶¹ Para a economia popular vir a se “transformar” em economia solidária “é necessário o desenvolvimento de atividades coletivas de reprodução com um componente significativo de solidariedade e vontade” (CORAGGIO, 2000, p. 122). Entretanto, Eid (2001) afirma que apenas vontade não é suficiente para formar um empreendimento de economia solidária.

vai tomando corpo e se “transformando”, gradativamente, em economia solidária⁶². Isto porque, alguns trabalhadores da economia popular se juntaram a outros e passaram a construir empreendimentos sob outra lógica, diferenciada da lógica capitalista, ou seja, sob os princípios da cooperação e ajuda mútua, principalmente, construindo um espaço democrático, em que o conjunto de atores tem direito a voz e voto, de forma igualitária. Dessa maneira, a necessidade de satisfazer necessidades básicas e “fugir” do desemprego também contribui para a formação de grupos de produção e serviço, os quais inicialmente objetivam gerar renda, mas ao longo do tempo vai construindo outra concepção de mundo, em que a vida social está inter-relacionada com a vida do trabalho, fazendo os sujeitos se sentirem parte de um novo momento da história.

Alguns protagonistas – sujeitos de empreendimentos solidários, que na época faziam parte de empreendimentos populares e tinham “espaço” comercial na antiga Usina Progresso⁶³ – afirmam que a primeira ação do movimento de economia solidária,

⁶² Na realidade, essa transformação acontece constantemente, pois novos atores sociais se interessam pela luta e passam a somar à economia solidária, o que necessita de interação e principalmente formação específica sobre economia solidária. Isto pode ser evidenciado no projeto intitulado Centro de Formação de Economia Solidária/CFES.

⁶³ Esta antiga Usina foi reformada e reinaugurada sob a denominação de *Shopping Popular Usina Progresso*, que até em 2010 tinha a participação de empreendimentos da economia popular, assim como de trabalhadores da economia informal que utilizavam o espaço localizado no bairro do Reduto em Belém. Atualmente o *Shopping* foi desativado e no local será construído o primeiro quartel definitivo da Guarda Municipal, segundo informações disponíveis no *site*: <http://www.belem.pa.gov.br/gmb/noticias>.

efetivamente, enquanto movimento de resistência, foi o embate com a PMB. Na ocasião houve um protesto no início da primeira década do século atual, por parte dos empreendedores populares junto à Secretaria Municipal de Economia/SECON, em que os mesmos ameaçaram chamar a imprensa⁶⁴ para registrar o ato da prefeitura⁶⁵, de retirada violenta dos trabalhadores do espaço destinado aos mesmos na antiga Usina Progresso.

Na realidade, essa atitude de pressionar o poder público municipal fortaleceu ainda mais a luta para a organização dos trabalhadores populares. Assim, esse momento se tornou um marco de luta para aqueles trabalhadores e também para o início da construção do movimento de economia solidária no Pará, pois o governo municipal foi compelido a ceder frente à resistência dos trabalhadores, em relação a desocupação do referido espaço. Desse modo, o protesto se configurou como ato de resistência – que marcou a atuação de um movimento social (AMMANN, 2008) –, pois os trabalhadores lutaram contra o Estado, a fim de manter seus “postos” de trabalho, ou seja, garantir o direito ao trabalho.

A propósito, outro momento que também contribuiu para os primeiros passos do movimento de economia solidária, no Pará, bem como, para sua organização, diz respeito aos encontros de

⁶⁴ Vale ressaltar que os empreendedores não chegaram a chamar a imprensa, pois houve negociações e acordo da SECON com os trabalhadores para os mesmos continuarem no espaço.

⁶⁵De acordo com alguns sujeitos sociais que protagonizaram o referido momento, a desocupação estava diretamente ligada a questões político-partidárias, mas conforme os mesmos os trabalhadores não tomaram essas questões como base para recuar.

empreendedores. Assim, em agosto de 2000, foi realizado o I Encontro de Empreendedores Populares de Belém apoiado pelo Banco do Povo de Belém⁶⁶ (FPEPS, 2005) e pela Agência de Desenvolvimento Solidário/ADS e “contou com a participação de 150 trabalhadores” (BELÉM, 2003). Esse encontro foi importante para que estes trabalhadores despertassem para a necessidade de organização dessa categoria a fim de discutir os problemas inerentes (FPEPS, 2005). O resultado desse Encontro foi a fundação do Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém, que naquele momento era chamado de “Fórum Municipal”. Na ocasião os próprios empreendedores elegeram a primeira coordenação, sendo composto por segmentos de atividades produtivas da economia popular: moda popular – confecção –; artesanato; alimentação – mercearias e mini-mercados –, a fim de contemplar todos os seguimentos que se fizeram presentes no evento. Nesta realidade, observa-se que os atores sociais não compreendem a distinção entre economia informal, popular e solidária, visto que os segmentos apresentados estão inseridos no contexto da economia informal e/ou popular, haja vista que não demonstram efetivamente empreendimentos sob a lógica da economia solidária. Entende-se que se tratava do início da construção da economia solidária no Pará, motivando seus primeiros passos a partir da economia popular.

⁶⁶ Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – Fundo Ver-o-Sol (Lei Complementar N° 01 de 20/Outubro/1997). Naquele momento o Banco do Povo de Belém era chamado pelas pessoas como “Banco do Povo”. Atualmente é conhecido apenas como “Fundo Ver-o-Sol”.

Ainda no ano 2000, com o apoio do Banco do Povo de Belém, a coordenação do Fórum Municipal organizou e realizou, no mês de dezembro, uma Feira no “Shopping Popular Usina Progresso”, apresentando o primeiro desfile de moda popular, organizado por empreendimentos populares do ramo de confecção, além de atrações culturais (FPEPS, 2005). Houve avanço na organização e construção da economia solidária no Pará, por meio de discussões sobre os problemas da categoria o que culminou na elaboração de projetos para o fortalecimento econômico e organizativo desses empreendimentos.

Em 2001, estes projetos foram amadurecidos, resultando em novas linhas de crédito, no Banco do Povo de Belém, com a criação de créditos especiais com taxas e prazos mais adequados às “Mulheres Chefes de Família” e “Empreendimentos da Agricultura Familiar”. Além disso, a partir das propostas dos empreendimentos populares foi introduzido, nos planos de formação/capacitação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador/PLANFOR⁶⁷, o módulo “empreendedorismo”⁶⁸. A propósito, ainda no de 2001, na 1ª

⁶⁷O PLANFOR foi um plano que fazia parte da política nacional de qualificação profissional cujo objetivo era construir, gradativamente, a oferta de educação profissional permanente, com foco na demanda social e do mercado de trabalho local. Desse modo, a finalidade seria qualificar ou requalificar, a cada ano, articulado à capacidade e competência existente na área em questão, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa/PEA, maior de 16 anos de idade, no intuito de reduzir a pobreza, elevar a produtividade, competitividade e renda, dentre outros.

⁶⁸Esse contexto demonstra que a PMB direcionava suas ações especificamente para a economia popular, e, portanto, é o conjunto de trabalhadores dessa economia que começa a fomentar a construção de um movimento que apoiavam discutir além da economia popular também a economia solidária. Esse movimento objetivava

Avaliação Pública do Banco do Povo de Belém houve a proposta da criação de *Fori* de Desenvolvimento Local Solidário, por bairro ou conjuntos de bairros, a fim de fortalecer a economia solidária, bem como, incluir nas discussões comunitárias a temática, visto que estes *fori* contariam com a participação de outros atores, como líderes comunitários.

Nesse contexto, em 2002, de acordo com as entrevistas realizadas com os protagonistas da economia solidária do Pará e documento do FPEPS (2005), foram organizados 13 (treze) *fori* locais, mobilizando cerca de 2000 (dois mil) empreendedores em encontros e plenárias, nas quais se discutiu com instituições de fomento “a realidade da economia local e a articulação dos próprios empreendedores” (FPEPS, 2005, p. 7)⁶⁹. Esses *fori* conforme a SECON (BELÉM, 2002) representavam mais um passo importante na organização de quem trabalhava por conta própria, em sua comunidade, ou seja, em seu local de atuação. Naquele momento também foi constituído o Conselho Popular de Controle Social, que buscava parcerias para melhorar o acompanhamento aos empreendimentos e o amadurecimento do “aval comunitário”, entendido pelo Banco do Povo de Belém, como instrumento concreto de gestão compartilhada, em que os empreendedores deveriam

apresentar propostas que buscassem atender tanto aos empreendimentos da economia popular quanto aos empreendimentos da economia solidária.

⁶⁹ Em entrevista um protagonista da economia solidária afirmou que nesses *Foris* Locais as pessoas se viam como “atores na economia local”.

cumprir, com responsabilidade, o papel de sujeito ativo da política de microcrédito popular (BELÉM, 2002).

Os eventos realizados em 2002, pela PMB, dentre os quais a Jornada de requalificação em gestão de empreendimentos populares⁷⁰ objetivava fortalecer a economia popular. Entretanto, conforme alguns protagonistas entrevistados⁷¹, os militantes da economia solidária faziam parte de empreendimentos da economia popular que aos poucos inseriam discussões sobre a economia solidária nestes eventos, a fim de estimular os empreendimentos populares a se converterem em economia solidária.

Na trajetória de construção da economia solidária no Estado do Pará houve o 1º Encontro de Economia Solidária do Estado do Pará e a I Plenária Estadual de Economia Solidária realizados de 13 a 15 de junho de 2003 (BELÉM, 2003). Na ocasião houve a participação de diversos atores sociais da economia popular e da economia solidária, objetivando discutir e aprovar propostas para o III Encontro Brasileiro de Economia Solidária⁷². Os protagonistas da economia solidária do Pará, em entrevistas, afirmaram que na ocasião o Pará foi o Estado mais representativo numericamente, pois

⁷⁰ Vale informar que o objetivo dessa jornada foi “promover a formação em gestão de empreendimentos populares para o fortalecimento dos negócios” (BELÉM, 2003, p. 15). Segundo a SEGEP e a SECON (BELÉM, 2003), esse evento reuniu mais de 200 pessoas.

⁷¹ É importante informar que desses protagonistas, mais da metade continuam trabalhando em empreendimentos solidários e outros ocuparam cargos de gestão pública estadual no governo anterior.

⁷² Segundo o FPEPS (2005) esse evento contou com a participação de 400 (quatrocentas) pessoas, sendo sua maioria empreendedores populares ou solidários.

apresentou uma das maiores delegações do país no Encontro, refletindo na participação ativa dos delegados, no que diz respeito às discussões, influenciando “decisivamente nas propostas aprovadas no Encontro Brasileiro” (FPEPS, 2005, p. 10).

Os protagonistas da construção do movimento de economia solidária em Belém e no Pará afirmaram em entrevistas, que nas plenárias anteriores, particularmente na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Pará foi referência, pois sua participação nos debates resultou em apresentação de propostas de construção da economia solidária no Brasil. Isto se deve ao fato de, naquele momento, os atores sociais apresentarem uma carta de princípios apontando, dentre outros pontos, o FPEPS enquanto espaço de articulação política e de construção de consensos, respeitando as diferenças, para além das concepções e tendências partidárias e de estabelecimento de estratégias de ação, sob a égide dos princípios da economia solidária (FBES, 2008).

Os protagonistas da IV Plenária Estadual de Economia Solidária, através de discussões a respeito de assuntos de interesse dos participantes, dentre os quais economia e geração de trabalho e renda buscaram organizar suas produções de modo diferenciado, objetivando, principalmente, valorizar o trabalhador a partir da obtenção de renda e trabalho. Outro momento importante, para o movimento de economia solidária do Pará foi a criação do Fórum de Empreendedores Populares do Estado do Pará, recentemente “alterado”, por ser entendido, pelos atores sociais da economia

solidária, como base para o FPEPS, uma vez que é naquele, formado apenas por empreendedores (populares e solidários) que se discute as suas demandas. Desse modo, o FPEPS é um espaço composto por assessorias – em que se destaca o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários/ITCPES-UFGA –, gestores e empreendimentos solidários – de diversos segmentos de produção e prestação de serviços.

LUTAS E TRAMAS NA CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARÁ

Na construção da economia solidária no Estado do Pará, além de lutas, diversos debates foram realizados nos encontros, conferências e plenárias de economia solidária do Estado e da Região Metropolitana de Belém, com o intuito de compreender a economia solidária. No entanto, se observou, nas próprias reuniões do FPEPS, nos eventos referentes à temática, a exemplo a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, em Luziânia/GO, que as tramas – cooperação, conflitos, negociações, tensões – são muito presentes entre os atores do Movimento Economia Solidária. Percebe-se, portanto, que apesar de se tratar de debates concernentes a busca da coletividade, a disputa por espaço e por poder é muito marcante, em virtude do individualismo, impregnado nas ações de alguns sujeitos da economia solidária. Pode-se afirmar, de acordo com Coutinho (2000, p. 39), que se trata de “guerra de posições na conquista paulatina de espaços”. Entretanto, essas tramas envolvem atores sociais com interesses e formas de pensar distintas, que fazem parte

do cotidiano da construção do “novo” e contribui, desse modo, para repensar como as teias de solidariedade e negociações se entrelaçam a partir de conflitos e consensos entre seus atores sociais⁷³ (BERTOCONCELLO, 2007). Mesmo assim, na V Plenária Metropolitana de Economia Solidária, ocorrida em 2007⁷⁴, instituiu-se, a partir de um consenso de diferentes atores sociais, a definição de economia solidária no Pará:

construção coletiva de um movimento que fortalece a luta, a união, a igualdade social. É a materialização de um sonho, por meio de novas estratégias que primam pelo desenvolvimento social, econômico e cultural na busca de geração de trabalho e renda, para um comércio justo e solidário. Trata-se de um novo modelo de desenvolvimento. Assim, fazer economia solidária é restaurar as relações de dignidade, percebendo as pessoas não como indivíduos isolados, mas como um coletivo. (DOCUMENTO V PLENÁRIA, 2007)

Vale destacar também que nas discussões realizadas em eventos, encontros, reuniões e debates de economia solidária no Pará é possível visualizar situações de constrangimento, pois as tramas existentes se entrelaçam nos momentos de cooperação, competição e também de negociação. Nessa ordem, é necessário esclarecer o que acontece em ocasiões triviais deste movimento. Existem espaços

⁷³ Na ocasião, grupos de interesses se articulam a fim de negociar propostas e alternativas que resultem em acordo a partir de seus interesses “individuais”, beneficiando a alguns e nem tanto a outros. Essas negociações são realizadas entre os atores sociais do Movimento de Economia Solidária, aqui representados por empreendimentos, assessorias e redes de gestores.

⁷⁴Essa Plenária foi realizada nos dias 14 a 16 de dezembro de 2007, em Belém/Pa e contou com a participação de gestores públicos, assessorias e empreendimentos solidários.

para a cooperação, colaboração, negociações, mas existem também disputas entre seus militantes. Embora coerente, nesse universo é comum relações acirradas, pois existem visões e propostas diferenciadas de economia solidária nesta unidade complexa.

Nesse contexto, a cooperação se opõe à perspectiva do individualismo sinalizando um sentido de movimento coletivo (TIRIBA, 2003). A ação está diretamente ligada ao compromisso com o outro em diversos movimentos – produção, reunião, gestão, comercialização, divisão de tarefas do empreendimento. A cooperação precisa estar presente no momento em que o empreendimento não vai bem, ou seja, nas dificuldades. Assim, é necessária a cooperação nos desafios e no sucesso desta categoria, vista segundo Jesus e Tiriba (2003, p. 49), como “resultante de uma representação de uma visão de mundo e de homem”, visto que os resultados a serem alcançados pelo empreendimento ou pelo movimento, dependem da ação de cada militante, trabalhador envolvido.

De acordo com Icaza (2004), a cooperação se torna importante para exercitar os vínculos solidários e associativos, além de relações solidárias que se estendem da esfera familiar para a esfera social. Além disso, “a cooperação faz parte da trajetória de formação de um grupo, alicerçado em dinâmicas locais e comunitárias” (MIRANDA et al, 2008, p. 9).

Neste movimento, a cooperação está relacionada à vida em coletividade, o coletivismo. Isto porque a cooperação tem assegurado

ganhos que tendem a superar aspectos do individualismo, inerente à sociedade capitalista. Entretanto, a tendência que se desenha é de um retorno ao coletivo (LASSERE *apud* JESUS & TIRIBA, 2003) em função do progresso técnico ou pela condição histórica de classe trabalhadora. A cooperação está presente nos movimentos de trabalhadores como condição social. Assim, “a prática da cooperação como *ação* e como *movimento* é considerado fundamental para o sucesso do empreendimento coletivo [e do movimento]” (*Idem*, p. 12).

A cooperação “pressupõe a coordenação do esforço coletivo para atingir objetivos comuns (JESUS; TIRIBA, 2003, p. 51). Trata-se do contrário da competição, pois apesar de se viver em uma sociedade individualista, em que há o estímulo a maximização das vantagens de um grupo em detrimento de outros, a economia solidária traz como princípio os interesses coletivos. É necessário, portanto, ter clareza sobre o entendimento que se tem por cooperação. Segundo Jesus e Tiriba (2003) existem estilos diferentes que se sobressaem à “cooperação ativa” e à “cooperação passiva”⁷⁵.

Vale destacar que na cooperação, as tarefas podem ser diferentes, entretanto, nos empreendimentos solidários seus associados trabalham em torno dos mesmos objetivos, buscando o mesmo resultado; todos compartilham dos mesmos sentimentos, ou seja, se houver prejuízos ou benefícios todos compartilham da mesma maneira, seja no âmbito financeiro ou não. Isto porque todos

⁷⁵ Para maiores esclarecimentos sobre tais estilos consultar Jesus e Tiriba (2003).

têm a mesma importância, assim como responsabilidades, deveres e direitos, ainda que as lutas do movimento de economia solidária do Pará, em determinados momentos, aconteçam de maneira descontínua e pulverizada, às vezes até mesmo por questões pessoais e individualizadas, pode-se afirmar que este já possui um ganho concreto. Trata-se da criação, em 2007, da Diretoria de Economia Solidária/DECOSOL, na Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda/SETER. Os próprios protagonistas da economia solidária do Pará afirmam que essa diretoria resultou da reivindicação do movimento e pela própria universidade, a qual já possuía experiência, em trabalhos desenvolvidos no campo da economia solidária, particularmente, ITCPES, através de projetos realizados com grupos populares, assim como, cooperativas e associações. Foi, portanto, uma conjugação de forças e lutas para a constituição da economia solidária, como parte da agenda de governo⁷⁶.

Outro ponto considerado importante como uma das ações encaminhadas pelo movimento de economia solidária foi a elaboração da proposta de lei estadual de economia solidária. Entretanto, esta possui problemas sérios em relação à compreensão de economia solidária. Os empreendimentos ao tomarem conhecimento perceberam a necessidade de alguns “ajustes”, a fim de eliminar as dúvidas a respeito da mesma. Nessas reuniões

⁷⁶ Para a criação da DECOSOL houve reuniões com o atual governo estadual, no sentido de sensibilizá-lo à respeito da importância de garantir o apoio à economia solidária no Pará. O movimento de economia solidária marcou presença na arena política estadual exigindo que o governo “legitimasse” ações que viessem beneficiar a implantação e implementação de empreendimentos solidários.

estiveram presentes representantes de empreendimentos solidários, assim como de gestores e de assessorias, que compõem o movimento de economia solidária do Pará, dentre estes, o ITCPES. As reuniões foram proveitosas, mas conflituosas, no sentido de se perceber certo “jogo de interesses”, por parte de alguns empreendimentos que têm visões diferenciadas do propósito da economia solidária e que não condiz, portanto, com os princípios da economia solidária. Na ocasião, a mudança no item do indicativo de lei, correspondia a um aumento na contratação de números de não sócios cooperados⁷⁷, e segundo Maciel (2009), além de outros problemas que não foram resolvidos a lei traz elementos complicados. Os empreendimentos indagaram a questão de estar presente na proposta dos empreendimentos solidários, se referindo a empresa autônoma, empresa S.A. etc⁷⁸ que não é, de forma alguma, empreendimento de economia solidária. Esse questionamento gerou certa nostalgia, quando houve o argumento de militantes do próprio movimento de economia solidária: “se não colocar assim a lei não vai passar...”, o que resultou em momentos de letargia, por um lado e de desconforto, por outro. Contudo, o argumento utilizado, por alguns representantes de empreendimentos e gestores foi o seguinte: “é necessário enviar

⁷⁷ Trata-se do item IV do parágrafo único do artigo 5º do Indicativo de Projeto de Lei sobre Política de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado do Pará que dispõe sobre “a contratação eventual de trabalhadores não associados limitada, no máximo, a 10% (dez por cento) do total de trabalhadores associados”. Na ocasião, a proposta era de elevar para 40% sob alegação de eventuais encomendas em que o número de cooperados fosse insuficiente para dar conta de uma produção de grande quantidade de produtos.

⁷⁸ Maiores detalhes conferir no Indicativo de Projeto de Lei sobre Política de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado do Pará.

logo essa proposta para garantir uma audiência pública⁷⁹, para discutir a aprovação da lei”. Nesse sentido, a alteração da proposta de lei teve a participação do movimento de economia solidária, no sentido de garantir a “reelaboração”, e de garantir que a mesma tenha “a cara do Pará”, o que não aconteceu e a lei é absurda.

Ressalta-se que pelo conjunto de lutas, a economia solidária no Pará teve grande responsabilidade no Fórum Social Mundial/FSM, que aconteceu no período de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, em Belém, na medida em que o Território da Economia Solidária contou com 415 estandes na Feira Nacional de Economia Solidária. Também houve debates acerca das áreas de interesse da economia solidária. Para tanto, foi criado no início de 2008, o Grupo de Trabalho/GT de Economia Solidária, para o FSM. Esse GT era composto por empreendimentos solidários, representantes do governo estadual e assessorias, particularmente o ITCPES contribuiu nas reuniões, propondo e desenvolvendo ações

⁷⁹A Audiência pública – sessão especial – para apresentar e discutir a Lei de Fomento à Economia Popular e Solidária no Estado do Pará, aconteceu no dia 20 de agosto de 2007, contando com participação de diversos segmentos de empreendimentos solidários, assessorias, FBES, órgãos do governo federal e estadual – como a DECOSOL. Além do mais contou com a participação de políticos locais, dentre os quais, a deputada Bernadete Ten Caten, que fez suas considerações, afirmando que “a sessão especial foi motivada pelo movimento social de economia popular e solidária do Pará”. Vale ressaltar que na ocasião criou-se uma comissão para “reelaboração” da lei que contou com a participação de militantes da economia solidária do Pará. E, no dia 18 de novembro de 2008 a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Pará apresentou parecer favorável ao projeto indicativo de lei, autorizando o Governo Estadual a instituir essa política de Fomento à Economia Popular e Solidária, conforme notícia da assembléia legislativa do Pará disponível: <http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/lernoticia.php?idnoticia=3147>. A referida lei já foi sancionada no dia 06 de outubro de 2009.

concretas, como a mobilização dos empreendimentos acompanhados para participação no FSM, além da elaboração e impressão de cartilhas sobre a moeda social, *Amazônida*⁸⁰, que circulou no território da economia solidária.

A partir das entrevistas realizadas com os atores sociais integrantes de empreendimentos solidários e que participaram do Território da Economia Solidária do FSM/2009, há definições diferenciadas sobre a economia solidária e sobre os empreendimentos solidários. Vale sublinhar que, de acordo com observações próprias e das entrevistas realizadas para esta pesquisa, a maioria dos atores sociais que participavam da Feira de Economia Solidária do FSM – tinham dificuldades em definir a economia solidária, apesar de se identificarem enquanto atores sociais do Movimento de Economia Solidária, conforme pode ser observado nos trechos das entrevistas: “geração de renda com reciclagem, trabalho em conjunto”; “grupo pequeno que luta só e que busca uma perspectiva melhor de vida”; “trabalhar com aproveitamento de sementes regionais para gerar renda para comunidade local”.

⁸⁰ No Fórum Social Mundial/2009 a moeda social *Amazônida* foi um instrumento elaborado para substituir a moeda oficial circulante, o real. A *Amazônida* teve por objetivo circular no Território da Economia Solidária a fim de estimular e facilitar as chamadas trocas solidárias (trocas de produtos, serviços e saberes), pois a economia solidária parte do entendimento de que cada pessoa é tanto produtor quanto consumidor. A ideia é mostrar que há “possibilidade de sistemas monetários alternativos”. Dessa maneira, a moeda *Amazônida* funcionou como um “bônus” no FSM/2009 apenas para estabelecer intercâmbio entre os empreendimentos no sentido de “proporcionar uma nova forma de troca” com caráter transformador visando “promover o consumo ético sustentável e solidário”. (Cartilha *Amazônida* – informativo que apresentou a moeda social *Amazônida* no FSM 2009, pp. 2-4).

Percebe-se que a maioria dos “trabalhadores solidários” não têm a dimensão do que realmente é a economia solidária, pois eles só conseguem “percebê-la” a partir de seu próprio empreendimento, o que pode refletir nesse espaço, em termo de discussão sobre essa temática. Da mesma forma os “empreendedores solidários” definem de maneira restrita um empreendimento solidário, ou seja, em geral atribuem apenas o aspecto econômico: “grupo de pessoas que não tem renda fixa, com objetivo de gerar renda para contribuir na renda familiar” “grupo de sustentabilidade que vende para se manter”; “grupo que trabalha em conjunto: cada um faz uma parte do produto”. Contudo, houve uma resposta com definição clara de empreendimento solidário:

grupo organizado trabalhando em prol de um mesmo objetivo de principalmente valorizar o trabalhador e o trabalho humano e que busca, dentre outras ‘coisas’, a ajuda mútua entre as famílias tanto que fazem parte do empreendimento solidário como da comunidade para desenvolver o espaço local com sustentabilidade.

Isso é visível nos eventos referentes à economia solidária no Pará, por exemplo: Feiras Estaduais de Economia Solidária, seminários, encontros, plenárias, os empreendimentos comparecem apenas quando adquirem apoio financeiro e logístico, por parte dos organizadores do evento e/ou assessorias, ou mesmo por parte de políticas de fomento, que inclusive foi observado durante o FSM/2009.

O segundo aspecto, está relacionado a pouca – ou nenhuma – capacitação/qualificação sobre economia solidária, mesmo àqueles que participaram da Feira do FSM, com a ideologia e os princípios da economia solidária. No FSM, lugar “primeiro” de discussão, articulação e construção do movimento de economia solidária, isto era visível.

Vale ressaltar que, segundo informações da secretaria do FPEPS e FEPS-PA foram inscritos no FSM, 64 empreendimentos solidários do Estado do Pará, alegando ser de economia solidária⁸¹ estiveram presentes 27 e participaram da Feira de Economia Solidária⁸². Na ocasião foram entrevistados 10 empreendimentos distribuídos entre as regiões: Metropolitana, Rio Guamá, Tocantins, Caetés, Carajás e Rio Capim, objetivando obter informações a respeito do surgimento da economia solidária no município, as tramas, conflitos, cooperação e negociação dos empreendimentos – relação entre sócios e sócios, e, empreendimentos e empreendimentos – além dos desafios para a economia solidária no Estado do Pará. Dessa forma, economia solidária para um dos empreendimentos que participaram do Território da Economia Solidária do FSM é definida como um “conjunto de princípios que direciona um grupo em que ser solidário um com o outro é o lema

⁸¹ A realidade observada durante o FSM, no território de economia solidária, em relação aos empreendimentos descaracteriza-se por empreendimento solidário, em virtude de estar presente a competição e o individualismo dos grupos em questão.

⁸² Contudo, houve empreendimentos que se inscreveram via assessorias, instituições governamentais ou diretamente no site do FSM. Portanto, não se inscreveram pelos *fori* em questão.

maior, pois assim um ajuda o outro em todos os momentos: na luta para se fortalecer e melhorar de vida com união, força (...).”

Percebeu-se, portanto, por meio das entrevistas com os protagonistas que, por serem militantes da economia solidária desde seu “início”, no Pará, apresentava, em suas falas, mais argumentos para definir economia solidária e empreendimento solidário. A respeito de economia solidária, têm-se os seguintes depoimentos: (...) “é acima de tudo, uma nova visão de mundo, mudança de comportamento que propõe um novo sistema de distribuição de renda (Protagonista da Economia Solidária do Pará, 1);

é uma economia que tem preocupação com o ser humano! E que busca além da sobrevivência (...) É geração de trabalho e renda, através de um conjunto de princípios (...) com preservação ao meio ambiente para o bem estar de todos e melhores condições de vida, com dignidade! (Protagonista da economia solidária do Pará, 2);

é uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e se orientam por valores não mercantis como a solidariedade, democracia e autonomia. Tem como desafio a construção de uma “nova forma” de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente. (Protagonista da Economia Solidária do Pará, 3).

Em relação a opinião sobre empreendimento solidário as respostas mais relevantes foram as seguintes: “é um empreendimento com organização coletiva permanente em que todos que trabalham são donos e todos que são donos trabalham, o capital é constituído

por cotas, com distribuição igualitária e autogestão” (Protagonista da Economia Solidária do Pará, 4);

é acima de tudo divisão igualitária de tarefas, onde todos trabalham em benefício de todos. Não há concentração de renda em só pessoa... As pessoas discutem em conjunto uma ‘direção’, o norte do empreendimento, porque não é uma empresa capitalista (Protagonista da economia solidária do Pará, 5).

É aquele que tem gestão coletiva. É um empreendimento autogestionário – de perda e de ganho, ou seja, que divide o ‘lucro’ e o prejuízo –, mas também tem divisão de tarefas. É onde tem trabalho com compromisso e responsabilidade, mas antes de tudo, vontade para vencer os obstáculos encontrados (Protagonista da Economia Solidária do Pará, 6).

DESAFIOS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARÁ

A economia solidária, enquanto movimento de mobilização sócio produtiva e política tem como desafios: a) o fortalecimento das relações internas de solidariedade conjugadas com a eficiência da cooperação; b) articulação das diferentes iniciativas em redes e *fori* para interferir nas políticas públicas (BERTUCCI & SILVA, 2003); c) participação efetiva, enquanto movimento, na elaboração, implantação e implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda com ênfase no desenvolvimento local, sociocultural e econômico.

A economia solidária pode se tornar o ator principal do desenvolvimento endógeno, e para isso, é imprescindível que os

movimentos populares transformem essa forma de produção em elemento político indispensável, para a construção de um novo projeto de desenvolvimento (BERTUCCI & SILVA, 2003). Por isso é necessário ainda que haja um impulso continuado às iniciativas de produção e prestação de serviços e à potencialização e qualificação profissional dos seus sujeitos sociais e demais agentes da economia solidária. O que pode resultar no “alcance da economia solidária, como ser de um setor econômico dinâmico e estratégico, efetivo gerador de trabalho e renda, segurança humana e bem-estar” (EID et al, 2006, p. 9).

Em termo local, ou seja, no Estado do Pará alguns desafios⁸³ são citados pelos atores sociais da economia solidária, para a consolidação da economia solidária em nível territorial: criar estratégias efetivas de participação dos empreendimentos solidários, a partir de apoio financeiro e logístico de órgãos, entidades de fomento, ou gestores públicos, uma vez que a extensa distância entre os municípios inviabiliza a participação em eventos na capital e dificulta a articulação e integração entre os empreendimentos do interior do Estado.

Essas estratégias podem ser concretizadas a partir da sensibilização dos gestores públicos para o fomento e difusão da economia solidária no Estado, viabilizando a implantação/implemen-

⁸³ Para demonstrar os desafios citados pelos atores sociais da economia solidária optou-se em sublinhá-los para garantir a originalidade das opiniões. A propósito, em alguns momentos os desafios são complementados com a exposição direta dos atores em respeito às suas apreciações.

tação de *fori* regionais e locais, a fim de divulgar e fomentar a economia solidária no Estado. Isto resultaria na descentralização de tomada de decisão por parte do FPEPS, que em virtude da extensão territorial, não conta com a participação de todos os municípios, especialmente os mais distantes da capital.

Outro desafio à mudança na cultura em relação ao trabalho coletivo, visto que esse aspecto impede uma confiança mútua entre as pessoas; por isso é necessário investir na formação de lideranças ativas nos empreendimentos e formação técnica/profissional, para os trabalhadores dos empreendimentos, pois “é isso que traz o ‘saber’, o ‘entendimento’ para poder se organizar de fato”.

A formação em economia solidária pode ser efetivada por meio de parcerias comprometidas com o movimento em busca de dirimir a carência de assistência técnica e incentivar o movimento, em conjunto com assessorias de fomento, para elaboração de projetos, a fim de contemplar a organização do empreendimento com infraestrutura para produção, beneficiamento e comercialização dos produtos. Entretanto, também é necessário criar políticas públicas de apoio ao transporte e escoamento da produção, para a capital ou mesmo para outros estados, eliminando o atravessador.

Outro desafio importante para o movimento de economia solidária é a conquista do mercado institucional, por meio da criação de políticas públicas de incentivo à difusão da economia solidária em todo Estado, assim como políticas de microcrédito adequado à realidade dos empreendimentos para melhorar a qualidade dos

produtos da economia solidária. A valorização dos produtos e comercialização pelos próprios empreendedores solidários, a fim de incentivar o consumo consciente são também desafios apontados pelos atores sociais entrevistados.

Outro desafio para a economia solidária no Estado do Pará, segundo os entrevistados, é a aprovação e execução da lei estadual de economia solidária enquanto consolidação do marco legal, pois sendo lei os empreendimentos solidários têm como exigir que a mesma seja cumprida independente da gestão governamental. Entretanto, é importante notar a importância da criação de políticas de economia solidária articulada com outras políticas, objetivando dar suporte para trabalhar a questão da sustentabilidade ambiental, educacional e de saúde nos empreendimentos solidários com ações concretas do poder público estadual.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estrado, em busca do parlamento**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **A inserção de Empreendimentos da EPS no emergente aglomerado de moda em Belém/PA**. UNAMA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

BARBOSA, Maria José de. et al. **Projeto técnico desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais de economia solidária na Amazônia: mobilização, formação e inovação de empreendimentos solidários**. UFPA – ITCPEs, 2005.

_____. A incubadora tecnológica de cooperativas populares e empreendimentos solidários da UFPA: uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão In: **Educação e socioeconômica solidária: interação universidade – movimentos sociais**. Série Sociedade Solidária. Vol. 2 (2006). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2006.

BELÉM, Secretaria de Gestão e Planejamento/SEGEP. Secretaria de Economia/SECON. **I Congresso municipal de financiamento e desenvolvimento econômico: textos para debate**. Belém, 2003.

_____. SECON. **Guia de negócios, produtos e serviços 2002**. Belém: PMB, 2002.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto MARINHO Alves da (org.). **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória das Cáritas Brasileiras dos PAC's**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2005 (dissertação de mestrado).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Ações para a Geração de Trabalho e Renda: constantes do orçamento fiscal da União**. MDS, 2007.

_____, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. **Estados**, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2007.

_____. **Atlas da economia solidária.** Disponível em:
<<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/tabcgi.exe?QtdEES.def>>
Acesso: 11 nov. 2008.

_____. **Situação dos empreendimentos.** Disponível em:
<<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Relatorios/EmpreendimentoSituacaoUF.php>> Acesso em: 08 jan. 2008.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: **Economia dos setores Populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

EID, Farid et al. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST – Brasil. In: **Anais do Congresso da ALASRU – Associação Latino-americana de Sociologia Rural.** Quito, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/FBES. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária.** Relatório Final. Luziânia, 2008.

FÓRUM PARAENSE DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA/FPEPS. **I Feira Paraense de Economia Popular e Solidária e I Ciclo de debates: economia solidária, desafios e perspectivas na Amazônia.** Belém: CENTUR, novembro de 2005.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: 2004.

_____; TIRIBA, Lia. **Economía popular.** Disponível em:
<<http://www.urbaed.ungs.edu.ar/textos/econom%EDA%20popular.pdf>> Acesso em 13 ago. 2008.

_____. Economia Popular In: **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, 2009.

IVERN, Alberto. La novedad de los nuevos movimientos sociales. In: **Harcelo possible: autoorganización, proyectos compartidos y procesos de aprendizaje**. Buenos Aires: SB, 2007.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economía social y solidaria**: una visión europea. Buenos Aires: Altamira, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

MIRANDA, Núbia Cristina Assunção. **Desemprego, informalidade e cooperativismo**: um estudo da Cooperativa Popular de Empreendedores do Ver-o-Rio em Belém/Pa. Belém: UFPA, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

MIRANDA; Núbia Cristina Assunção; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; SILVA, Christiane Pimentel e. Economia solidária na Amazônia: experiências nas áreas urbana e rural no Estado do Pará. In **19ª Conferência Mundial de Serviço Social**. Salvador: Centro de Convenções, agosto, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os novos movimentos sociais. In: **Pensamento Crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005. Leher; Setúbal (Org.).

_____. **O Fórum Social Mundial**: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

3.4.1 O CFES-PARÁ: construção do Coletivo de Formadores e Difusores da Política Educacional de Economia Solidária

Bárbara Santos Macêdo Espínola
Maria José de Souza Barbosa

O texto tem como objetivo apresentar um relato da experiência de execução das ações de formação e articulação do Coletivo de atores, formadores/educadores do Pará, especificando as ações dos componentes da ITCPES, como meio de implementação da política nacional de formação.

A ideia de divisão do projeto entre as Regiões do Brasil, nos leva a observar a abertura e uma possibilidade de ampliação das discussões de formação, tendo como premissa a implementação de ações formativas nos Estados brasileiros, que durante muito tempo, tiveram caráter de ações formativas, realizadas pela educação formal, quando as discussões realizadas sob a ótica dos princípios de economia solidária ocorriam embasadas em discussões realizadas no Sul e Sudeste do país.

Porém, nos últimos anos verificou-se que a utilização desses processos “prontos” não se coadunavam com as diretrizes de educação em economia solidária. Assim essa questão foi pautada no CFES, com proposta de formação para uma nova economia, – a economia solidária, em busca da emancipação societária. Nesse sentido as diversidades de cada Estado e grupos sociais, passaram a se constituir como eixo de “outra economia”, para “um outro mundo possível”. Essa questão está no centro das formulações e na

proposição de uma ação formativa. Para tanto, precisava nos desvencilhar das amarras ideológicas do capitalismo, para construir estratégias e alternativas de vida a fim de construir um novo motor da história. Por essa razão, a formação e a sistematização dos processos de educação em economia solidária são consideradas essenciais na construção de novos valores, tais como a autogestão, a cooperação e a solidariedade.

O projeto CFES na Região Norte foi capaz de ampliar a rede de contatos existentes entre os *fori* estaduais e brasileiro de economia solidária, de forma a aproximar e manter viva a articulação deste movimento em nível regional e estadual, demonstrando, através das ações, a inter-relação e trocas de experiências para o desenvolvimento do movimento de economia solidária no âmbito nacional. Neste sentido, o CFES se constitui em instrumento estratégico de aglutinação de forças para avançar o projeto de educação em economia solidária, como condição de formação de um novo homem, cujo imperativo é a omnilateralidade e a politecnia, enquanto elementos de constituição embrionária de “outro mundo possível”.

Na Região Norte o Coletivo de Formadores/Educadores do CFES-Pará constituídos pela Incubadora vem construindo a experiência da rede de educadores e de difusão da economia solidária, em grande parte, articulando diferentes projetos, os quais vão desde a formação em nível de estágio profissional da graduação; tutoria em nível de orientações de dissertações de mestrados, TCC's;

bolsas de Iniciação Científica; Bolsa de Iniciação Tecnológica; Bolsas EXP I, II e III; Bolsa de AP; Bolsas de Ensino e de Extensão; cujo resultado é a publicação de diferentes materiais. No entanto, essa construção tem por base os empreendimentos solidários em processo de incubação ou de cooperação dos empreendimentos desincubados, com os quais o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários mantém relação de solidariedade e intercooperação. Essa realidade tem a ver com o fato da Incubadora, se constituir como coordenação geral do CFES, bem como, o fato do Estado ter outros Coletivos de Formadores⁸⁴, que contribuem com o CFES. Assim, embora a Incubadora tenha certa autonomia é fato que suas ações se somam à execução das ações de ecosol no Pará juntamente com as ações dos demais Coletivos Estaduais.

A proposta desenvolvida pela Incubadora para a execução das atividades do CFES teve como ponto de partida promover o avanço das discussões da economia solidária pelos municípios do Estado, com discussões realizadas nas mesorregiões do Pará, Baixo Amazonas, Marajó, Região Metropolitana de Belém, Nordeste, Sudeste e Baixo Tocantins.

Essas ações puderam ser ampliadas sem grandes problemas pela existência de outros projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos em diferentes localidades, tais como, o Programa

⁸⁴ Nos municípios de Xinguara, Marabá, Castanhal, Mojú, Igarapé Miri, Mocajuba, Abaetetuba e Santarém.

Nacional de Incubadoras – PRONINC, Programa de Extensão Universitária – PROEXT, Projeto Gemas e Joias, com atividades no Sudeste do Pará, o projeto de Desenvolvimento Rural e Gestão Estratégica dos Territórios do Pará, com abrangência no Baixo Amazonas, Marajó e Nordeste do Pará, além de outras ações de pesquisa e extensão da ITCPES.

AS AÇÕES DO CFES-PARÁ

A dimensão do Estado do Pará gera dificuldades, particularmente quando se propõe a inserção de participantes de vários municípios, nos cursos e reuniões estaduais surgindo problemas de logística; de distância; de vias de acesso em péssimas condições; da precariedade do sistema de internet e telefonia móvel, principalmente nos municípios mais longínquos.

Neste contexto, as ações e manutenção de contatos tornavam-se um desafio, mas que acabavam sendo superados pela equipe da Incubadora e demais formadores do Coletivo do Estado do Pará, articulados por diversos sujeitos, nesta jornada de formação em economia solidária nos municípios, como o Fórum Paraense de Economia Solidária, Escola de Economia Solidária – ECONSOL, (localizada no município de Santarém, integrante do Baixo Amazonas), Prefeituras de Mojú e Igarapé Miri, Fórum de Educação no Campo (que congrega as ações de educação do território do Baixo Tocantins), Secretaria de Desenvolvimento do Município de Igarapé Miri, Universidade Federal do Pará – Campus Marabá, Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Castanhal, através da Incubitec; dos projetos Brasil Local Feminista e Bancos Comunitários.

Essa rede de relações possibilitou a ampliação e abrangência dos processos de formação no Estado do Pará, garantindo assim a incorporação de novos sujeitos nas discussões, tornando-se multiplicadores, ao mesmo tempo em que subsidiavam à replicação do conhecimento, pontos de apoio para novas ações de ecosol.

Neste sentido, as ações do Programa Incubadora na articulação com outras instituições levaram o Coletivo do CFES-Pará à realização de atividades com o intuito não somente de atender os objetivos do projeto, mas de aprimorar as ações formativas em economia solidária no Estado do Pará.

As ações de economia solidária, portanto foram se deslocando rumo aos municípios, chegando não somente às localidades que já eram atendidas por outros projetos de Ecosol, mas, e, principalmente, atingindo localidades onde foram mapeados novos empreendimentos que ainda não haviam passado por ações formativas.

Um esforço para uma articulação com os gestores e integrantes de entidades de apoio e fomento a fim de ampliar os processos de formação objetivando manter a rede de contatos com os municípios recém inseridos, de forma ativa nas ações de ecosol.

Houve, portanto, integração entre os projetos de ecosol, potencializando a implantação da política de fortalecimento/rees-

truturação/criação dos *fori*, sendo válido observar que nas localidades que passavam por processos organizacionais surgiram novos Coletivos de Formadores de apoio ao CFES, promovendo e qualificando o movimento para a discussão de economia solidária. Ampliava-se a rede de formadores para elevar os conhecimentos e as ações de economia solidária a fim de criar sinergia entre as diversas atividades de ecosol existentes no Pará. Com base no aprendizado do Estado visualizou-se à necessidade de uma política pública que contribuísse para a reestruturação dos *fori*, buscando dar continuidade à Rede de Formadores em construção.

O COLETIVO PARAENSE DE FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Coletivo do CFES no Pará é composto por educadores/formadores/articuladores em vários municípios do Estado, que se interligam através de internet ou meios telefônicos, em busca de uma maior mobilidade e possibilidades de realização de ações, de acordo com as especificidades do Estado.

A existência de pessoas interligadas por meio do Coletivo de Formação/Articulação tornou-se um interessante mecanismo de disseminação da economia solidária, uma vez que os educadores se sentem responsáveis pelas ações desenvolvidas em seu município, apoiando a equipe de execução do projeto na realização de mobilizações, articulações de parcerias e na verificação de possíveis formadores para integrar as atividades, aumentando o contingente de

formadores envolvidos nas ações, não somente como expectadores, mas, essencialmente, como organizadores, realizadores e formadores nas atividades de educação em economia solidária.

Neste sentido, verifica-se que o Coletivo CFES no Pará pôde apoiar o Fórum Estadual contribuindo com sua estrutura logística para a realização de ações importantes, tanto do CFES-Norte, como de articulações com as demais políticas públicas e projetos em execução no Estado, possibilitado formações em maior área de abrangência, bem como, recebeu apoio do Fórum Paraense de Economia Solidária no que diz respeito a contatos, mobilizações e participação em inúmeras atividades de formação organizadas pela equipe do CFES, mas também da própria Incubadora.

As ações formativas do Coletivo do Pará foram realizadas sob os pressupostos teórico-metodológicos da pedagogia da autogestão, aliada à pedagogia da alternância às quais proporcionaram interação com o público, discutindo, refletindo e construindo conhecimento na perspectiva da continuidade das ações, visando o aprimoramento da formação em economia solidária, uma vez que a concepção de economia solidária é ancorada na politecnia e na omnilateralidade.

Tabela 1: Atividades Realizadas, Temáticas e Municípios de Abrangência

ATIVIDADES	TEMÁTICAS ABORDADAS	MUNICÍPIOS
Oficinas Locais de Formação em Economia Solidária	Planejamento e Gestão; Marco Legal; Comercialização e mercado; Educação Popular; Contabilidade de custos e formação de preços; Economia	Ananindeua, Belém, Castanhal, Santa Isabel do Pará, Marituba, Xinguara,

	Solidária; e Sistematização	Abaetetuba, Igarapé-Miri, Paragominas, Mojú, Santarém
Cursos Estaduais de Formação de Formadores em Economia Solidária	Economia Solidária e Sistematização	Belém e Santa Luzia do Pará
Cursos Regionais de Formação de Formadores em Economia Solidária	Economia Solidária; Comercialização; Logística e Contabilidade para Empreendimentos Econômicos Solidários.	Ananindeua e Belém
Seminários Regionais	Plano Nacional de Qualificação; Plano Político Pedagógico e Entrega de Resultados e Avaliação do Projeto CFES NORTE	Belém
Seminário Regional de Assistência Técnica	Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária	Belém
Reuniões Estaduais de Articulação	Articulação e Plano Político Pedagógico	Belém, Santarém, Mocajuba, Jacundá Xinguara
Reuniões Regionais de Articulação	Articulação Regional	Ananindeua e Belém
Especialização	Especialização em Economia Solidária na Amazônia	Belém

Fonte: Relatório ITCPEs, 2012.

Essa observação foi constante nas oficinas/cursos, permitindo que os formadores preparassem seus materiais didáticos adequados aos diferentes sujeitos das ações de formação para a troca de saberes, proporcionando aos formadores e aos educandos um aprendizado a cada novo encontro, pois considerava as diferentes dimensões da vida social, a fim de potencializar a fala e a experiência de cada educando. Essa metodologia vem se aprimorando a partir dos processos de sistematização, que trazem o

ideário da reflexão sobre a vivência nos grupos, ou seja, resultado da participação efetiva de cada indivíduo na troca de saberes. Neste sentido, Tiriba (2008, p. 11) destaca a existência de algumas concepções teórico-metodológicas que considera importante em economia solidária:

- a) enfatizam-se os aspectos éticos das relações sociais, em especial, a cooperação e solidariedade (educação humanista);
- b) busca-se no resgate da cultura popular e nos pressupostos da educação popular a possibilidade de uma práxis libertadora e emancipadora (educação emancipatória);
- c) considera-se o trabalho como instância e princípio educativo; ênfase na necessidade de superação da sociedade capitalista (educação integral).

Esses elementos compreendem o todo social como uma característica fundante da omnilateralidade, podendo ser observados em termos práticos nas oficinas locais, cursos estaduais e cursos regionais do Estado do Pará, desenvolvidos de forma expositiva e dialogada, tendo em vista a apreensão do conteúdo programático, a partir da socialização e da construção de conhecimentos articulados às experiências de vida, de luta social e de trabalho dos atores envolvidos. Deste modo, o processo ensino/aprendizagem teve momentos de interação importantes entre facilitador/participante, proporcionando a ambos uma relação permeada pela troca de conhecimentos e de respeito mútuo e solidário.

As ações desenvolvidas foram diversificadas, destarte o processo pedagógico adotado visa motivar a participação através dos

seguintes instrumentos: dinâmicas em grupo, leitura de textos, apresentação de vídeos, construção de cartazes, mapas entre outros. Os recursos utilizados tiveram como perspectiva incentivar o trabalho coletivo, favorecendo os processos de aprendizagem dos participantes e contribuindo para complementar e acrescer novos saberes, na construção da economia solidária como estratégia para acumulação de forças em direção a um “outro mundo possível”.

A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS PARA O APRIMORAMENTO DO COLETIVO DE FORMAÇÃO EM ECOSOL

Inicialmente verificou-se uma dificuldade no que tange a sistematização das ações e atividades desenvolvidas no âmbito dos Coletivos Estaduais que compõem o CFES-Amazônia. A falta de conhecimento de técnicas capazes de favorecer o registro e, por conseguinte, a sistematização, tanto por parte do público, como, dos formadores, era percebida e se dava em função do Coletivo entender que a sistematização era uma simples relatoria dos processos, levando-os a observar e registrar elementos, muitas vezes, superficiais das atividades, tais como horários de início, alimentação e conteúdos, deixando passar despercebido os aspectos centrais das experiências e outros elementos importantes, tais como: métodos utilizados, objetivo das dinâmicas, interação entre os participantes do curso ou oficina; teoria subjacente às reflexões das ações, bem como, análise sintética e interpretativa do processo.

Neste sentido, a sistematização começou a ser inserida de diversas formas, no decorrer das ações de formação e passou a ser considerada como um elemento da formação em economia solidária, haja vista que as ações dos sujeitos protagonistas da economia solidária, muitas vezes, não são reconhecidas como tal. Assim, buscou-se entender a sistematização⁸⁵ como conteúdo exclusivo de uma atividade; complemento de ações de oficinas e cursos com temáticas distintas; ou metodologia de construção de grupos autogestionários, com objetivo de envolver e levar o grupo à reflexão durante a atividade formativa.

É válido ressaltar que ao longo do desenvolvimento das ações/atividades foi utilizado os ensinamentos de Holliday (2006), que propõe que a sistematização seja implementada em cinco tempos, no próprio momento das ações formativas, quando se deve observar, o ponto de partida, ou seja: o que significa ter participado da experiência, recomendando ao ator da sistematização registrar o que ocorreu durante as experiências, utilizando perguntas iniciais como: para que queremos sistematizar? Momento em que deve ser definido o objeto da sistematização, com vistas a ter clareza na utilidade desta. Precisa-se levar em consideração a missão e a estratégia do projeto, os interesses e as possibilidades pessoais.

Outra pergunta importante: que experiência(s) queremos sistematizar? Momento de delimitação do objeto a ser sistematizado; quando se deve escolher que experiência vai ser sistematizada,

⁸⁵ Seguindo as orientações do CFES-NACIONAL.

delimitando o tempo e o espaço da experiência; é válido ressaltar que não se faz necessário abranger toda a experiência.

É importante destacar ainda que aspectos centrais dessa experiência nos interessa sistematizar? Momento de definição do eixo da sistematização, delimitando o enfoque central, com vistas a evitar a dispersão. É quando se verifica quais aspectos nos interessam mais, para criar um fio condutor à sistematização da experiência.

Por fim, é importante, também, recuperar o processo vivido. Momento em que se deve realizar a reconstrução da história, de forma ordenada, verificando o que aconteceu, tal como aconteceu, de forma a classificar e ordenar as informações disponíveis, identificando as etapas do processo. O autor recomenda que se faça a organização das informações, de forma clara e acessível, levando em consideração todos os registros possíveis.

Nesse aspecto a reflexão exige o entendimento do por que aconteceu, e o que aconteceu, o que segundo o autor, trata-se do momento mais importante da experiência, pois é quando se busca interpretar de modo crítico; quando a análise, a síntese e a interpretação crítica do processo observando, as relações, tensões e contradições deste sistema.

Finalmente, obtemos os pontos de chegada: momento em que se formulam conclusões e é possível divulgar os aprendizados obtidos com a atividade.

Assim, a sistematização ganhou significado, pois contribuiu para o início da construção da memória do movimento de economia solidária na região Norte, o que sem dúvida é um elemento essencial ao conhecimento da realidade, proporcionando a criação de estratégias para a acumulação de forças.

Neste sentido, após o entendimento da forma de execução do processo de sistematização, observou-se um crescimento do grupo e aperfeiçoamento dos métodos de sistematização, que se tornaram pontos fundamentais da organização das informações importantes para a construção da linha temporal do Coletivo Paraense, na construção da história da economia solidária no Pará, seus desafios e potencialidades.

AVANÇOS E DESAFIOS DA SISTEMATIZAÇÃO NAS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO

A formação, neste sentido, visou contribuir para a melhoria do atendimento das demandas de públicos diversificados, assentados de reforma agrária, agricultores urbanos e periurbanos, extrativistas, cooperativas de beneficiamento de açaí e polpa de frutas, gestores com vistas à fomentar a ideia da criação de núcleos, secretárias, espaços de economia solidária nos municípios e a melhoria da gestão e dos produtos dos empreendimentos solidários, bem como, o acesso a canais de comercialização e logística.

A formação e articulação em economia solidária nos municípios do Estado do Pará foram de caráter estadual e territorial,

visando maior integração nas discussões relacionadas ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária e as representações regionais, dada a execução de Seminários e Reuniões Regionais de Articulação. Bem como a articulação de um Coletivo de Formadores Estadual com inserção no Mapa de Educadores de Economia Solidária interligado à Rede Social Cirandas⁸⁶.

Para isto os grupos autogestionários geraram a divisão de tarefas e inserção do público na dinâmica de organização, construção, reflexão e aprendizado da logística das atividades, geralmente subdivididos em animação/mística/vivências, infraestrutura/cuidados, monitoramento/gestão do tempo, avaliação, sistematização, ou quaisquer outros que julgassem necessários, para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos.

A aproximação do público, por meio do diálogo e da utilização da técnica como, “trocando em miúdos”⁸⁷, com intuito de transmitir as informações de forma simples e clara, visando decodificar “jargões” tecnicistas que pudessem reduzir o interesse

⁸⁶ O Cirandas é uma iniciativa do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária - que tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem gosta da Economia Solidária ou vive dela. Seus principais objetivos são: potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição de consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da Economia Solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos. Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-cirandas>. Acesso em: 08 dez 2012.

⁸⁷ Forma de utilização de linguagem mais clara e acessível ao público-alvo de uma atividade formativa, visando a não utilização de termos técnico-científicos que possam dificultar o processo ensino-aprendizagem.

dos educandos, pois muitos não conheciam os termos utilizados. Assim, as técnicas de envolvimento favorecia a abertura e o fluir das discussões grupais.

O aprimoramento das discussões em economia solidária fez o público conhecer os campos da economia solidária, por exemplo, a formação para a gestão, comercialização, mercado justo, bancos comunitários, moedas solidárias entre outros. Assim, o CFES-Amazônia, e, em particular, o Coletivo de Formadores do Pará, garantiu a formação de formadores em municípios longínquos, de modo territorializado, dado pela descentralização das ações. Desta forma, houve a inserção de novos públicos no circuito formativo da economia solidária.

SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DA ILHA DE MOSQUEIRO – PA

A oficina local de formação em economia solidária, ministrada nas comunidades Mari Mari e Dorothy Stang, localizadas no bairro do Carananduba, Ilha de Mosqueiro, distrito administrativo do município de Belém, a 70 km da capital.

A oficina ocorreu no período de 16 a 18 de dezembro de 2009, sendo uma das primeiras ações do projeto CFES-Amazônia e uma das atividades com melhor aproveitamento da metodologia, ainda em processo de construção, por se tratar de um grupo novo e aberto a novas possibilidades de formação. Isto nos possibilitou uma forma mais simples de desenvolver os conteúdos e discussões, momento em que se utilizou recursos didáticos para a apresentação

dos sujeitos, com *slides* e figuras exemplificativas, músicas, vídeos, tarjetas, canetas coloridas para desenhos em painéis, textos, entre outros.

A ementa da oficina trazia como conteúdo, o debate sobre a crise do trabalho assalariado; reestruturação produtiva; formas de trabalhos formal, informal, coletivo, análogo ao trabalho escravo; história da economia solidária; empreendimentos econômicos solidários e suas diversas formas de organização; redes, Fórum e coletivos políticos do movimento da economia solidária no Brasil; marco jurídico; noções de identidade individual e coletiva; definições de autogestão entre outros.

O objetivo era fornecer elementos que possibilitassem a formação de empreendimentos com base nos princípios da economia solidária, assim como sensibilizar os participantes quanto à importância da reflexão e incorporação da perspectiva de solidariedade e do cooperativismo na prática cotidiana.

ANOTAÇÕES PARA REGISTRO DA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO

Primeiramente, fez-se a dinâmica de apresentação, momento que o grupo foi dividido em duplas, com um tempo para o diálogo e troca de informações a fim de incentivar a interação e a participação e, em seguida, cada dupla teria que apresentar seu companheiro. A dinâmica foi iniciada pela equipe da ITCPES, em seguida, foi realizada a atividade “Quais as expectativas, medos e contribuições

em relação à oficina de economia solidária?” Com vistas a verificar de que forma a atividade era percebida pelos educandos; assim, foram organizados dois grandes grupos: Comunidade Irmã Dorothy e Comunidade Marimari, com vistas a construção de um cartaz no qual foram colocadas palavras, frases e desenhos que representassem as suas expectativas, medos e contribuições, obtendo-se como resultado: “adquirir mais conhecimento sobre economia solidária”; “medo de não entender o assunto abordado”; “contribuir com a nossa experiência”; “trocar experiências”.

Verifica-se que a dinâmica de grupo utilizada foi aplicada em dois momentos: na fase inicial, verificou-se como os indivíduos se encontravam naquele momento: quais suas apreensões e que entendimento já possuíam sobre o tema abordado; no segundo momento, como apoio às ações de avaliação, quando se tornou possível verificar se as expectativas, medos e contribuições trabalhadas e compreendidas pelos grupos.

Após esta dinâmica foi realizada a apresentação da oficina local de formação em economia solidária, seu objetivo e conteúdo programático e a sua subdivisão em três unidades a fim de facilitar a compreensão.

Para ministrar a primeira unidade, relacionada às transformações no mundo do trabalho, crise do trabalho assalariado; reestruturação produtiva; formas de trabalhos (trabalho formal, informal e coletivo, trabalho análogo ao escravo), foi realizada, inicialmente, uma discussão sobre as transformações que vem

ocorrendo no mundo do trabalho, para que os beneficiários pudessem se colocar nesse contexto, entender as estruturas do mercado de trabalho e os impactos dessas em sua vida cotidiana.

Por se tratar de duas comunidades em que a forma de organização não é o assalariamento, as formadoras favoreceram processos de decodificação da temática, possibilitando uma discussão sobre as transformações ocorridas. Foi realizada uma dinâmica para se entender a história do mundo do trabalho desde os tempos antigos, observando o que os grupos sabiam sobre o assunto e sempre dialogando com os educandos, para que estes pudessem participar, informando sobre as relações de trabalho nômade, revolução industrial até que fosse possível chegar as relações atuais, a crise do trabalho industrial e os motivos que impulsionaram formas alternativas de trabalho.

Neste sentido, discutiu-se a história da formação e organização do trabalho nos diferentes modos de produção; a concepção de trabalho; globalização, terceirização e desemprego; o conceito de cidadania (direitos sociais, civis e políticos); os tipos de democracia. Conteúdos ministrados de forma dialógica, visando articular a realidade social dos mesmos, ouvindo os participantes, para que pudessem compreender os diversos temas abordados. Dessa forma, os educandos passaram a identificar fenômenos dessa realidade, em termos locais e o que se passava em termos mais gerais, na sociedade brasileira e no contexto global.

Buscou-se, a partir dos assuntos abordados, fornecer elementos para a compreensão do sistema capitalista contemporâneo e as mudanças na organização social do trabalho, a fim de problematizar as diferentes formas de inserção ou reinserção no mundo do trabalho, a exemplo do cooperativismo e do associativismo, via trabalho associado, com vistas a abertura do debate para as temáticas da segunda unidade, voltada à constituição e organização da economia solidária; história da economia solidária no Brasil; os empreendimentos econômicos solidários e suas diversas formas de organização, redes, *fori* e coletivos políticos do movimento da economia solidária no Brasil e o marco jurídico em construção.

A formação de empreendimentos solidários, como organização vem se constituindo, não somente como uma importante estratégia inovadora de geração de trabalho e renda, mas principalmente de inclusão social e formação de novos valores como a solidariedade e cooperação.

Esse eixo possibilitou entender que a história humana é construída com base na dinâmica do trabalho, enquanto atividade vital: das sociedades comunais à sociedade capitalista e as antíteses entre as formas diferenciadas do trabalho, dando ênfase as principais, em que uma é pautada pela exploração do homem pelo homem e a outra é desenvolvida como um processo necessário à reprodução da espécie humana, em busca da igualdade e da superação das formas de exploração.

Na terceira unidade tratou-se de questões como identidade individual, identidade coletiva, economia solidária e à autogestão, quando se procurou conhecer quem eram aqueles sujeitos/educandos; porque resolveram se organizar sob a forma de trabalho associado nos assentamentos de reforma agrária: quais eram suas trajetórias e suas experiências individuais e coletivas.

Nesta unidade foi discutida a cidadania, como uma construção diretamente interligada às lutas sociais dos trabalhadores para a participação, democracia e o exercício político, econômico e social, o acesso a bens e serviços de uso comum, ressaltando o papel que os sujeitos individuais e coletivos assumem neste processo e, portanto, contribuindo para que os sujeitos se tornem livres, autônomos e se reconhecessem como sujeitos em transformação e transformador do ambiente, de modo cooperativo e solidário.

O tema “constituição e organização da economia solidária” foi realizado, inicialmente, a partir de uma discussão a respeito da definição de grupo, utilizando como metodologia a exposição dialogada e a leitura grupal de um texto, a fim de que os educandos pudessem extrair sua própria compreensão. Nesse eixo foi abordado a história da economia solidária no mundo e no Brasil. Os empreendimentos econômicos solidários e suas diversas formas de organização: redes, *fori* e coletivos políticos do movimento da ecosol no Brasil, bem como, sobre o marco jurídico.

Iniciou-se com a indagação: “o que é economia solidária?” “você já ouviram falar em economia solidária?” Percebeu-se alguns

pequenos comentários, então os educandos receberam tarjetas para anotar seus entendimentos sobre “economia solidária”. A maioria, afirmou não ter entendimento nenhum, porém as formadoras facilitaram o diálogo para que os mesmos pudessem entender o significado e pensar nas palavras soltas, a fim de encontrar um entendimento próprio, que poderia ser aprimorado no decorrer da discussão.

Em seguida, partiu-se para a discussão com base em uma exposição dialogada sobre o tema, na qual se enfatizou a história da economia solidária, suas definições, objetivos e princípios e o porquê de “outra economia”. Nessa discussão foram realizados debates sobre a realidade da comunidade. Após as discussões apresentou-se o vídeo “Economia solidária: outra economia acontece”. Durante esta apresentação, os educandos foram indagados sobre o que mais havia chamado a atenção no vídeo. Algumas das respostas foram: “satisfação em observar que essas experiências estão dando certo”; “expectativa de alcançar os mesmos resultados”.

No momento final, realizou-se a dinâmica “auxílio mútuo”, que objetivava instigar a reflexão a respeito da importância do próximo em nossa vida. Após esse momento, houve a leitura do texto “Viver em grupo é difícil”⁸⁸, que trás a história de uma comunidade denominada Boa Esperança e que apresentava problemas relacionados à liderança e que ocasionava a desarticulação do grupo. Essa discussão levou a análise da conjuntura e quais alternativas os grupos

⁸⁸ PEREIRA, 2005, p. 14-9.

em questão poderiam utilizar para contornar o problema apresentado. Para tanto, foram organizados dois grupos e, após a leitura, foi aberta a discussão sobre o texto e sua articulação com a realidade da comunidade.

Foram colocados os seguintes questionamentos: o que chamou atenção no texto? O que a comunidade tem em comum? Os participantes refletiram sobre a realidade local, fazendo uma analogia com certos personagens, como o “Marcos que levantava problemas, apresentava soluções, perguntava e respondia, discutia consigo mesmo e chegava sozinho às conclusões”⁸⁹; ou como os moradores que escutavam calados, frios, apáticos percebiam a existência de alguma ameaça externa, como a do Deputado Federal “bonzinho” que surgiu na comunidade. Ressaltando ainda a importância da referida leitura no que concerne a possibilidade de reavaliar comportamentos dentro do grupo.

Fotos 1 e 2 – Oficina Local de Formação em Economia Solidária – Comunidades Dorothy Stang e Marimari: Atividades em Grupo



Fonte: Relatório da ITCPES, dezembro de 2009.

⁸⁹ Idem.

Nesta atividade foram discutidos ainda dois modelos de “como deve ser um grupo” e de “como não deve ser um grupo”, imputando a estes características emblemáticas, a fim de caricaturar os dois modelos, exagerando nos traços para que chamasse atenção dos educandos, que logo passaram a questionar tais modelos. Para finalizar, Dona Rita, da Comunidade Marimari, realizou a leitura da “Fábula das Ferramentas”⁹⁰ demonstrando a importância das diferenças dos integrantes de um grupo, com discussões sobre as funções que cada ferramenta desempenhava em uma carpintaria.

Ao final, para o momento de alternância ou ‘tempo comunidade’, ficou a tarefa para que fizessem o levantamento do histórico do grupo, observando os pontos fortes e fracos que subsistem em seus grupos e como poderiam trabalhar essas questões e o interesse pelo trabalho coletivo, objetivando analisar a própria construção e as trocas realizadas durante a oficina.

AVALIAÇÃO

No processo avaliativo, verificou-se que a metodologia adotada obteve bons resultados, na medida em que o grupo demonstrou interesse em participar dos debates e manteve a atenção no decorrer das “aulas dialogadas” e expositivas. Considerou-se, deste modo, o nível de aproveitamento do conteúdo programático como satisfatório, pois todos deram contribuições e se comprometeram com as tarefas do grupo.

⁹⁰ BARCELOS, 2009.

O grupo ainda não havia tido nenhuma formação em economia solidária, mas demonstrou interesse pelo novo, apresentando sugestões e vontade de participar. É válido ressaltar quem eram os educandos, antes de construir uma atividade que criavam e preparavam diversas possibilidades de ações, com questões que pudessem ser substituídas e por outras tarefas, mediante o andamento dos trabalhos, a fim de estimular os educandos, ao mesmo tempo em que se abriu espaço para a discussão das experiências do grupo, visando a reflexão e novos aprendizados, que pudessem advir da troca em grupo, de modo que os grupos fossem ouvidos, para que houvessem maior aproveitamento possível das atividades formativas, tendo em vista se tratar de um espaço de construção e aprendizado, em que tanto os grupos estão aprendendo quanto o próprio formador/facilitador.

No final da oficina realizou-se uma avaliação junto aos participantes, por meio da exposição dos pontos positivos e negativos, os quais foram sistematizados em um mural como: “a oficina superou as expectativas”; “tudo foi muito bom, as dinâmicas, o vídeo, as aulas”; “achei que foi importante”; “ajudou a refletir melhor sobre nossa organização”; “aprendemos mais sobre cooperativismo e sobre economia solidária”.

Por fim, verificou-se que o grupo estava disposto a continuar participando de ações formativas dos projetos executados pela Incubadora, participando de outras ações de incubação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar essa experiência de formação, pôde-se perceber que o Coletivo de Formadores do Pará tem buscando contribuir com a política nacional de educação em economia solidária, acolhendo os sujeitos reais, com suas experiências e vontade de construir “um novo mundo possível”.

Nestes termos a formação em economia solidária precisa avançar para os empreendimentos a fim de potencializar suas ações na construção de um novo ser humano, em que a solidariedade seja o princípio norteador de uma nova trajetória da humanidade, com igualdade e inclusão de todos e todas, como expressão societária.

Para isto, em termos concretos é preciso que a formação seja continuada e ancorada nas necessidades reais, a fim de potencializá-los como sujeitos das novas práticas sócio produtivas e culturais na construção de “um outro mundo possível”.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Mariana. **Fabula das Ferramentas**. 2003. Disponível em:<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/12/270519.shtml>. Acesso em: 10 nov 2009.

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – BRASIL. **Sistematização de experiências da Economia Solidária**: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2012.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Para Sistematizar Experiências. 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Dinâmica de Grupos Populares**. Petrópolis: vozes, 2005, p. 14-9.

PRADO, Adélia. **Cacos para um Vitral**. São Paulo: Siciliano, 1991.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular e solidária**. Aparecida, SP: Idéias & letras, 2004.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. In **Revista do Centro de Ciências da Educação** / UFSC, no. 27, v. 26, n. 1, jan./jun. 2008, p. 69-94. Florianópolis (Dossiê Trabalho, Movimentos Sociais e Educação).

3.5 A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO COLETIVO DO ESTADO RONDÔNIA⁹¹

Maria José de Souza Barbosa
Bárbara Santos Macêdo Espínola

O texto apresenta elementos do processo de formação do CFES-Amazônia, coordenado pelo Coletivo do Estado de Rondônia. Nesta perspectiva buscou-se sistematizar esta experiência com base nos relatórios encaminhados à coordenação geral do CFES-Amazônia, executado pelo Programa de Ensino, Pesquisa e extensão Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES/UFPA, vinculado ao Instituto de Ciência Sociais Aplicadas – ICSA, da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Observou-se que os processos de formação foram realizados com formas e conteúdos diferenciados, na medida em que estiveram implicados nas vivências dos sujeitos locais, que organizaram e dinamizaram as ações e atividades de formação e articulação do CFES no Estado de Rondônia. Neste sentido, destacamos a contribuição do Fórum Estadual de Economia Solidária e da Incubadora da Universidade Federal de Rondônia, além de outros sujeitos que atuaram no campo da economia solidária, como representantes do governo do Estado, entidades gestoras de políticas

⁹¹ Texto escrito com base nos relatórios das atividades desenvolvidas pelo CFES da Região Norte no Estado de Rondônia.

públicas, organizações de economia solidária, formadores e educadores em economia solidária e, principalmente, de empreendimentos econômicos solidários, protagonistas principais das ações do CFES-Amazônia.

As análises e relatos constantes neste capítulo foram estruturados a partir das discussões e debates encaminhados no âmbito do Coletivo de Rondônia, cujas discussões abrangiam questões mais gerais, ou seja, relacionadas à gestão do CFES na Região Norte e questões mais específicas, isto é, de planejamento participativo para garantir os mecanismos de funcionamento, monitoramento e avaliação do processo de educação em economia solidária aos moldes da política nacional, com base em metodologias dialógicas nas atividades de formação e de sistematização desenvolvidas pelo Coletivo do Estado de Rondônia.

Assim, para construção de uma agenda com as ações e atividades para a implantação do CFES no Estado de Rondônia, foram realizadas reuniões de articulação, seminários, cursos e encontros, além de outros eventos que se somaram as atividades do Coletivo do CFES deste Estado. No entanto, é válido ressaltar que o fato das ações de formação em economia solidária se constituírem em uma ação inovadora, no Estado de Rondônia as dificuldades de organização dos sujeitos protagonistas do movimento de economia solidária levaram o Coletivo de Formadores a não realizarem todas as atividades planejadas, tendo o CFES, inclusive, de deslocar

determinadas atividades para outros Estados, sob o risco do não cumprimento de meta, em termos do projeto global.

Cabe enfatizar que apesar das dificuldades, a sistematização das atividades realizadas puderam subsidiar a coordenação geral na construção desse texto inicial, posto que não se trata de uma análise aprofundada do material pedagógico produzido por este Coletivo Estadual; mostra a possibilidade de um diálogo importante e que precisa ser melhor dimensionado na nova versão do CFES Amazônia I.

A CONSTRUÇÃO DO COLETIVO DE FORMADORES DO ESTADO DE RONDÔNIA

Para a implantação do Projeto Centro de Formação em Economia Solidária na Região Norte – CFES no Estado de Rondônia foi necessário um processo de mobilização junto ao Fórum Rondoniense de Economia Solidária e a Incubadora da Universidade Federal de Rondônia – UNIR a fim de organizar uma reunião de apresentação do projeto. Assim, a Incubadora da UFPA encaminhou o projeto aprovado pela SENAES, para que os participantes da reunião pudessem compreender as ações e contribuir com sugestões para a execução do mesmo.

As ações específicas do Estado do Rondônia, como oficinas locais de formação em economia solidária; cursos estaduais de formação de formadores; curso regional de formação de formadores e reuniões estaduais de articulação foram planejadas e organizadas de acordo com as demandas locais dos empreendimentos de

economia solidária, bem como, das discussões nos eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Assim, o CFES no Estado de Rondônia teve uma compreensão do próprio Coletivo de Formadores de Rondônia, com encaminhamentos relativos aos processos de formação dos empreendimentos de economia solidária, assumindo as tarefas formativas e estabelecendo pactos e alianças com lideranças do movimento de economia solidária e com outros agentes de desenvolvimento local, mas também com profissionais de assessoria a organizações da sociedade civil, instituições de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos solidários e demais educadores, que atuam na formação social, os quais passaram a compor a rede de formadores sob a coordenação do Coletivo do Estado, quanto aos processos de formação sob as diretrizes da política nacional.

A constituição do Coletivo Estadual foi o primeiro passo para o estabelecimento de um marco organizativo para a elaboração da programação das atividades, com temáticas de formações relacionadas às necessidades dos empreendimentos do Estado. As dificuldades relativas ao processo burocrático, para o acesso aos recursos do projeto, também contribuiu para que houvesse atrasos e desestímulo do público diretamente envolvido no Coletivo. A morosidade nos processos de licitações, certamente, exigiam a retomada constante das mobilizações, tendo em vista que as atividades só podiam ser realizadas após a compra do material de custeio, alimentação, passagens, aluguel de carros e alojamento.

Esses atrasos geravam desconfiança e tornavam mais complicadas as relações construídas em torno da realização das ações do CFES, além de onerar as despesas do projeto, em acordo com o Termo de Cooperação Técnica entre UFPA e MTE/SENAES.

O próprio marco lógico do CFES era, em si, uma situação complicada na medida em que o território da região amazônica se constitui por mais de 60% do território nacional, associado a problemas de infraestrutura e serviços de uso comum capazes de circular nos sete Estados. Isto, sem dúvida, agravou ainda mais a situação quanto a aquisição do material e dos serviços de suporte para as formações nos Estados que formavam a base de sustentação do CFES-Amazônia.

Assim, para tratar das especificidades da Amazônia é necessário entendê-la em seus problemas de logística, acessibilidade, hospedagem, custo dos transportes (rodoviárias, hidroviárias e aéreas), entre outros que oneram a execução de projetos da natureza do CFES, enquanto abrangência regional. As desmotivações, de certa forma, parecem ter constituído um dos fatores da não realização de todas as atividades deste Coletivo.

A FORMAÇÃO DO COLETIVO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Em Rondônia o destaque para as formações em economia solidária foram as comunidades extrativistas de Resex, como as do Rio Ouro Preto, onde o Coletivo buscou desenvolver uma ação voltada à organização socioeconômica dos processos produtivos

comunitários e de desenvolvimento endógeno. Nesse sentido, para a realização das atividades de formação foi necessário, inicialmente, sistematizar a experiência e o percurso dos sujeitos locais, a fim de construir uma oficina que tivesse desdobramentos, em face das demandas de formação dessas comunidades.

Assim, o Coletivo de articulação e de formadores(as) rondoniense, em economia solidária, juntamente com o Projeto Brasil Local e o Fórum Rondoniense de Economia Solidária, passou a discutir os encaminhamentos necessários para adequar as atividades de formação sob o formato de oficina e, ao mesmo tempo, construir um diagnóstico e um planejamento participativo, a fim de que estas formações pudessem contribuir efetivamente com estratégias de desenvolvimento local/endógeno, em sinergia com as políticas voltadas às Resex's.

Tabela 1: Atividades Formativas Coletivo de Formadores – Rondônia

ATIVIDADE	PERÍODO
I Oficina	15 e 16 de setembro de 2010
II Oficina	08 a 10 de outubro de 2011
III Oficina	Outubro 2010 a Fevereiro 2011
IV Oficina	Novembro 2010 a março 2011
V Oficina	Outubro 2011 a Janeiro 2012
VI Oficina	25 e 25 de abril de 2012
VII Oficina	Outubro de 2012
VIII Oficina	Outubro de 2012
IX Oficina	Outubro de 2012
I Curso	Fevereiro/2012
II Curso	Março a Outubro de 2012
III Curso	Junho a Outubro de 2012

Fonte: Arquivos ITCPEs, 2012.

A Preparação/Planejamento das ações foi construída a partir de encontros com a finalidade específica de elaboração de um plano de formação, com base na definição de conteúdos e metodologias capazes de atender aos públicos específicos. Assim, a formação na Resex foi realizada em seis módulos, com eixos articulados. No primeiro módulo houve a sistematização da própria experiência da comunidade e os demais módulos foram construídos a partir do conhecimento das experiências dos sujeitos constituintes da economia solidária em Rondônia e com envolvimento da articulação estadual de formadores/as e, alguns momentos, representantes da comunidade.

A ação de formação, seus conteúdos e metodologias constaram a necessidade de discutir “de onde vem a economia solidária: contexto histórico, social e político”. Para isso, o Coletivo utilizou o vídeo sobre economia solidária, com explicação, aos participantes de cada atividades econômica mostrada nos diálogos colocados pelo referido vídeo. Rodadas de conversas com a ferramenta do vídeo de economia solidária levaram o Coletivo a mostrar às comunidades extrativistas, em que consistia a economia solidária a fim de que eles próprios identificassem suas iniciativas de economia solidária na comunidade. Esse procedimento mostrou que “[...] algumas pessoas lembraram práticas vividas em outros lugares e ali mesmo na reserva; como as trocas de alimentos entre famílias; os mutirões, e a

produção do artesanato”, eram interpretadas como ações de economia solidária.

Havia uma expectativa em relação a moeda, como objeto da solidariedade econômica. Assim, os formadores procuravam, na verdade, indagar como podiam articular de forma mais ampla esses dois elementos, na medida em que os educandos também tinham como perspectiva resgatar práticas produtivas, a fim de construir uma rede de turismo solidário, organizando cada comunidade, para uma articulação mais ampla, visando aproveitar os potenciais turísticos das Resex's.

Com base em interesses como esse, o Coletivo aproveitava para trabalhar eixos importantes a fim de nortear o processo de organização sob os princípios da economia solidária, seus conceitos e práticas socioeconômicas e político-culturais, enfocando a questão ambiental. A metodologia utilizada para a explicação desses conteúdos foi construída de modo que os formandos marcassem, em um quadro, quais expressões tinham relação com economia solidária e qual tinha relação com o sistema capitalista, como pode ser observado no quadro seguinte.

A identificação das palavras levou o formador a estabelecer as diferenças entre o sistema capitalista e a economia solidária, sob um debate intenso. Com base nessas questões foram realizadas explicações sobre os princípios e a razão dos conceitos de economia solidária, tomando como referência as ações locais, abordadas no

diagnóstico das comunidades. As fotos 1 e 2 mostram momentos de discussão e sistematização desses processos.

Quadro 1: Listagem de Expressões da Economia Solidária e do sistema capitalista

AUTOGESTÃO	EMPRESA DE CAPITAL (DONO=PATRÃO)
Democracia Cooperação Centralidade do ser humano Valorização da diversidade Emancipação/Liberdade Valorização do Saber Local e	Ditadura/imposição de ideias Concorrência desleal O Capital é o mais importante Monocultivo/Discriminação Escravidão Extermínio da Cultura
ACESSO AO CONHECIMENTO	
Justiça Social na produção Cuidado com o meio ambiente	Exploração Destruição

Fonte: Relatório Coletivo Estadual de Rondônia, 2012.

Para a construção do planejamento, o Coletivo utilizou o vídeo Vida Maria, a fim de refletir o contexto local; as relações de gênero; os processos de transformação, tendo como foco as práticas cotidianas. Para isto, o Diagnóstico Rápido Participativo foi construído pelos próprios formandos, os quais foram divididos em quatro grupos, com socialização das discussões grupais em uma plenária, para que houvesse uma análise coletiva.

Neste sentido, a matriz do planejamento levou em consideração as demandas dos sujeitos, em dois formatos: o primeiro com o propósito de diagnosticar as demandas sociais, ambientais e econômicas das Resex's, como aconteceu na comunidade do Rio Ouro Preto, “[...] complementando o resultado de uma ação já iniciada pelo ICMBio e, para isso, houve uma reunião com os trabalhadores e moradores da referida Resex, abrangendo homens e

mulheres, utilizando como ferramenta, o método DRP (Diagnóstico Rápido Participativo); a matriz de problema, enfocando causa e efeito; o Diagrama de Venn e a matriz de planejamento das ações demandadas.

As temáticas tratadas foram trabalhadas a partir das dimensões: social, ambiental e econômica, as quais apontaram os elementos que seriam trabalhados nas formações, após serem submetidas à análise e reflexão da plenária, a partir da técnica de visualização móvel, seguida de debate e ajustes para a consolidação dos conteúdos e forma da educação em economia solidária.

Fotos 3 e 4: Momentos de discussões grupais para a construção do diagnóstico rápido participativo

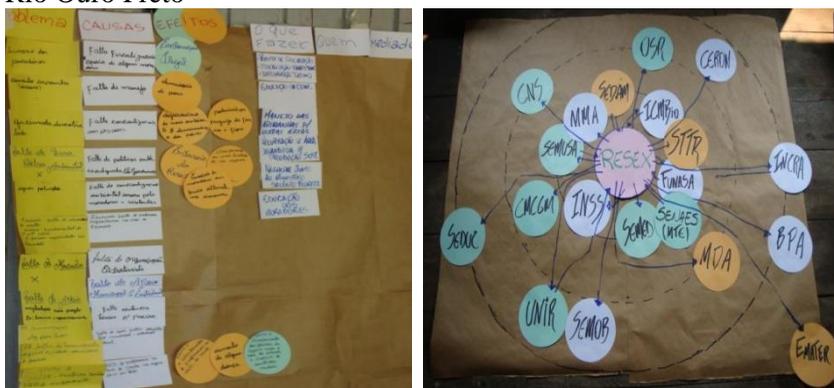


Fonte: Relatório da Incubadora, com base nas informações do Coletivo de Rondônia, 2012.

O resultado das discussões possibilitou a construção de uma matriz sobre os problemas, as causas e os efeitos, momentos em que os trabalhadores da Resex mostraram a questão da exploração ilegal dos recursos naturais, como do peixe, que tem provocado a redução do cardume, poluição das águas, ausência de políticas públicas

essenciais, como educação, saúde, saneamento, dentre outros serviços necessários à valorização das atividades sócio produtivas desses trabalhadores. No quadro a seguir é possível observar os problemas trabalhados nas formações do Coletivo de Rondônia.

Fotos 5 e 6: Momentos de construção do Planejamento na Resex do Rio Ouro Preto



Fonte: Relatório da Incubadora, 2012, com base nas informações do Coletivo de Rondônia.

Quadro 2: Construção da Matriz das Causas e Efeitos

PROBLEMAS	CAUSAS	EFEITOS
Invasão de pescadores	Falta fiscalização e apoio de alguns moradores	Exploração ilegal
Aumento excessivo de ariranha	Falta de manejo	Diminuição de peixe
Queimada descontrolada	Falta conscientização das pessoas	Degradação do meio ambiente e diminuição dos peixes; Poluição ou prejuízo da fauna e flora; evasão da Resex; abandono das localidades na Reserva; evasão de moradores em pouca alternativa econômica.
Falta de uma bolsa ambiental	Falta de políticas publicas adequadas pelos governos	
Águas poluídas	Falta de consciência ambiental dos moradores e visitantes	
Falta de educação de adulto; falta ensino fundamental, de primeira	Falta de professores capacitados na área de educação	

à nona série e pessoas especialistas na educação		
Falta de mercado	Falta de organização dos extrativistas	
Falta de apoio na implantação de novos projetos, ex.: turismo e aproveitamento.	Falta de apoio municipal e estadual	
Falta meios de comunicação e atendimento pelo programa “Luz para Todos”.	Falta assistência técnica pelos parceiros	
Falta de transporte da Resex para a cidade e da cidade para a Resex.	Falta de apoio político administrativo municipal, estadual e federal.	
Falta assistência de técnicos na saúde e medicamentos.	Falta de profissionais na área de saúde na Reserva.	Esvaziamento das pessoas da Reserva para a área da cidade à procura de assistência médica; aumento de algumas doenças.

Fonte: Relatório do Coletivo Estadual de Rondônia, 2012.

Com o “[...] diagrama de Venn o propósito era visualizar e quantificar as entidades que têm relacionamento com a RESEX Rio Ouro Preto, analisando o grau de importância do trabalho das entidades⁹² para a comunidade da RESEX [...]”. Portanto, o objetivo era conhecer o nível de relacionamento institucional, a frequência do atendimento, considerando as demandas dos educandos em economia solidária, a fim de que não fossem repetidas as ações já realizadas por essas instituições, mas ao contrário, buscassem potencializar as mesmas.

⁹² Instituições que atuam na Resex do Rio Preto são: Emater, BPA, INCRA, CERON, SEDUC, UNIR e SEMOB.

Para os moradores da Resex, as instituições que atuam são importantes, mas estão distantes em termos da presença junto à comunidade, ou seja, a relação destas instituições não atendem apenas a demanda da comunidade, o que acaba não dando conta de suas funções, embora tenha algum nível de cooperação. Com base neste trabalho foi construído o Plano Parcial de Desenvolvimento Local em comunidades extrativistas.

Assim, o Coletivo ressaltou, nas formações, a questão da comercialização solidária e das alternativas, princípios e trajetória do comércio justo combinada com o desenvolvimento sustentável. A cadeia comercial justa e solidária; o sistema nacional de comércio justo e solidário; a certificação do comércio justo e solidário e os desafios do comércio justo e solidário, além da discussão sobre o Sistema Nacional de Comércio Justo, a Legislação Municipal de Economia Solidária, os Negócios Solidários, possibilitando a produção de um conhecimento importante para a formação de formadores sensibilizados para a construção de novos valores.

As reflexões ressaltaram elementos como a ética e a solidariedade na produção e comercialização, na perspectiva de consumo consciente. A formação sobre essa temática visou a apreensão da organização do movimento, com enfoque na comercialização. Além disto, os atores se apropriaram desses conteúdos, de forma a trabalhar na prática, a construção coletiva das ações para a comercialização.

As atividades de formação possibilitaram vivências pedagógicas capazes de motivar a participação de todos/as, em grupos de trabalho, com leitura coletiva e construção coletiva de produtos. Esses momentos visavam ainda criar espaços para o nivelamento de informações acerca dos conteúdos e estratégias de economia solidária como eixo das ações de desenvolvimento local.

A ambientação dos espaços de formação criou momentos próprios à construção da linha do tempo, a fim de reavivar a memória dos processos de participação e construção coletiva voltada da comercialização solidária, por exemplo. Isto porque os formandos colocavam a questão da comercialização como elemento central, na medida em que consideravam essa modalidade de comércio diferente do tradicional, tendo em vista que não se definia apenas por critérios econômicos, devido aos princípios éticos que englobam aspectos, tanto sociais, quanto ecológicos e culturais.

Para os participantes das formações, os mercados solidários existem entre pequenos produtores familiares no meio rural, embora não sejam reconhecidos como tal. A construção de cadeias produtivas, com a comercialização e consumo ainda é uma realidade a ser construída, na medida em que os processos de formação para a produção e consumo responsável precisam ser difundidos para a transformação das estruturas socioeconômicas locais.

A certificação e identificação geográfica é uma necessidade a ser trabalhada no âmbito da comercialização, tendo em vista a

valorização, como a questão do selo do comércio justo, como garantia da produção sob princípios de solidariedade e cooperação.

A busca de soluções para que os produtores locais se apropriassem do processo de transformação dos produtos, por empreendimentos de economia solidária, segundo o Coletivo de Rondônia passa pelo processo de comercialização diferenciada, na medida em que está centrada em critérios de cooperação, justiça e solidariedade, nas relações comerciais.

A principal diferença em relação ao comércio justo é que “[...] adota a autogestão nos marcos da economia solidária como elemento central de sua própria identidade e enfatiza que devem ser igualmente solidárias todas as relações econômicas no interior das cadeias de produção, comercialização e consumo” (Coletivo de Rondônia, 2012).

Para além das ações formativas de cunho local e estadual, a capital de Rondônia pôde realizar um curso regional de formação de formadores em economia solidária, ocorrido no período de 05 a 09 e março de 2012, no espaço do Centro de Cultura e Formação Kanindé em Porto Velho – RO, e que contou com a participação de formadores dos sete Estados da Região Norte, demonstrando ser um espaço de formação com uma experiência nova, posto se tratar do primeiro curso regional realizado em um espaço solidário, observado pelos participantes como

... um momento ímpar para todos, em decorrência do contato direto com a natureza. Como a economia

solidária atua com um tripé: economicamente viável, socialmente justo e sustentável e ambientalmente correto, o espaço físico contemplou estes princípios. Vivência direta com o meio ambiente e com as dificuldades vivenciadas dentro de nossos empreendimentos(GRUPO DE SISTEMATIZAÇÃO DO 5º CURSO REGIONAL).

A atividade foi realizada com a perspectiva de organização de grupos autogestionários, sendo estes, Mística, Cuidados, Monitoramento, Comunicação/Memória, Cultural, Sistematização. Eles cuidaram de ações que iam desde a organização do tempo de cada apresentação até a sistematização e acúmulo de informações, para a construção da memória do evento. A atividade teve em seu seio a realização de várias animações e místicas que pudessem aproximar os participantes, bem como, fazê-los aproveitar o espaço ao qual encontravam inseridos, envolto a natureza e de todos os seus elementos.

A atividade organizada sob o tema: Políticas Públicas em Economia Solidária, Gênero e Financiamento, aproveitando a composição regional dos integrantes do grupo para trabalhar ainda a contextualização de experiências das formações dos Estados da região Norte do país, sendo estes: AM, AP, PA, RR, RO, TO, faltando apenas o AC por problemas das inundações, ocasionando sérios problemas no Estado.

O curso foi subdividido entre os formadores Andréa Christianne da Silva Mendes, Edimar Freires, Fabianny Castro,

Flávio Morais Nogueira Junior e Mariluce Paes que realizaram as discussões das temáticas.

Sobre a temática de gênero, ministrada por Fabianny Castro, abordou-se origem e concepção das lutas das mulheres e a nossa identidade, utilizando perguntas como: “Quais são os sentimentos que queremos em economia solidária?” Com vistas a integrar o grupo e chamá-los a uma discussão de sua percepção enquanto indivíduo, bem como, o tema: Políticas públicas para as mulheres e autonomia econômica das mulheres. Teve-se a oportunidade de refletir sobre o dia Internacional da Mulher, com o qual foi possível fazer conexões acerca do tema gênero e trabalho realizado por mulheres.

A formadora tratou ainda da temática financiamento na economia solidária, para tanto dividiu a turma em grupos e entregou o texto “Resumo das iniciativas de implantação das resoluções da I Conferencia Nacional de EcoSol”, afim de que fossem lidas e debatidas as prioridades para a política pública de economia solidária – créditos e finanças, e assim traçar um perfil das ações e práticas realizadas em cada Estado.

A formadora Mariulce Paes assumiu a discussão sobre “Processos de constituição do desenho de políticas públicas direcionadas à ecosol no Brasil”. Ela trabalhou a discussão sobre a dinâmica da organização cidadã na Ecosol, o papel do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, o desenho da ecosol: seus avanços

e resultados, seus limites e desafios, demonstrando para o grupo o cenário de programas e projetos de economia solidária no Brasil.

Em sua apresentação proporcionou a discussão com frases marcantes que incitavam os participantes a participar e refletir, tais como: “o governo não é o único responsável pela política pública, pois não existe política pública apenas por necessidade ou autoria do governo”; “a base de todo o processo da construção da economia solidária é a formação.

A política pública é desempenhada pela participação social”; “estamos falando de formação e esta tem de ser vista como ferramenta importante da ecosol”; “não existe política pública por decreto de governo, mas por processo social”.

Por fim, aproveitando as discussões, a formadora dividiu os integrantes em grupos para refletirem sobre a abrangência e construção de processos de desenvolvimento local integrados em uma perspectiva mais ampla de mudança socioeconômica.

Foi realizado ainda um exercício de grupo tendo como facilitadora, juntamente com as coordenações de *fori* estaduais presentes no curso, Andréia Mendes, focando o papel da política pública como elemento que contribui para o desenvolvimento dos processos oriundos dos movimentos sociais, tendo por base duas perguntas: 1- Para que serve uma lei de ecosol? 2- Como podemos contribuir como formadores/formadoras na construção de uma política de ecosol?

O facilitador Flávio, que atua com Microcrédito em Rondônia, realizou um resgate sobre o sistema financeiro e explanou sobre a lei do cooperativismo brasileiro, focando no ramo: Cooperativa de Crédito.

Ao concluir as explicações sobre “Finanças” retornou-se à discussão sobre financiamentos da ecosol e moedas sociais, momento em que todos os grupos fizeram suas apresentações, pautando em suas realidades e especificidades estaduais e local, explicitando como as diferentes experiências de finanças contribui ou pode contribuir para os empreendimentos de economia solidária, levando em consideração as suas diversidades regionais, culturais e locais.

Antes do encerramento da atividade o facilitador realizou uma dinâmica sobre criação e utilização das moedas sociais, importantíssima para a compreensão prática do funcionamento desta ferramenta social.

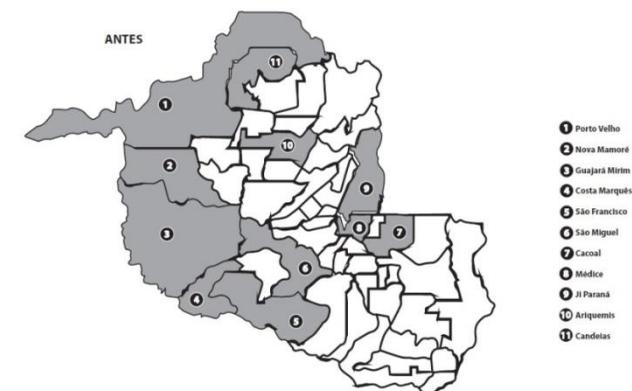
AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO COLETIVO DE RONDÔNIA

Para o Coletivo de Formadores do Estado de Rondônia, o processo de formação favoreceu a difusão da economia solidária, na medida em que garantiu a descentralização e a territorialização das ações de educação em economia solidária, para a formação de formadores e, ao mesmo tempo, a formação dos próprios

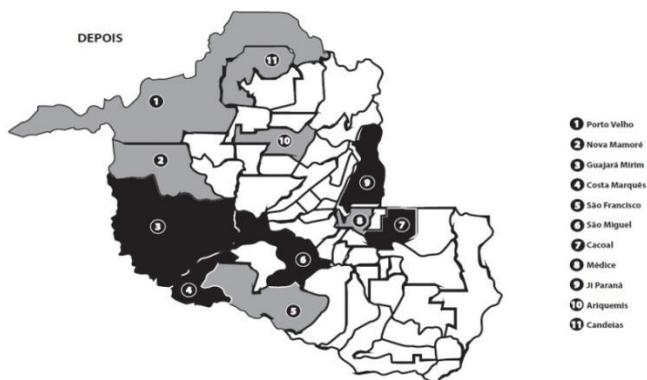
empreendimentos solidários, em especial, as formações desenvolvidas nas Resex's.

Figura 1: Mapas de Evolução das Ações Formativas em Economia Solidária no Estado de Rondônia

RONDÔNIA



RONDÔNIA



Mapas elaborados pela ITCPE/PA.

Fonte: Relatório Final Projeto CFES, 2012.

Legenda: Cinza Claro: Fraco; Cinza Médio: Médio; e Preto: Forte.

Nos mapas abaixo pode ser observado o processo de ampliação e penetração da economia solidária, que procurou territorializar as formações de formadores em economia solidária no Estado de Rondônia.

Assim, o Coletivo de Formadores de Rondônia, com base nos processos de formação, garantiu a interiorização, identificando como um dos principais problemas para o desenvolvimento da economia solidária no Estado de Rondônia, a necessidade de melhoria da infraestrutura para dar suporte físico-financeiro a serviços e a equipamentos de uso comum, capazes de apoiar os trabalhos coletivos. Essas condições certamente dificultam a própria valorização das potencialidades locais.

Outro elemento identificado foi a compreensão das comunidades em relação à economia solidária, pois para grande parte dos formandos, era a primeira vez que tinham informação sobre economia solidária. No entanto, o Coletivo observou que houve interesse nas formações e a necessidade de difusão da economia solidária, como estratégia de desenvolvimento local sustentável no Estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

ITCPES. Relatórios das Formações do Coletivo do Estado do Rondônia, 2010.

_____. _____. _____. 2011.

_____. _____. _____. 2012.

3.6 DESCAMINHOS NO PERCURSO FORMATIVO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS EM RORAIMA

Meire Joisy Almeida Pereira⁹³
Emerson Clayton Arantes⁹⁴
Leuda Evangelista Oliveira⁹⁵
Elielma Coelho Derzi⁹⁶

O presente texto visa revelar o processo de formação de educadores e educadoras em economia solidária no Estado de Roraima, a partir da implementação do projeto Centro de Formação em Economia Solidária – CFES/Norte. O trabalho aborda a trajetória da ITCPES/UFRR na condução do projeto em parceria com o Fórum Roraimense de Economia Solidária, Rede de Educação Cidadã, Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Superintendência da Pesca e com a ITCPES/UFPA, gestora do projeto no âmbito regional, no período de 2009 a 2012. Durante a realização das atividades do Centro foi se desenhando o verdadeiro ambiente da formação de formadores nesta parte da Amazônia.

⁹³ **Meire Joisy Almeida Pereira:** Professora de economia no Departamento de Administração da Universidade Federal de Roraima, mestre em políticas públicas e coordenadora executiva da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários - ITCPES/UFRR. meirejoisy@hotmail.com

⁹⁴ **Emerson Clayton Arantes:** Professor de administração no Departamento de Administração da UFRR, mestre em economia e coordenador de projetos de geração emprego e renda da ITCPES/UFRR. emersonclaytonarantes@gmail.com

⁹⁵ **Leuda Evangelista Oliveira:** Professora do curso de pedagogia da UFRR e coordenadora de projetos educacionais da ITCPES/UFRR. leudaevangelista@yahoo.com.br

⁹⁶ **Elielma Coelho Derzi:** Educadora da Economia Solidária, Discente de Administração da UFRR, membro da COOFEC'c e discente do curso de Especialização em Gestão de Cooperativas UFRR/SESCOOP e militante do movimento de Economia Solidária em Roraima. elli.elma@hotmail.com

E nesse contexto, entendemos que a formação de formadores se constituiu em um processo educativo, capaz de abarcar ora a formação, ora o assessoramento técnico, bem como, a extensão para todos os beneficiários da política – estudantes, gestores públicos, educadores e membros dos empreendimentos econômicos solidários. Um dos principais resultados conquistados ao final do projeto foi a constituição e o fomento às atividades do Coletivo de Educadores e Educadoras da Economia Solidária em Roraima, inserido no grupo técnico do Fórum Roraimense de Economia Solidária.

Entretanto, destaca-se que, para dar conta dessa ação, a ITCPES/UFRR e o CFES/Norte, tiveram inúmeros desafios. Um deles foi a própria consecução das atividades, considerando que nasceram a partir de uma estrutura regional, ITCPES-UFRR co-executora.

Nesse formato, a ITCPES/UFRR não teve qualquer ingerência na aplicação dos recursos administrativo-financeiro oriundos da ITCPES/UFPA. Outro destaque ficou por conta do trabalho de análise da economia roraimense. Para operacionalizarmos as ações do CFES, fizemos debates internos a fim de se obter a compreensão do atual estágio da economia local, para a determinação das estratégias de atuação do projeto.

Outro resultado, apreendido, foi que a política pública de âmbito nacional muda quando é implementada na realidade concreta, refletindo, portanto, os caminhos e os descaminhos dessa política.

A LINHA DO TEMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E EM RORAIMA

A linha do tempo em economia solidária visa apresentar um contexto geral sobre a temática. O destaque ficou por conta de uma das bandeiras prioritárias levantadas ainda, na IV Plenária de Economia Solidária, em 2008 a educação se constituiu em um dos eixos estruturantes da política pública para o movimento de economia solidária brasileira. Ela foi pensada e reivindicada como estratégia para o desenvolvimento sustentável de um novo tecido social (FBES, 2008).

Desse desejo até a implantação do Centro de Formação em Economia Solidária CFES decorreu um ano. A Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE, gestora da Política Nacional de Economia Solidária lançou, em 2009, os editais para implantação da política de formação para o movimento de economia solidária, cujo desenho continha um Centro de Formação Nacional, denominado CFES-Nacional e cinco CFES-Regionais.

A entidade ganhadora do edital do CFES/Norte foi a Universidade Federal do Pará, no âmbito do Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES/UFPA.

A incumbência do ITCPES/UFPA foi implementar a política de formação nos sete Estados da região Amazônica. Em Roraima, a co-executora do projeto foi a Incubadora Tecnológica de

Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES/UFRR, acompanhada dos parceiros Rede de Educação Cidadã, o Fórum Roraimense de Economia Solidária, os gestores públicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e da Superintendência da Pesca.

A história do processo de formação em economia solidária não nasceu na IV Plenária. É fruto dos ricos debates e das inúmeras reivindicações do movimento, desde sua origem, cujo destaque foi no início da década de 2000. À época, a SENAES/MTE foi pautada pelo movimento para a constituição de um programa que incorporasse suas demandas.

Nesse processo, há o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES ente que representa o conjunto dos sujeitos que integram o movimento de economia solidária em âmbito nacional. Está organizado em todo o país, em mais de 160 *Fori* Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de Economia Solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios na Rede de Gestores em Economia Solidária. Seu trabalho é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (I FSM), contou com a participação de 16 mil pessoas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas que promoviam debates e reflexões, 1.500 pessoas participam da oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que tratava da auto-organização

dos/as trabalhadores/as, das políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda (FBES, 2012).

Já a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem sua trajetória iniciada a partir de junho de 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho, órgão do governo federal. Seu objetivo é desenvolver políticas públicas de economia solidária, que visem valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade social e promover os processos de desenvolvimento mais justos e solidários. Dessa forma, pode-se considerar que nos nove anos de sua existência a SENAES apresenta conquistas significativas no campo da Economia Solidária (SENAES, 2011).

No campo das políticas públicas houve, em 2004, a instituição do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, composto por um “conjunto de propostas que visavam a difusão e a consolidação da economia solidária” (SENAES, 2004). Para a concretização de parte do Programa Nacional, ainda em 2004 a Rede de Gestores e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, formataram no âmbito da SENAES o Termo de Referência para Implantação dos Centros de Formação em Economia Solidária – CFES.

De 2004 até 2009, início das ações dos CFES, foram decorridos cinco anos. Os documentos referentes à implantação do CFES trazem em seus objetivos: a formação de formadores(as), educadores(as), de gestores(as) públicos que atuam com Economia Solidária, contribuindo para fortalecer seu potencial de inclusão

social e de sustentabilidade econômica, bem como, sua dimensão emancipatória (SENAES, 2009).

Em 2006, mais uma vez o movimento organizado da economia solidária pautou a necessidade de uma política pública voltada à qualificação e disseminação das ações de formação. A resposta da SENAES se deu em 2007, quando a Secretaria publicou o edital e as datas para implantação e funcionamento dos CFES nas cinco regiões do Brasil, como parte da estratégia da Política Nacional de Formação em Economia Solidária.

Para Ferrarini (2011), os CFES são instrumentos de estruturação e potencialização de diversas ações formativas voltadas às necessidades dos empreendimentos econômicos solidários. Além da realização e integração de ações de formação sistemática de agentes formadores (trabalhadores da Economia Solidária, gestores públicos e educadores). Os Centros são também referências para o desenvolvimento e a sistematização de conteúdos e metodologias para a economia solidária.

Assim, constituem-se em processos e espaços de inovação científica e tecnológica, favorecendo a produção de estudos e pesquisas, disseminação de conhecimentos e tecnologias formativas apropriadas à realidade e à diversidade dos empreendimentos econômicos solidários.

Segundo Calbino, Barreto e Diniz (2011), no Termo de Referência para a Implantação dos CFES, estava a justificativa e a

preocupação do governo em relação à formação em economia solidária:

O intenso crescimento dos empreendimentos econômicos solidários nos últimos anos exige respostas adequadas e permanentes às suas necessidades de formação e assistência técnica, entre outras. Os trabalhadores(as) da Economia Solidária se deparam no cotidiano com exigências cada vez mais complexas relativas aos processos de autogestão de suas iniciativas coletivas, bem como da necessária busca da eficiência e viabilização das atividades econômicas que realizam. Para isso, faz-se fundamental combinar processos integrados de qualificação social e profissional com oportunidades de elevação de escolaridade e com outras iniciativas de formação política cidadã (CFES, 2009).

A partir dessa contextualização nacional, o propósito, agora, passa para um segundo momento: descrever a linha do tempo da economia solidária em Roraima. Ela começa com o nascimento do Fórum Roraimense de Economia Solidária, em 22 de dezembro de 2004, com apoio do Movimento “Nós Existimos” e outros protagonistas populares. O Fórum tem abrangência estadual. Suas atividades iniciaram em 2005, com as reuniões mensais da coordenação estadual. O propósito inicial foi reunir os três segmentos que o compõe – os gestores públicos, os empreendedores da Economia Solidária e as entidades de apoio e fomento. Naquele ano foi realizada, também, a primeira feira de ES, cuja programação consistia na realização de reuniões e oficinas para disseminar a ES em Roraima.

Em 2006 foi criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES da Universidade Federal de Roraima – UFRR, por conta do fomento da SENAES. A ITCPES/UFRR nasceu a partir do processo de incubação de incubadoras desenvolvido pela ITCPES/UFPA.

A ITCESP/UFRR constitui-se em um projeto de extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFRR, que objetiva promover a incubação – formação, assessoramento e acompanhamento junto aos núcleos de Economia Solidária, bem como, formar discentes e gestores públicos para o movimento da ES. O projeto foi coordenado inicialmente pela Professora Marlene Grade e atualmente é coordenado pela Professora Meire Joisy Almeida Pereira, a professora Leuda Evangelista de Oliveira, os professores Emerson Clayton Arantes e Anderson Paiva. Conta com cinco bolsistas: Graciele, Gisele, Débora, Dalhas e Bruna. A ITCPES/UFRR já formou, ao longo dos seis anos de existência outras seis bolsistas que estão no mundo do trabalho e atuam na dinâmica da ES.

Em 2006, foi realizada a I Conferência Estadual de ES, organizada pelo Fórum Roraimense de Economia Solidária em parceria com a Superintendência Regional do Trabalho do MTE em Roraima. No segundo semestre deste mesmo ano, teve início o projeto PPDLES – Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária – uma iniciativa da SENAES/MTE. O projeto

visava promover a geração de emprego e renda, estimular o desenvolvimento sustentável e solidário e fortalecer os EES em comunidades historicamente excluídas de apoio aos seus empreendimentos. Diversos segmentos foram atendidos pelo projeto, dentre eles: as mulheres, a juventude, as comunidades remanescentes de quilombos, as comunidades indígenas, as iniciativas de desenvolvimento comunitário, os trabalhadores desempregados, as cadeias e redes de ES, os catadores de material reciclável e o segmento do turismo, totalizando 252 agentes em todo o país. Em cada Estado havia um coordenador que acompanhava e orientava os trabalhos dos agentes nas comunidades e, em Brasília, o projeto tinha um escritório técnico de apoio e de infraestrutura.

O projeto teve como estratégias básicas a articulação de políticas públicas; a busca pela construção de um novo modelo de desenvolvimento frente ao modelo capitalista, baseado na sustentabilidade e na solidariedade, no consumo sustentável, no respeito ao meio ambiente e à cultura tradicional dos povos; na participação e protagonismo popular; e no fortalecimento da economia solidária, que não se orienta pelos valores mercantis individualistas, pelo contrário, integra diversas iniciativas coletivas na sociedade, em torno da potencialização das capacidades locais, para a promoção de alternativas de geração de trabalho e renda, cidadania plena, identidade e melhores condições de vida. Foi esse projeto que deu condições de disseminação da ES no interior de Roraima.

Em 2007, o movimento de economia solidária, em Roraima, estabeleceu diálogo junto ao governo estadual para a concessão de um espaço público para o movimento de ES, da qual foi concedido um espaço para a secretaria do Fórum, para a produção e comercialização dos produtos. Neste mesmo ano, aconteceu a segunda feira de ES e da Agricultura familiar, além da realização de formações. No mesmo ano houve também a incubação de seis EES pela ITCPES/UFRR, conforme relata Grade e Pereira (2010).

Uma outra realização em 2007, foi o II mapeamento dos EES realizado pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e pelo Fórum Roraimense de Economia Solidária.

Ainda em 2007, foi realizada a I Plenária Estadual em preparação à IV Plenária Nacional, quando também foram promovidas formações pela ITCPES/UFRR aos EES, que trabalhavam ES e sua organicidade.

Nos anos de 2008 a 2010 foram realizados os trabalhos que estavam na pauta da SENAES e do FBES, ou seja, aconteceram reuniões, formações, feiras de comercialização e eventos. Ainda em 2008, por conta de um contrato com o Banco da Amazônia, a ITCPES/UFRR realizou o 1º Seminário de ES de Roraima no dia 16/10/2008, com apoio e parceria do Fórum Roraimense e a RECID. O tema do evento foi “alternativa de desenvolvimento econômico e social a partir de outro modelo de organização”. Foi nesse ano que o movimento conseguiu a concessão do Governo de Roraima, para uso

do espaço público em nome da Associação das Costureiras do Bairro Santa Tereza, situado no mesmo bairro, da capital Boa Vista.

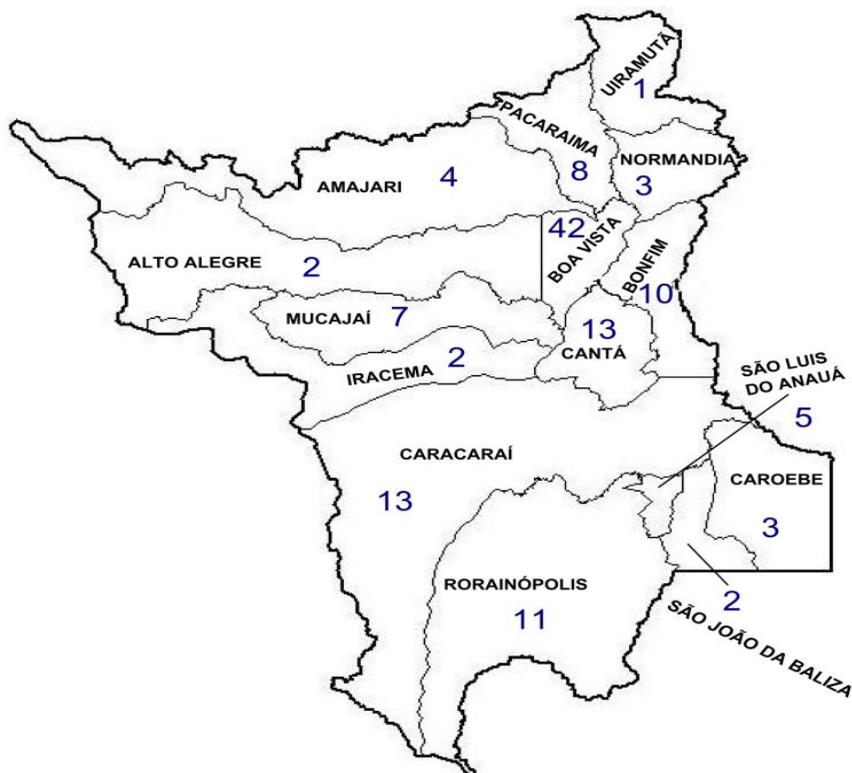
Em 2009 foi publicado o mapeamento dos EES. A ação só visou mapear os EES. Porém, Culti (2010, p. 10) nos explica que posteriormente foram definidos outros dois conceitos do SIES: Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAFs⁹⁷) e as Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES⁹⁸).

Em Roraima foram mapeados 126 EES, de acordo com SENAES (2009). Pelos dados do Sistema, 13 empreendimentos – o que corresponde a 10,31% – estão em fase de implantação e 113 (89,68%) estão em funcionamento. As características deles referem-se ao tamanho, ou seja, a grande maioria é formado de até 10 sócios (35%) e está organizada em associações e grupos informais. Segundo Lemos (2011), observou-se que a ES está presente significativamente no setor urbano (41%), mas também alcança os trabalhadores do setor rural (34%), assim como atinge atividades solidárias na área urbana e rural (25%). Como resultado dessa atuação urbana, tem-se 42 EES mapeados na cidade de Boa Vista-capital, conforme figura a seguir:

⁹⁷ Aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos EES tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento (SENAES 2006, p. 13).

⁹⁸ Aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta ou indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo do fortalecimento da Economia Solidária (Ibid.,p.13)

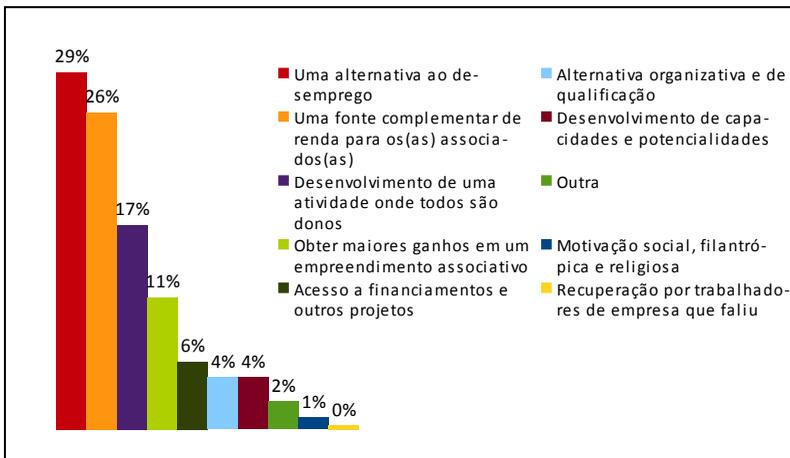
FIGURA 1: Mapa – Quantidade de EES em Roraima – números absolutos



Fontes: SENAES (2008); Dalila Marques Lemos (2011)

Ainda segundo a autora, a criação de EES em Roraima – conforme gráfico 1 – é motivada, principalmente, pela alternativa ao desemprego e à complementação da renda aos associados, e a possibilidade de desenvolvimento de uma atividade produtiva em que todos são donos.

GRÁFICO 1: Motivos para criação dos EES % - Roraima



Elaboração: Lemos (2011)

Fonte: SENAES (2008);

Portanto, observa-se que a economia solidária em Roraima, começa a ganhar destaque, e um corpo de protagonistas na medida em que são implementadas as políticas públicas. Constata-se que, seja pela organização do movimento de ES em Roraima, seja pela criação da Incubadora de ES, pela UFRR, as ações somente foram possíveis porque existiram estímulos externos, via políticas públicas do governo federal.

O que se conclui que em Roraima o movimento de economia solidária só foi possível por conta dessas políticas. Outra conclusão é de que o movimento da ES nasceu de cima para baixo. Esse fenômeno explica, por consequência, os motivos do movimento de ES em Roraima ser desarticulado e pouco combativo.

O PROJETO CFES EM RORAIMA: caminhos e descaminhos

A política de formação de formadores em ES materializada por meio do projeto CFES/NORTE não percorreu a trajetória da maioria das políticas convencionais, ou seja, pela via do pacto federativo. O Projeto CFES/Norte teve suas atividades iniciadas em novembro de 2009, na cidade de Belém-PA, num seminário de abertura promovido pela ITCPES/UFPA. O evento contou com a participação do gestor público Roberto Marinho, representante da SENAES/MTE e de todos os representantes dos sete Estados da região. A ITCPES/UFPA, na oportunidade, deu posse aos membros do Conselho Gestor do projeto, formado por dois representantes de cada Estado da região.

A forma como o projeto CFES chegou em Roraima foi por meio da articulação da ITPCES/UFRR com o ITCPES/UFPA, vencedora do edital regional. Esse modelo por si só já demonstra como o Estado brasileiro vem tratando suas demandas sociais e operacionalizando as políticas públicas. Como o desenho foi regional, os Estados que compõem a Amazônia não tiveram qualquer ingerência na aplicação dos recursos financeiros. Tudo ficou centralizado na Fundação de Apoio à UFPA. Um modelo que dificultou em muito as atividades. Um sinal claro de descaminho da política.

Críticas à parte, o projeto CFES se materializou em Roraima por meio da ação da ITCPES/UFRR. O projeto constitui-se numa ação de Extensão. A ITCPES/UFRR no âmbito do movimento de ES

é uma Entidade de Apoio e Fomento – EAF. Suas atividades são oferecer formação, apoio, assessoramento técnico aos EES, gestores públicos, bolsistas e a comunidade em geral. Ao operacionalizar programas nacionais de ES como o Mapeamento – SIES – de 2009, o PRONINC, o PROEXT, o próprio CFES, realiza formações, seminários, palestras, participa de concursos como o prêmio Samuel Benchimol, o prêmio Celso Furtado, apoia feiras, fomenta a construção coletiva de tecnologias sociais. Atualmente, a ITCPES/UFRR incuba uma cooperativa de EES denominada COOFEC's, a primeira Cooperativa de ES da cidade de Boa Vista.

Do ponto de vista estrutural, a ITCPES/UFRR dispõe de uma ampla sala localizada no bloco IV da UFRR, no Campus do Paricarana, de materiais de consumo, máquinas e equipamentos, seis bolsistas de diversas áreas do conhecimento e quatro professores coordenadores de áreas; além de contar com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, da administração superior, em suas atividades cotidianas.

A coordenação pedagógica do projeto CFES em Roraima foi da professora Leuda Evangelista Oliveira, tendo como apoio os professores Emerson Clayton, Anderson Paiva e Meire Joisy. Vale lembrar que quando demandada, a administração superior da UFRR, sempre se disponibilizou em conceder à ITCPES espaço físico, recursos materiais e transporte para realização dos eventos do CFES, ou seja, salas de aula, auditórios, espaços de convivência e meios de comunicação para disseminação do projeto.

Independente de contar com o apoio da UFRR, o projeto CFES deveria dispor das condições objetivas para o atendimento de suas metas, questões que na realidade não aconteceram; o que trazia desconfortos e descontinuidade na equipe.

Por outro lado, foi por conta desse projeto que a ITCPES/UFRR fortaleceu seus laços de parcerias e formação, especialmente na constituição de um quadro de educadores e educadoras para a ES no Estado de Roraima.

Outra constatação relacionada ao projeto CFES foi que as atividades do projeto demandaram esforços para além das condições da ITCPES/UFRR, por isso a busca por parcerias. Nesse sentido, a articulação e a parceria com o Fórum Roraimense de Economia Solidária, com a Rede de Educação Cidadã, com a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a Superintendência da Pesca foram fundamentais. Todos esses agentes estiveram imbuídos em disseminar e promover a educação, nos princípios da ES no Estado. Infelizmente não nos moldes desenhados pelo projeto, quais sejam atender à formação de formadores.

Nas atividades, realizadas localmente, grande parte dos participantes era oriunda de EES. Os formadores, alvos prioritários do projeto, foram sendo forjados à medida que as atividades eram desenvolvidas. Outro descaminho constatado.

Do ponto de vista quantitativo, ao final deste projeto do CFES, no Estado de Roraima, foram mapeados 15 formadores, que participaram dos cursos nacionais, regionais, estaduais, oficinas e

reuniões. Foram eles que, ao final do processo, se auto definiram como educadores de ES. Um ganho significativo para o Estado. Esses educadores estão mapeados num projeto maior, o do CFES Nacional. Há uma página no sítio do Fórum Brasileiro de ES, onde estão todos os educadores e educadores formados pelo projeto CFES. Um ganho para o movimento. Um sinal objetivo de caminho alcançado pelo projeto.

Outro caminho deixado pelo projeto diz respeito aos materiais sistematizados, ao longo dos três anos de atividades. Foram cartilhas que descreveram o percurso formativo dos educadores e educadoras em ES no Brasil. Inúmeras foram as experiências de EES, de *Fori*, de EAF's, que subsidiarão os futuros trabalhos no campo da educação, seja do ponto de vista de conteúdo, de carga-horária, de pessoas com especialidades naquela determinada área e na sistematização das experiências de cada protagonista do processo. Um ganho substancial para todos que integram o movimento de economia solidária no Brasil.

E nessa caminhada de dimensões ora local, regional ou nacional foram se formando redes, teias de contatos capazes de conceber novos movimentos de atendimentos às demandas da ES. Em Roraima, o traço mais evidente dessa jornada foi a aproximação e o fortalecimento da ITCPES/UFRR com o Fórum Roraimense, bem como, o papel da Cooperativa de Empreendimentos Solidários – COOFEC'S. A aproximação do movimento com as prefeituras municipais, com as secretarias municipais, com os movimentos

sociais dos territórios da cidadania e com os projetos de assentamentos da reforma agrária; uma gama de sujeitos que tiveram contato pela primeira vez com os princípios da ES, por meio do Projeto CFES. Esse foi um ganho extraordinário.

No decorrer da jornada ficou evidente o papel dos verdadeiros protagonistas das ações, seja na perspectiva da captação das demandas, seja pela realização dos eventos e na disseminação dos princípios da ES pelo Estado.

Além dos parceiros já citados, outros vieram a fortalecer as ações, como foi o caso do Projeto Brasil Local, da OMIR, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima, da ODIC, Organização dos Indígenas da Cidade, do Instituto Superior Indígena – Insikiran da UFRR, da ASPRAN, Associação dos Produtores Rurais de Campos Novos e da Associação de Produtores do Cantá. Enfim homens, mulheres, educadores e educadoras comprometidos e empenhados em concretizar o processo formativo de educadores e educadoras da ES em Roraima.

Do ponto de vista quantitativo, o CFES/Roraima no primeiro ano de atividades atuou exclusivamente na cidade de Boa Vista, capital do Estado. Nesse período foram atendidos 236 participantes nos nove eventos realizados – reuniões, oficinas e cursos. Com esses resultados, os membros do Conselho Gestor de Roraima partiram para Belém e na reunião desse Comitê perceberam que em outros Estados da Amazônia as atividades estavam sendo interiorizadas por

meio de parcerias, uma vez que havia escassez e limitações dos recursos financeiros.

Constatada essa oportunidade a gestão do CFES/Roraima, junto com o Fórum Roraimense, partiram para interiorizar as atividades. Infelizmente isso não aconteceu no segundo ano, por conta da solução de descontinuidade que o projeto sofreu. No ano de 2011 as atividades não aconteceram porque a gestora financeira dos recursos, Fundação de Apoio à UFPA não concluiu as licitações relativas à alimentação. Assim, em 2011 não tivemos qualquer atividade.

Mas, em 2012 as atividades do CFES/Norte, a exemplo de Roraima, voltaram com todo o vigor e as ações coletivas colheram bons frutos. Os efeitos positivos não ficaram exclusivamente no projeto CFES, foram espalhados para outras questões como, por exemplo, a organização da audiência pública no âmbito das reivindicações do Projeto de Lei 865. O abaixo-assinado para a renovação da concessão do espaço físico do Governo do Estado de Roraima, para que os EES continuem instalados na feirinha do bairro Santa Tereza, com o intuito de torná-lo um espaço de referência da ES. Ali os ES produzem e comercializam seus produtos. Outros desdobramentos desse fortalecimento foram a elaboração da proposta para o Novo Edital da SENAES, do CFES 2, lançado ao final de 2012. Sobre este quesito o resultado foi negativo porque a Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social perdeu o prazo para envio da proposta. Mas o movimento local também foi mobilizado para

apoiar o Estado do Amazonas, quanto ao edital do CFES 2, em uma clara demonstração de que o projeto CFES fortaleceu as alianças regionais.

Ainda nessa linha dos caminhos da política, proporcionada pelo projeto CFES, outro ganho substancial do ponto de vista dos acúmulos, das trocas de saberes e das experiências, foram os encontros no âmbito do CFES Nacional e do Regional. Eles se tornaram verdadeiros espaços de interação e de integração do movimento.

Como tais encontros guardaram certa regularidade, eles foram capazes de proporcionar as aproximações, os debates acalorados e a constituição de soluções para problemas comuns. Naqueles momentos, ficava clara a dimensão continental que tem o Brasil e as suas diversas e difusas realidades. Daí, a expressão de que a política pública concebida na perspectiva nacional muda quando é operacionalizada no local.

E quando se trata do contexto amazônico esses traços tornam-se mais evidentes em face das limitações estruturais da região. As condições de logística, de comunicação, de profissionais, de fornecedores são sofríveis. Motivos de sobra para que o projeto não se efetivasse na plenitude, como em outras regiões mais desenvolvidas do país.

Por outro lado, ficou evidente também que foi nessa mesma região que, diante de tantos desafios, conseguiu-se construir soluções criativas.

A interiorização das atividades foi uma dessas soluções que trouxeram amplitude à política. Se por um lado foi positivo porque conseguimos levar os princípios da ES para os municípios de Roraima, por outro lado, esse movimento só foi possível por conta do sacrifício que os educadores e educadores fizeram para concretizar esse intento.

Os resultados dessa interiorização estão expressos na quantidade de participantes nos eventos. No segundo ano, o CFES Roraima além de continuar atendendo às demandas de Boa Vista, chegou-se aos municípios do Cantá, de Caracaraí, de Mucajaí, Caroebe, de Rorainópolis e de Pacaraima. Nesse último atendemos às comunidades indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos. No total foram 891 participantes. O destaque ficou para o último curso que aconteceu na Orla Taumanam onde os discentes do curso de Gestão indígena do Instituto Insikiran participaram expressivamente.

Enfim, do ponto de vista mais geral, ao considerarmos os propósitos do projeto CFES Roraima os resultados foram positivos, seja pela perspectiva do atendimento aos participantes, seja pela disseminação dos princípios da ES (UFRR, 2011).

Entretanto, os sacrifícios vivenciados por conta do desenho regional, ou seja, dos recursos terem sido gerenciados exclusivamente pela UFPA, não possibilitando aos coexecutores locais quaisquer autonomia acerca da aplicação dos recursos financeiros, seja na contratação de pessoal, na aquisição de material

de consumo, na alimentação, na hospedagem e no pagamento dos educadores. Situações que causaram inúmeros transtornos de todas as dimensões. Aspectos que consideramos um descaminho.

Nas próximas linhas relatamos a sistematização do trabalho de Formação em Economia Solidária na Comunidade Indígena do Alto São Marcos, no município de Pacaraima.

A EXPERIÊNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO NA TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS

A sistematização em ES foi um dos objetivos do projeto CFES. Nessa atividade estava prevista a participação coletiva dos protagonistas do processo, no relato de suas experiências, vivências e saberes. Enfim, o relato das suas práticas solidárias cotidianas. Em Roraima, o processo da escolha da sistematização de uma experiência foi coletivo. Decidimos apresentar a experiência de formação em uma comunidade indígena. A experiência escolhida foi realizada no Centro Macunaima, na Terra Indígena do Alto São Marcos, no município de Pacaraima. Lá, foi realizado um curso, duas oficinas, além de visitas para organização das formações. Os eventos só foram possíveis por conta da parceria indispensável da ODIC. A educadora que realizou a oficina de sistematização foi Elielma Coelho Derzi, uma militante do movimento e uma das principais protagonistas no processo de formação no Estado.

A oficina de sistematização iniciou com o resgate, uma linha do tempo do projeto CFES/Roraima, na terra indígena Alto São

Marcos, no ano de 2012. Foi lembrado que durante a execução do projeto CFES, foram realizadas duas oficinas e um curso que reuniu as lideranças indígenas, jovens, artesãos, gestores públicos e entidades de apoio às comunidades indígenas, além de reuniões de mobilização antes das atividades; houve também outras formações relacionadas à economia solidária que estava diretamente ligada ao CFES, mas não como meta do projeto.

O processo de formação aconteceu de forma objetiva, com um olhar que continha à perspectiva da organicidade do movimento de Economia Solidária dentro da Terra Indígena Alto São Marcos, que compreende 24 comunidades, com as etnias Macuxi, Wapchana e Taurepang.

Quando as formações iniciaram ficou claro o papel da formadora, ou seja, estava ali para mobilizar saberes, articular ações e fomentar o trabalho coletivo. No olhar da educadora, acerca das declarações feitas pelo indígena, foi de que todas as 24 comunidades sofreram uma forte influência do sistema capitalista. O destaque ficou por conta da constatação de algumas lideranças que lutaram para a demarcação de terras indígenas em áreas contínuas, também lutam para manter sua cultura e costumes. Na fala da dona Alcinede, da etnia macuxi, comunidade Sol Nascente

nós sempre trabalhamos Economia Solidária só que com o passar dos anos estamos perdendo a tradição do trabalho coletivo, agora as pessoas estão muito individuais, temos um projeto de gado da fazenda das mulheres, mas as mulheres não querem trabalhar juntas só têm algumas que resistem, as formações da Economia Solidária vieram para nos ajudar novamente a nos organizar.

Segundo seu Paulo, da etnia maxuxi, comunidade Sol Nascente “o melhor caminho é trabalhar juntos no coletivo, uns ajudando os outros, resgatar nossa cultura”.

Outro destaque necessário é revelar que, para as formações chegarem na comunidade indígena, seria necessária a parceria e a Organização Indígena da Cidade – ODIC, que foi fundamental nesse processo, pois a relação de confiança ainda não estava estabelecida entre CFES, movimento de ES e comunidades indígenas. Foi por meio da ODIC que foi possível essa aproximação e com o apoio das organizações: Associação dos Povos Taurepang, Wapchana e Macuxi, Associação dos Povos Indígenas Terras São Marcos – APITSM, Movimento Indígena das Mulheres do Alto São Marcos – MIMASM, além do apoio do coordenador da Região e dos tuxauas, o apoio da Prefeitura de Pacaraima, da Rede de Educação Cidadã – RECID/RR, do MDA e do Fórum de Economia Solidária.

Durante o processo de formação foi criada uma comissão de Economia Solidária para a região, o primeiro efeito da formação na terra indígena. Essa comissão foi significativa para as realizações das formações (UFRR, 2012).

O debate que ficou marcado durante o processo de formação foi a decisão dos participantes da oficina em sistematizar ou não a experiência. A formadora Elielma esclareceu que a oficina realizada naquele momento era para sistematizar a experiência vivenciada durante as formações do CFES; esclareceu também que a sistematização se apresentará em forma de um capítulo e será

publicado em um livro; esclareceu que será publicado o avanço da Economia Solidária por meio das formações do CFES e que o objetivo não é escrever a história das comunidades, mas sobre os efeitos que as formações do CFES trouxeram para as comunidades indígenas. Abaixo pode-se observar os relatos dos participantes acerca do debate:

... cada comunidade tem uma história, sua cultura e povo, sua arte, é bom que todo ano haja uma feira, pois isso motiva a artesã a fazer mais e melhor. Quando não se escreve se perde parte da história, mas quando se junta com os outros, fortalece o conhecimento. É uma alegria participar desse encontro, qual é a história que vamos contar? Toda historia tem sua beleza. (TUXAUA)⁹⁹

... apreendeu o que é coletividade – o que ele apreendeu divulgou na comunidade, antes todos trabalhavam em mutirão, hoje os jovens querem ajudar para trabalhar neste momento após o que foi repassado; a comunidade está mais unida. (MIZAEL)¹⁰⁰

... estamos fazendo o que o CFES está fazendo, reunião, oficinas, a Economia Solidária é importante, mas estou aprendendo, participo das reuniões, o artesanato da comunidade sabe fazer muitas coisas, e na próxima vez irão trazer a arte da comunidade. Agradeço pela participação e peço que o serviço não pare, que haja uma continuidade dos trabalhos. (ODETE)¹⁰¹

... há preocupação com o cooperativismo e o associativismo, sou contra, mas a Economia Solidária abriu meu entendimento sobre isso, o que falta é a coletividade dentro da comunidade, temos que lutar com o povo, para alguns nada aconteceu e outros alguma coisa mudou, a dificuldade de disseminar o trabalho da Economia Solidária, temos

⁹⁹ Comunidade Boca da Mata.

¹⁰⁰ Comunidade Arai.

¹⁰¹ Idem.

que ver que há um trabalho árduo com relação a projeto. (Paulo)¹⁰²

... eu não sabia o que era Economia Solidária – mas durante as oficinas entendi que é trabalho coletivo, o que falta é ser organizado; as oficinas serviu para abrir os olhos é necessário trazer o povo, a ecosol fortaleceu a renda e aproxima a comunidade, forma de trabalhar o coletivo, temos que buscar o coletivo e unidade de todos. (ZENAIDE)¹⁰³

... a Economia Solidária comoveu as pessoa como participantes das reuniões, estamos em busca de desempenhar nosso papel, transmitir o conhecimento e mostrar o caminho. (LEONEDE)¹⁰⁴

... a Economia Solidária é um conhecimento, falta unidade das comunidades, na comunidade Boca da Mata há Economia Solidária como as mulheres, vale a pena, a ECOSOL abriu a mente para uma nova economia. (MARCIANE)¹⁰⁵

está aqui para aprender, se aprofundar e divulgar a Economia Solidária, já praticamos a solidariedade. (SILVANA)¹⁰⁶

... estamos buscando o conhecimento da ECOSOL, com relação ao cooperativismo, aos encontros, falta a coletividade, é importante trabalhar dessa forma e buscar para que mais pessoas participem das reuniões, precisamos nos dedicar à ECOSOL para poder trabalhar de forma eficiente dentro da comunidade. (ZENILTON)¹⁰⁷

... a ecosol avançou na disseminação do conhecimento, a ECOSOL nos incentiva a coletividade, os que não sabiam conheceram o nosso sistema de trabalho; a comissão está estudando para repassar o conhecimento, buscando parcerias; há dificuldade e a participação das pessoas que vem em uma palestra, na outra não vem, a comunidade esta trabalhando com 24 comunidades. (APARECIDA)¹⁰⁸

¹⁰² Comunidade Sol Nascente

¹⁰³ Comunidade Curicaca – etnia macuxi

¹⁰⁴ Comunidade Boca da Mata

¹⁰⁵ Comunidade Boca da Mata – etnia macuxi

¹⁰⁶ Comunidade Boca da Mata – etnia tucano

¹⁰⁷ Comunidade Sabiá

¹⁰⁸ Comunidade Sabiá

estou aprendendo colocar na prática todo o conhecimento para mostrar que juntos a ECOSOL está funcionando. (JÚLIO)¹⁰⁹

... tinha curiosidade em saber o que é Economia Solidária, hoje chegou na comunidade; há muito para aprender e ajudar as outras comunidades. (ALVINHA)¹¹⁰

Um outro debate acalorado na oficina de sistematização foi a publicação do conteúdo. Os indígenas foram categóricos em afirmar que há muita pesquisa, mas pouco retorno para a comunidade daquilo que os pesquisadores descobrem. Daí a resistência inicial se eles aprovavam ou não a sistematização do CFES em comunidades indígenas. Abaixo as afirmações:

... para ser um formador é preciso o apoio da comunidade, para ver o final do trabalho, pois quem vai fortalecer é a própria comunidade o que queremos é ver o resultado, antes disso existe a pesquisa, do nosso trabalho, mas nós mesmos não sabemos os de fora sabe, mas a comunidade não sabe, como vamos fazer o nosso livro? Como surgiu a comunidade? Pois entra e sai pesquisadores, como cobrar o nosso livro? (JUCINEIDE)

... somos formadores ou formadores? Somos formadores! Cada um de nós tem seu conhecimento, a Economia Solidária abriu nossas mentes, mas é necessário administração e manter o conhecimento, precisamos fazer projeto. (PAULO)

... já trabalhamos nesse sistema, só não sabíamos o nome e na comunidade Boca da Mata, alguns estão vindo pela primeira vez, estão interessadas em aprender. (LEONEIDE)

... todos ganham em cima dos indígenas, temos querer resgatar a história de fora. Que deveria ser organizado pela organização local e não estadual. A Economia Solidária tem o pensamento diferente do

¹⁰⁹ Artesão – Comunidade Nova Esperança

¹¹⁰ Comunidade Sorocaima II – etnia macuxi

mundo capitalista. Será muito mais fácil publicar até mesmo para nos defender. (ZENILTON)
... foi fotografado, documentado toda a história da comunidade, há pessoas responsáveis que querem o bem comum de todos e há outras pessoas que não. (BERNADINHO)

Ao término da oficina, ficou firmado o compromisso da sistematização da experiência de formação em Comunidade Indígena e seus efeitos práticos; que ela traga uma devolutiva por meio do capítulo publicado, que seja entregue o resultado desse trabalho aos participantes.

Acreditamos que com esse ato fica marcada a seriedade e o compromisso do movimento da Economia Solidária para e nas comunidades indígenas, sendo o projeto CFES uma ferramenta de auxílio e fomento às práticas do trabalho coletivo.

REFERÊNCIAS

CALBINO, Daniel; BARRETO, Raquel; DINIZ, Ana Paula. Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável?. *Gestão Contemporânea*, Porto Alegre, ano 8, n. 9, p. 129-154, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>

CULTI, Maria Nezilda Economia Solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários – São Paulo: Todos os Bichos, 2010. 120p.

FERRARINI, Adriane Vieira. Formação em Economia Solidária no Rio Grande do Sul: perfil preliminar e desafios identificados junto aos participantes do centro de formação em Economia Solidária da Região Sul (CFES Sul). *Anais do XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidade e (DES) igualdades*. Salvador, 7 a 10

de Agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia, UFBA, 17p.
Disponível em
http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307719857_ARQUIVO_conlab2011ferrarini.pdf Acesso em 28 de setembro de 2012.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2008. RELATÓRIO DA IV PLENARIA NACIONAL DE ES, 2008. Relatório final, 89 p.

_____. Fórum Brasileiro de Economia Solidária 2012. Disponível em:
http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57 Acesso em 01 de setembro de 2012.

GRADE, Marlene.; PEREIRA, Meire Joisy Almeida. (orgs.)
Mulheres migrantes e indígenas em Roraima: a construção de uma trajetória coletiva. Boa Vista: UFRR/PROEX, 2010.

LEMONS, Dalila Marques. POSSIBILIDADES SOLIDÁRIAS DO TRABALHO: A Economia Solidária no Estado de Roraima. Universidade Federal de Roraima, 2011, Monografia de Conclusão do Curso de Administração. 59p.

SENAES. Banco de Dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Brasília: MTE/SENAES, 2008.

Disponível em
<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/conteudo/RelatorioPublico.asp?SGUF=RR> . Acesso em: 26 de junho de 2012

_____. Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília: MTE/SENAES, 2004.

_____. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE-SENAES, 2006. 60p

_____. Termo de referência para implantação dos centros de formação em Economia Solidária - CFES. Brasília: MTE/SENAES, 2009. 13p

_____PPDLES - Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

_____Boletim Informativo - Número 23 - Brasília, agosto de 2011.

_____Boletim Informativo Número 4 – Brasília, maio de 2009.

_____Boletim Informativo - Número 26 - Brasília, março de 2012

UFRR. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Relatório da ITCPES do projeto do CFES. Mimeo, Boa Vista, Roraima, 2011.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Relatório da ITCPES do projeto CFESS. Mimeo, Boa Vista, Roraima, 2012.

3.7 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TOCANTINS: a construção do CFES-Norte

José Celso Carbonar¹¹¹
Joran Oliveira Barros Júnior¹¹²

A economia solidária é uma estratégia a outro modelo de desenvolvimento, tendo como base o trabalho associado, a autogestão e a solidariedade que caracterizam os empreendimentos econômicos solidários (EES) que começou a se firmar, no Estado do Tocantins, ainda em 2004. Em outros Estados o movimento de economia solidária tem registro desde os anos 1980 e 1990.

A economia solidária antes de 2004, no Estado do Tocantins, era uma bandeira do Fórum de Lutas, em dezembro de 2004 foi finalmente constituído, o Fórum Tocantinense de Economia Solidária, passando a se integrar e atender às diretrizes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Já nos anos seguintes, a massa crítica desenvolvida sobre economia solidária ficou mais consistente e, assim, os segmentos estruturantes – EES, Entidades de Apoio e Fomento – EAF e os Gestores Públicos – GP – começaram a se organizar em *Fori* municipais e regionais fortalecendo o Fórum Estadual, que esteve ativo em assuntos de formações, na organização de feiras estaduais

¹¹¹ **José Celso Carbonar:** Administrador com Pós Graduação em Finanças e Controladoria e Pós Graduação em Gestão Pública e Sociedade, humanista, Chefe do Núcleo de Economia Solidária do MTE/SRTE-TO em Palmas. jcarbonar@hotmail.com

¹¹² **Joran Oliveira Barros Júnior:** Administrador com Pós Graduação em Agronegócios e em Gestão Pública e Sociedade, Espiritualista. joran.junior@gmail.com

em três edições, nos anos 2005, 2006 e 2007 e em diversas atividades regionais, bem como, colaborou no primeiro e segundo mapeamento de Economia Solidária, do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES).

A realização da primeira e segunda Conferência Nacional de Economia Solidária, respectivamente nos anos 2006 e 2010, contaram com a participação ativa dos *Fori* Municipais, Regionais e Estadual de Economia Solidária. Acrescente-se a realização das caminhadas preparatórias para a IV Plenária de Economia Solidária ocorrida no ano de 2008 em Brasília e a V Plenária de Economia Solidária ocorrida em dezembro 2012 em Luziânia, no Estado de Goiás.

No Estado do Tocantins, existe uma Lei Estadual de Economia Solidária criada em 2011, bem como, o Conselho Estadual de Economia Solidária, iniciando suas ações mais efetivas, a partir do segundo semestre de 2012.

SOBRE A METODOLOGIA DO CFES NO ESTADO DO TOCANTINS

O processo de formação aos EES teve início com a capacitação dos formadores por meio do projeto CFES-Norte ou CFES-Amazônia, que em suas bases, tinha como objetivo principal formar formadores em economia solidária, nos sete Estados da região Norte do Brasil.

Cerca de vinte e cinco (25) formadores foram capacitados em diversas áreas, tais como, formação política, conceitos básicos e

princípios da ecosol, comercialização solidária e organização social, conforme a tabela 1 melhor especifica.

Tabela 1: Atividades Formativas do Coletivo de Formadores do Tocantins

OFICINA	LOCAL	PERÍODO	TEMAS
I Oficina	Porto Nacional	14 e 15 de maio de 2010	Economia e Comercialização Solidárias
II Oficina	Guaraí	03 e 04 de setembro de 2010	Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Finanças Solidárias, Compras Públicas
III Oficina	Pequizeiro	11 a 13 de Fevereiro de 2011	Estratégias de Comercialização Solidária – Perspectivas e Desafios
IV Oficina	Colméia	29 e 30 de setembro de 2011	Economia Solidária
V Oficina	Araguaina	14 e 15 de dezembro de 2011	Economia Solidária, espiritualidade, organização política – social da ecosol; <i>Fori</i> e plenária de ecosol
VI Oficina	Palmas	14 a 16 de fevereiro e 20 a 21 de julho de 2012	Movimento de Economia Solidária
VII Oficina	Tupirantins	16 e 17 de março de 2012	Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Finanças Solidárias, Compras Públicas
VIII Oficina	Porto nacional	02 e 03 / 23 e 24 de junho de 2012	Economia Solidária
IX Oficina	Palmas	12 a 14 de junho de 2012	Economia Solidária
X Oficina	Taquaruçu	27 a 29 de setembro de 2012	Economia Solidária, espiritualidade e trabalho em equipe
XI Oficina	Porto Nacional	26 a 28 de outubro de 2012	I Feira de Economia Solidária e Seminário dos Afrodescendentes do Tocantins

I Curso	Porto Nacional	28 e 29 de setembro de 2010	Economia Solidária
II Curso	Tupirantins	01 a 02 de julho de 2011	Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Finanças Solidárias, Compras Públicas
III Curso	Tocantínia	17 a 20 de maio de 2012	Gênero e economia solidária; Comercialização; e associativismo e cooperativismo
IV Curso	Dianópolis	24 a 27 de maio de 2012	Economia solidária; ecosol no Brasil e no Tocantins, Experiências de EES
V Curso	Porto Nacional	24 a 27 de julho de 2012	Marco legal
VI Curso	Porto Nacional	02 a 05 de agosto de 2012	Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Finanças Solidárias, Compras Públicas
VII Curso	Palmas	22 a 25 de agosto de 2012	Economia Solidária, Espiritualidade e Educação no Campo

Fonte: Relatório Final Projeto CFES, 2012.

A partir disso, formou-se o que denominamos um Coletivo de Formadores. Muitos desses formadores são integrantes, também, do Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado do Tocantins – FEESTO.

Como consideramos a formação ser um processo de desenvolvimento dialético e histórico, ou mais, apropriadamente, ser uma educação crítica e libertária, a economia solidária preconiza o atendimento das demandas de capacitações ou formações oriundas das comunidades ou *fori* locais.

Podemos destacar, basicamente, três formas de atuação do Coletivo de Formadores, para atender às demandas da Ecosol no Estado de Tocantins, e que se evidenciaram conforme o desenvolvimento dos grupos:

1. Formação em Noções Básicas de Economia Solidária: As formações se desenvolvem sobre os princípios, os valores e os principais conceitos da Ecosol. Normalmente, são para grupos e comunidades que tem interesse nesta temática, já praticam ações concretas de Ecosol, mas não tem conhecimento sobre a temática;
2. Formação Política e Organização Social: As formações demonstram as contradições inerentes ao sistema capitalista internacional, no Brasil e no Estado do Tocantins, bem como apresenta e analisa as ferramentas e ações de organização social para superação da realidade exposta. Essas formações atendem demandas por grupos e comunidades que já tem algum conhecimento sobre Ecosol, mas normalmente não estão engajadas no movimento e querem aprofundar a temática e aproximar as relações;
3. Formação sobre a Organização e Gestão da Produção: As formações tratam de estratégias coletivas de organização do trabalho e gerenciamento da produção por meio de associações, cooperativas, grupos produtivos entre outros. Essas demandas são oriundas

de grupos já engajados no movimento da Ecosol ou não, mas que já tem uma boa compreensão das contradições do sistema capitalista.

O Coletivo de Formadores realizou reuniões periodicamente, apesar de não ter construído um calendário fechado de reuniões, pois sempre se reunia com pautas específicas sobre o processo de formação ou com base nas reuniões do Fórum Estadual, a fim de conciliar as pautas com as demandas do Coletivo.

Tabela 2: Reuniões Estaduais do Tocantins

REUNIÕES ESTADUAIS	LOCAL	PERÍODO
I Reunião	Palmas	11 a 12 de Dezembro de 2009
II Reunião	Palmas	24 de fevereiro de 2011 ¹¹³
III Reunião	Palmas	29 a 30 de abril de 2011
IV Reunião	Palmas	06 e 07 de abril de 2012
V Reunião	Palmas	25 de maio de 2012
VI Reunião	Palmas	11 e 12 de agosto de 2012
VII Reunião		17 de agosto de 2012

Fonte: Arquivos ITCPEs, 2012.

Normalmente, as demandas eram expostas nas reuniões do FEESTO ou indicadas para ou pelo Coletivo de Formadores, conforme necessidade apontada. A partir disso se verificava a disponibilidade de recursos – materiais, humanos, financeiros e logísticos – para atender a demanda. Tendo recursos, marcava-se uma agenda de trabalho para realizar a capacitação ou formação e o

¹¹³ O dia 25, destinado a realização do segundo dia de atividade foi cancelado em função de ausência de público, porém, conforme relatório a metodologia já havia sido ajustada.

Coletivo definia quem seria o formador mais apropriado e condizente com os recursos e a realidade existente.

No início das atividades de formações, o processo metodológico ainda se caracterizava pelos velhos métodos educacionais, em que o instrutor levava a sua ótica e seu conhecimento para impor aos participantes, bem dentro da lógica bancária, exposta por Paulo Freire. Mas, com o decorrer do tempo e com a continuidade das formações do projeto CFES, os formadores foram também se autoeducando e melhorando sua forma de abordagem.

No final do ano de 2012, pode-se dizer que o Coletivo de Formadores encontrava-se em um processo de transição quanto a sua forma de abordagem. Já se realiza formações de maneira mais democrática e participativa, levando-se em conta o saber e a realidade local.

Como exemplo, citamos a oficina de economia solidária realizada no distrito de Taquaruçu, em outubro de 2011, onde os formadores prepararam todos os recursos e materiais, mas o grupo da comunidade foi quem imprimiu a dinâmica da reunião, por meio de uma roda de conversa, expondo suas histórias, anseios e demandas. Nessa oportunidade todos aprenderam juntos.

Outra ação do Projeto CFES foi a discussão sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP da ecosol na região Amazônica. Assim, o Conselho Gestor do projeto chegou a conclusão de que, no máximo, poderiam pensar e descrever as principais diretrizes que norteariam a

discussão em cada Estado, cabendo a estes o desenvolvimento do PPP, conforme sua realidade.

Assim, o Coletivo de Formadores do Estado do Tocantins está com a missão de pensar, refletir e construir seu Projeto Político Pedagógico, a partir das diretrizes construídas pelo Conselho citado.

Essas diretrizes foram construídas a partir das referências nacionais e das práticas e realidades da região Amazônica. Entre elas, podemos citar o acatamento dos princípios da educação popular, da pedagogia da alternância, da pedagogia libertadora de Paulo Freire, da autogestão, com ênfase na vida, no ser humano, na dialética entre a teoria e a prática, a partir da realidade local e de sua práxis.

Dessa forma, o Coletivo de Formadores também está em um processo de formação constante e construção contínua. Na atualidade, temos mais de trinta formadores que se colocam à disposição para realizar as ações da ecosol e construir a Rede de Formadores do estado do Tocantins.

Para finalizar, é importante ressaltar que o Coletivo de Formadores do Estado do Tocantins procurou incorporar uma visão holística, integral e libertadora do ser humano, em seus diversos aspectos-físico, social, ético, moral e espiritual-interagindo temas como: espiritualidade, mística e a economia solidária. É uma maneira de reconhecer que tudo está integrado e que precisamos respeitar a si mesmo, o próximo e a natureza, visto que somos integrantes e integrados nos processos de desenvolvimento da vida.

RELATO DE EXPERIÊNCIA E HISTÓRICO DA FEIRINHA DA SERRA – GTECOSOL

A partir de novembro de 2011, o Fórum Estadual de Economia Solidária do Estado do Tocantins – FEESTO que é um espaço público de articulação, apoio e fomento ao desenvolvimento da economia solidária no Estado do Tocantins e que tem como principais protagonistas os empreendimentos solidários, as entidades de apoio e assessoria e os gestores públicos, iniciaram um trabalho, junto com o CFES – Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte, de resgate dos potenciais produtivos e culturais de Taquaruçu, o que deu origem ao GTECOSOL.

Como uma de suas ações estratégicas para Taquaruçu, o GTECOSOL mobilizou os grupos de artesanato, alimentação alternativa, pequenos produtores rurais, ONG's e instituições que estão afinadas com os princípios da economia solidária e iniciou o processo de resgate da Feirinha da Serra de Taquaruçu, visto que essa feira teve sua existência em 2002. Todavia, foi definhando devido a falta de fomento, isolado a partir do poder público, sem a participação direta da comunidade, assim como pela desmotivação dos feirantes diante da falta de investimento e dinamização do processo de realização da feira.

No dia 3 de dezembro de 2011, o GTECOSOL realizou a I Festa “Delícias do Milho, Comidas Típicas e Alternativas de Taquaruçu”, na praça Tarcísio Machado, em Taquaruçu. O evento teve como objetivo levantar fundos para o grupo do artesanato e da

alimentação, com o intuito de realizar outras feiras em caráter periódico, em Taquaruçu.

Ainda, em dezembro deste ano, este grupo articulou oficinas práticas para capacitar os integrantes do GTECOSOL/feirantes. Os instrutores foram os próprios membros do grupo, ou seja, feirantes, professores e agentes sociais da comunidade. Foram realizadas oficinas de produção de húmus, oficina de produtos para combate natural de pragas e insetos e uma oficina de aproveitamento do inhame (cará) para a produção de pão.

A partir disso, o grupo resolveu fazer um evento para arrecadação de fundos, o qual se denominou I Festival Delícias do Milho e Comidas Alternativas. O sucesso do evento foi grande, mesmo tendo acontecido sob uma forte chuva. O grupo resolveu resgatar a antiga feira, agora com um novo rumo: o resgate da cultura local e a participação efetiva da comunidade.

Desde então, o GTECOSOL organiza, semanalmente, a FEIRINHA DA SERRA com representantes dos segmentos de alimentação, do artesanato e da agricultura familiar. Em março de 2012, recebeu o apoio da Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a entrega de trinta barracas para os feirantes. Esse fato foi decisivo para consolidar o grupo e garantir a permanência dos feirantes na praça Tarcísio Machado.

Em maio deste ano, o cantor e compositor regional Dorivã Borges, que é gestor do Ponto de Cultura, “Meninos do São João”,

localizado em um assentamento próximo da capital, propôs uma parceria com o GTECOSOL e feirantes. Seria colocado um palco, tenda e equipamentos de som para realizar shows com o intuito de resgatar a cultura através da música, da dança, do teatro, da exibição de filmes e outras atividades. Esta parceria foi marcante para definir a animação e unir-se à proposta de resgate cultural da Feirinha da Serra. Com isso, o cantor Dorivã articulou diversos shows com cantores regionais e locais, como o caso do sanfoneiro “Paraíbinha da Sanfona”, que é de Taquaruçu.

Em agosto de 2012, a Feirinha da Serra recebeu uma proposta do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), com a finalidade de realizar cursos e acompanhamento na área de mercadologia, boas práticas de manipulação de alimentos, vendas e formação de preços.

Já em setembro de 2012 foi realizado pelo CFES-Norte, outra oficina para os participantes do GTECOSOL e do Fórum Local de Palmas (TO), com o intuito de trabalhar a temática: formação política e organização social dos atores da Ecosol em Palmas.

Atualmente, a Feirinha da Serra passa por uma reestruturação. Algumas pessoas não se adaptaram ao perfil da proposta de resgate cultural, insistindo em manter o padrão tradicional – simples comercialização de comidas, artesanato e artes – e que não se enquadram na cultura local e, outras, não dispõem de condições para manterem suas barracas na feira.

No final do ano de 2012, a Feirinha da Serra contava com a participação de doze feirantes dos três segmentos – comidas típicas,

artesanato e agricultores familiares. Ainda não se tem contabilizado o volume de vendas, mas o que se sabe é que os feirantes não abrem mão da feira, pois “é o seu ganha pão”. Muitos feirantes relataram que houve aumento significativo em sua renda.

Assim, o GTECOSOL está mobilizando outras pessoas e apostando no segmento da agricultura familiar, com o resgate da produção agroecológica.

A Feirinha da Serra de Taquaruçu, além de se apresentar enquanto um espaço de desenvolvimento sustentável, é um centro social de fomento às manifestações culturais e artísticas da região, já que reúne a beleza das paisagens de Taquaruçú, a música ambiente, o clima serrano e familiar e a alimentação saudável. Diante dessas questões é necessário que haja um compromisso social por parte das instituições e cidadãos de Palmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o CFES-Norte teve importante papel no despertar e resgate dos grupos produtivos culturais de Taquaruçu ao realizar oficinas, articular parcerias e orientar o grupo, sob os princípios da economia solidária.

Foram realizadas três oficinas com as seguintes temáticas: princípios da Ecosol, Formação Política e Princípios da Agricultura Orgânica. As metodologias adotadas sempre pautaram pela inserção da realidade local e da participação efetiva dos membros. Espera-se

dar continuidade ao projeto em vistas à consolidação do grupo, principalmente, na articulação da produção com a comercialização.

SUGESTÕES E LIÇÕES APREENDIDAS

Maria José de Souza Barbosa
Farid Eid
Bárbara Santos Macêdo Espínola

As ações de formação de formadores em economia solidária da Região Norte, portanto, abrangeram os sete Estados que compõem o CFES-Amazônia, construídas a partir de um esforço coletivo, que possibilitou a sistematização de algumas experiências dessa construção, apresentadas pelos Coletivos Estaduais de Formação dos Estados. É possível observar a interação dos Coletivos Estaduais com os sujeitos protagonistas, gerando processos de produção de saberes, cujo suporte dessas formações foram as Incubadoras e os *Fori* de Economia Solidária, com a contribuição de outros atores importantes; como a CÁRITAS, a RECID e algumas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

As análises críticas dos Coletivos Estaduais mostraram-se importantes para a solução de determinados problemas, mas também para o redimensionamento da ação do CFES em contexto amazônico. Embora as mudanças ainda não atendessem as necessidades reais do Coletivo, sem dúvida, foi um avanço nesta construção em face dos desafios colocados no próprio edital do CFES, quando formatou este instrumento para gerir processos de formação na Região Norte, cujo território é constituído por mais de 60% do território nacional. Uma região extremamente vulnerável em termos das condições exigidas para a execução deste projeto de carácter continental.

Neste sentido, o Comitê Gestor, com base na realidade da Amazônia, conseguiu mostrar à SENAES, a necessidade de alterar a própria configuração do CFES-Amazônia, para transformá-la, em pelo menos, dois CFES (Amazônia I e Amazônia II), a fim de facilitar a capilaridade do Centro de Formação na Região Norte, tendo em vista as dificuldades de circulação em um espaço territorial, onde a vulnerabilidade social e de serviços públicos bloquearam o próprio desenvolvimento da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, devido a falta ou baixa incorporação de serviços de uso comum, em nível regional; um dos principais problemas identificados na execução do CFES da Região Norte. Certamente, a primeira lição apreendida tanto para o Conselho Gestor, quanto para os Coletivos Estaduais e para a própria SENAES na condução da política nacional de formação e educação em economia solidária.

Outro problema identificado foi a própria gestão dos recursos, pela FADESP, que organizou a execução do CFES, a partir de dois processos, os quais estavam estruturados em função dos repasses das parcelas de recursos, uma liberada no ano de 2010 e a outra, no ano de 2011. Isto concretamente comprometeu o processo de implantação do CFES, na medida em que vivemos dois momentos morosos processos licitatórios ao invés de um processo de licitação global dos recursos que geravam conflitos e desconfiança em relação à utilização dos recursos públicos. No entanto, contraditoriamente, essa situação contribuiu para o redirecionamento da política de

formação em economia solidária na Amazônia, a segunda lição apreendida no decorrer da implantação do CFES.

O aprendizado efetivo do custo Amazônia, pode ser considerado uma terceira lição apreendida, pois nesta região praticam-se os custos mais elevados em termos de transportes aéreos, terrestres e fluviais, tendo em vista a dificuldade de acesso e o monopólio de determinadas empresas na execução dessas atividades.

Ressalta-se, entretanto, que apesar das dificuldades houve a descentralização e territorialização das ações de formação do CFES-Amazônia pelos sete Estados, uma quarta lição apreendida ainda no processo de execução das ações de formação e que contribuiu para um dos grandes avanços do CFES na Região Norte, na medida em que conseguiu difundir a economia solidária pelos mais longínquos territórios da Amazônia, mostrando que a economia solidária é um modo de vida capaz de preencher de significados as atividades coletivas, mas muitas vezes, vividas de forma isolada.

O Conselho Gestor e os Coletivos Estaduais em suas atividades e participação em âmbito nacional, mostraram a necessidade de uma ação mais efetiva e centrada nos problemas estruturais dos empreendimentos solidários da Amazônia, onde a falta de cidadania é um dos maiores bloqueios ao desenvolvimento destes empreendimentos, quinta lição apreendida pelo conjunto do CFES.

A troca de experiência entre os sete Estados foi importante para entender os seus desafios, no que se refere a valorização das

práticas socioeconômicas e culturais dos sujeitos protagonistas da economia solidária no Norte do país. A falta de infraestrutura e de políticas públicas tem gerado ou mesmo mantido altos índices de analfabetismo e a falta de acesso a conhecimentos essenciais à autogestão e à democratização dos espaços de produção do trabalho associado, as quais decorrem, muitas vezes, das dificuldades dos próprios empreendimentos em acessar condições que possam contribuir para a formulação de estratégias de desenvolvimento regional e local.

Não é fácil a constituição de uma agenda comum aos empreendimentos voltados à formação politécnica centrada na base produtiva dos empreendimentos, assistência e linhas de créditos específicas quando os sujeitos não conseguem sequer ler e escrever, elementos essenciais ao fortalecimento das práticas socioeconômicas dos sujeitos locais para potencializar o desenvolvimento dos empreendimentos. Esses sujeitos vivem em processos de vulnerabilidades em face das desigualdades sociais e regionais. Para tanto, a política de economia solidária precisa ser uma ação continuada e articulada as demais políticas de promoção social a fim de exercitar a intersectorialidade e a territorialização das ações como consta nas diretrizes das políticas públicas, tendo em vista a valorização do trabalho associado em todos os territórios, com espaços de comercialização e educação em economia solidária, centradas nos próprios empreendimentos, outra lição apreendida pelo CFES Amazônia.

Nesse sentido, as ações de políticas públicas em economia solidária precisam aproximar suas ferramentas das necessidades reais dos empreendimentos, esse é o maior desafio do CFES-Amazônia, em sua nova versão, na medida em que busca estruturar processos de formação em que os sujeitos protagonistas, possam aprofundar as formas de ensino-aprendizagem, a partir de um fluxo contínuo de ação-reflexão-ação juntamente com os empreendimentos, para (re)inventar o cotidiano desses empreendimentos, que não conseguem acessar ações de desenvolvimento, em termos macros e micro, para ampliar os espaços de experimentação de suas práticas constituídos pelo trabalho associado. Talvez, o novo CFES tenha que se reconfigurar, na prática, para atender esses desafios.

A construção e a difusão da experiência dos empreendimentos podem contribuir para o início de um processo de formação em economia solidária da região amazônica que está apenas começando e muitos passos precisam ser dados.

O Centro de Formação em Economia Solidária – CFES da Região Norte cumpriu todas as suas metas com o apoio de instituições como Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, RECID, Cáritas, as quais possibilitaram a criação de novos *Fori* de economia solidária, contribuiu ainda para a formação de formadores em economia solidária, de gestores públicos e entidades de assessoria e apoio aos empreendimentos econômicos solidários, gerando maior visibilidade ao processo de formação do CFES Norte.

ⁱ **Maria José de Souza Barbosa.** Professora da Universidade Federal do Pará. Integra o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários e o Grupo de Pesquisa Cooperativismo, Desarrollo Rural y Empreendimentos Solidários em La Unión Europea y Latino américa, em cooperação com a Universidade de Alicante – Espanha. majose@ufpa.br.

ⁱⁱ **Farid Eid:** Professor da Universidade Federal do Pará. Integra o Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários. Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento da Amazônia e o Grupo de Pesquisa da União Europeia Cooperativismo, Desarrollo Rural y Empreendimentos Solidarios, em Cooperação Internacional entre a Universidade de Alicante – Espanha e a Universidade Federal do Pará. farid@ufpa.br.

ⁱⁱⁱ **Bárbara Santos Macêdo Espínola:** Bacharela em Serviço Social, Especialista em Economia Solidária na Amazônia e Bacharela em Direito. barbarasme@gmail.com .